

DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL

AO CORPO DIPLOMATICO ACREDITADO EM MOÇAMBIQUE

O Corpo Diplomático acreditado em Moçambique apresentou ontem, ao fim da tarde, as saudações e votos para o Novo Ano, ao Presidente Samora Moisés Machel, à FRELIMO, ao Governo e ao Povo Moçambicano.

Presentes à cerimónia, para além dos representantes diplomáticos dos diversos países, membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, encabeçados por Joaquim Chissano e Armando Panguene, respectivamente Ministro e Vice-Ministro, encontravam-se igualmente presentes Oscar Monteiro, Ministro de Estado na Presidência e diversos membros afectos ao seu Ministério.

Após ter sido proferida a mensagem do Corpo Diplomático, lida pelo decano interino, embaixador Rankin Titus Sikasula, da Zâmbia, o Presidente Samora Moisés Machel, agradecendo a saudação, traçou uma panorâmica do que foi o ano de 1975, salientando ter este sido um ano caracterizado por diversas ofensivas e vitórias populares. Igualmente fez uma análise do que tem sido a luta dos povos oprimidos e das manobras internacionais do capitalismo.

Palavras proferidas pelo Presidente Samora Machel:

«Ficámos muito sensibilizados pelas palavras que o vosso Decano Interino dirigiu ao nosso Partido, ao nosso Estado, ao nosso povo. Como expressão do sentimento dos vossos povos e Governos, essas palavras de solidariedade e amizade constituem para nós um encorajamento e um estímulo. Queremos também agradecer a vossa presença e participação nesta reunião, a primeira do género que tem lugar no nosso país. Em larga medida ela pode simbolizar as modificações que tiveram lugar durante o ano de 1975.

Acabámos de terminar o ano de 1975, um ano de significado profundo para toda a Humanidade.

Durante este ano, ano do trigésimo aniversário da vitória dos povos contra o fascismo, trigésimo aniversário da ONU, novas e decisivas vitórias de grande projecção histórica, foram alcançadas.

Podemos afirmar que 1975 registou um progresso seguro da Humanidade em direcção à Paz real. Falamos de Paz real, isto é, daquela que mais que cessação de hostilidades se funda na remoção e destruição das causas dos conflitos — a dominação dos povos, a pilhagem dos seus recursos naturais e o consequente desequilíbrio do desenvolvimento socio-económico. 1975 foi um ano de grandes ofensivas populares, um ano de vitórias

para os povos, um ano de sucessos decisivos nas frentes da liberdade e independência nacional, na frente do estabelecimento duma nova ordem económica e social ao nível internacional.

1975 foi o ano da vitória do longo e duro combate dos povos da antigas colónias portuguesas. Sucessivamente Moçambique, Cabo Verde, Guiné e Príncipe, Angola e Timor-Leste conquistaram a independência nacional.

O combate exemplar e heróico dos povos da Indonésia alcançou uma vitória histórica e decisiva, que alargou e consolidou a zona libertada da Humanidade. A Humanidade enriqueceu-se com a vitória dos nossos camaradas de armas do Vietname, do Laos, do Camboja.

A libertação do arquipélago das Comores, do Surinam, da Papua-Nova Guiné, reduziram ainda mais o campo do colonialismo. Com alegria podemos já antever o momento em que se juntarão às Nações Livres, as Seychelles e a Costa d'Avre francesa da Somália.

Estas vitórias foram edificadas por uma luta longa dos povos e por uma acção solidária da comunidade africana e internacional.

Mas a vitória da liberdade não se confinou à concessão de novos países à independência. A consolidação do regime popular, a intensificação em

numerosos países da luta popular empreendida contra o sistema de exploração, o sistema de falidos valores e as formas que alienam o Homem — são também vitórias da causa da liberdade.

1975 foi o Ano Internacional da Mulher. Impôs a salientar o sucesso alcançado nesta frente fundamental do combate pela liberdade. Conjugando com a luta popular a luta de ideias, a construção da consciência da mulher como condição essencial do progresso dos povos, esboçaram-se os contornos da exploração, o homem trabalhador, como o aliado natural da mulher.

Esta perspectiva justa traduz o progresso das ideias correctas, exprime a tendência geral a favor da Revolução.

A Revolução destina-se a instaurar uma nova ordem social e económica, em cada país e nas relações entre os membros da comunidade internacional. Neste campo em Li e na Sétima Assembleia extraordinária das Nações Unidas, os povos conseguiram impor princípios essenciais que deverão orientar as relações económicas na comunidade internacional.

Mas queremos dizer que a manobra fracassará porque mesmo os Estados fantoches são habitados pelo povo, e o povo nunca é fantoche. O povo quer a Liberdade, o povo quer a Independência, o povo quer o fim da exploração.

Igualmente nos preocupa a agressão de que é vítima a República Democrática de Timor-Leste. Quando o povo de Timor-Leste, pelo seu combate, põs termo ao colonialismo português, aqueles que sempre se mantiveram indiferentes pretenderam apresentar-se como os herdeiros activos do regime derrubado.

A agressão praticada contra Timor-Leste é uma violação grave e irreparável dos princípios de Bandung, é um acto que condena historicamente os que o praticaram.

O nosso Estado apoia activamente o justo combate da República Democrática de Timor-Leste, sob a direcção da FRETILIN, para defender a independência e soberania nacionais e o direito do povo a escolher o regime político, económico e social que melhor corresponde aos seus interesses.

Também não podemos guardar silêncio perante a sentença de certos Estados membros de Africa em apresentarem-se como sucessores do colonialismo no Sara. A violação grave da vontade do povo à autodeterminação e à independência, a divisão dum país entre potências, e o emprego do exército para esmagar as aspirações populares, são características essenciais do colonialismo.

O povo das Ilhas Comores conquistou a sua independência. Este facto foi reconhecido por todos os Estados membros da comunidade internacional. Nós esperamos que a França saberá também reconhecer esta independência, aceitando o direito dos povos das Comores à integridade territorial e a viver livres das bases militares estrangeiras.

Da mesma maneira em Djibouti, Costa dita francesa da Somália, esperamos que a França reconheça os Movimentos de Libertação, aqueles que sempre combateram pela independência nacional como legítimos representantes do povo. O fim das medidas repressivas, a retirada das tropas de ocupação, a participação activa dos Movimentos de Libertação em todas as discussões, são condições essenciais para se possam criar uma

Os povos árabes ainda vivem sob agressão sionista. Israel continua a ocupar territórios usurpados. A República Popular de Moçambique apoia a justa luta dos povos árabes pela recuperação dos seus territórios. Igualmente apoiamos a luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais; o sucesso desta luta é o factor decisivo para o restabelecimento duma Paz justa e duradoura no Médio Oriente.

O povo moçambicano apoia resolutamente o combate do povo coreano pela libertação do sul, a reunificação pacífica da Pátria e o desenvolvimento do Norte Socialista.

Igualmente apoiamos com firmeza a luta do povo chinês contra a ocupação imperialista de Taiwan, pela reintegração dessa provincia na República Popular da China.

Na América Latina a Revolução Cubana acaba de começar a vigorar com a grande vitória que constitui a realização do I Congresso do Partido Comunista Cubano. O exemplo da revolução cubana estimulou o movimento progressista de libertação em outros países, como testemunha o número crescente de relações patrióticas anti-imperialistas.

O campo socialista, a apoiar a libertação da humanidade, registou vários sucessos na sua marcha histórica e inovadora, não para a Nova Sociedade, mas sucessos políticos, económicos, culturais, espaciais, diplomáticos, reforçam decisivamente o combate popular à exploração mundial.

O triunfo da raça da Independência e Liberdade não se concretiza somente pela aquisição formal da independência e da liberdade política. Estas constituem certamente o ponto indispensável do partido. Mas cada vez mais prominently se torna a necessidade de edificação da base material da verdadeira independência e liberdade.

As relações de exploração, de relações comerciais e económicas imperialistas são hoje os obstáculos principais na resolução dos problemas da sociedade contemporânea.

Para destruir este obstáculo é indispensável materializar-se a aliança objectiva que une os países progressistas e economicamente avançados aos países submetidos à pilhagem imperialista. Simultaneamente, impõe-se que, entre os países do Terceiro Mundo, a aliança política seja completada por uma ajuda mútua e um intercâmbio económico, cultural e social crescentes.

Queríamos que uma importância maior fosse dada à cooperação interafricana e especialmente, numa primeira fase, à cooperação entre os Estados soberanos africanos duma mesma zona.

O ano de 1976, é o voto de todos nós, deve ser um ano de consolidação da Independência e Liberdade, um ano de intensificação das Lutas de Libertação Nacional, um ano de maior cooperação entre as Nações, um ano em que se reforce assim a base política, económica e social da Paz.

Excelências:

Em nome do povo moçambicano, em nome do nosso Governo, desejamos saudar por este primeiro fim do ano que celebraram no território livre da República Popular de Moçambique.

Muitos de vós estiveram conosco nos horas duras e difíceis. Outros encontraram-se separados de nós pelo colonialismo português. A derrota do colonialismo português libertou esses entre os obstáculos que impediam o estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre os nossos países.

A todos repetimos com orgulho: Bem-Vindos na terra livre de Moçambique.

A todos pedimos que transmitam aos vossos pais e aos vossos irmãos, a mensagem de amizade, de fraternidade, de amizade, de prosperidade, de cooperação e de paz.

As senhoras diplomatas, as suas famílias, as suas crianças em particular, desejamos um excelente Ano de 1976, cheio de saúde e felicidade, com êxito na vossa acção nobre de aproximação entre os povos.

Por estas objectivas façamos um brinde em conjunto.

FELIZ ANO NOVO

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias", Maputo, 1976-01-06)

AO CONTRIBUIRMOS PARA O MPLA REFORÇAMOS A NOSSA INDEPENDÊNCIA, declarou o Presidente Samora Machel ao receber os donativos para o movimento angolano.

O Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Mós Machel, recebeu ontem ao fim da tarde no Palácio da Presidência, uma Delegação da Sede do Partido que, em cerimónia simbólica, lhe fez a entrega do produto da contribuição do Povo Moçambicano para ajuda ao Movimento de Libertação de Angola, feita através da Campanha Nacional de Solidariedade solenemente iniciada pelo Presidente Samora Machel no passado dia 11 de Novembro no estádio da Machava e que totalizou até agora uma importância superior a vinte milhões de escudos.

PALAVRAS DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL

Após dirigir-se a todos os presentes, o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Mós Machel, começou por afirmar:

«Para nós, que estamos habituados a receber ajuda dos outros povos, habituados a receber a solidariedade internacional, vemos o nosso Povo dar também uma pequena contribuição, dividir a sua vitória com outros povos, para eles poderem triunfar, é motivo de grande emoção, para todos nós.

O povo moçambicano, de Rovuma ao Maputo, decidiu derrubar o colonialismo português porque foi objecto da solidariedade internacional de países subdesenvolvidos, países pobres como nós.

Quando lutávamos contra o colonialismo português dizíamos que a nossa luta era não somente contra o colonialismo português, mas contra os reaccionários nacionais, contra os agentes do inimigo e os representantes potenciais do imperialismo internacional.

A Independência em si, não é difícil. Mas consolidar a independência, preservá-la libertar o povo da dependência do

capitalismo e do imperialismo — essa é que é a tarefa mais difícil. É a tarefa que o MPLA hoje enfrenta, e nós também aqui enfrentamos. Por isso, sentimo-nos orgulhosos ao vermos o nosso povo dar uma pequena contribuição. Isso mostra a compreensão profunda da definição do nosso inimigo, de como é que nós queremos construir o nosso País.

Quem são os nossos inimigos permanentes? Quem é que quer destruir as nossas vitórias?

Dar uma pequena contribuição para a justa luta do povo angolano não é um acto generoso. Não é um acto de caridade. Trata-se de uma ajuda mútua, de uma defesa comum. Trata-se de consolidar essencialmente as vitórias conquistadas para o povo moçambicano. Ao dar um dia de trabalho, um pequeno salário, o povo de Angola, defende directamente a Independência de Moçambique.

Parece que este é o ponto central. Porque é que contribuimos? Para quê? A resposta aqui está: contribuimos para podermos consolidar a nossa independência, as nossas conquistas, para podermos desen-

volver o processo revolucionário. Contribuímos para podermos defender as forças progressistas em Angola, as forças progressistas em Moçambique, as forças progressistas no Mundo. Contribuímos porque Angola está sendo agredida neste momento pelo imperialismo internacional. As forças reaccionárias internacionais também, querem fazer de Angola um campo de experiências. Querem fazer triunfar em Angola as ideias erradas; colocar lá um estado fantoche a soldo do imperialismo.

Nós queremos consolidar em Angola as forças progressistas, a revolução angolana. E ao consolidarmos a revolução angolana estamos a consolidar a revolução moçambicana, a revolução mundial, a revolução de todos os povos oprimidos, porque não há nenhum povo fantoche. Não há nenhum povo que queira ser oprimido. Não há nenhum povo que queira ser explorado e humilhado. Todos os povos querem a independência, a liberdade, a paz e o progresso.

Ao contribuirmos para o povo angolano, significa que

queremos impulsionar o progresso no nosso País, o desenvolvimento económico e este não está separado do desenvolvimento da nossa consciência. Por isso, esta pequena contribuição que acabamos de dar ao MPLA (quando dizemos ao MPLA, dizemos ao povo angolano), criamos barreiras intrasponíveis, obstáculos ao avanço do imperialismo, quer dizer, bloqueamos o seu avanço.

O avanço do imperialismo em Angola, é para fazer de Angola ponto de partida para atacar a África. Quando dizemos a África — a África realmente independente. O que é que significa «realmente independente»? — Que não depende do capitalismo e do imperialismo. Aqueles países de África que têm a sua política de se apoiarem nas suas próprias forças para o desenvolvimento. É por isso que nós em Moçambique anunciamos a política de aldeias comunais. A nossa estratégia de desenvolvimento do País, a nossa vitória.

A nossa contribuição para a luta dos outros povos será mais efectiva, será mais positiva

quando nós triunfamos na construção das aldeias comunais. Canalizaremos melhor os nossos esforços, as nossas energias; conjugaremos melhor os nossos pensamentos, formaremos o pensamento comum a partir das aldeias comunais. Saberemos escolher melhor a via que todos escolhemos, o sistema popular, o sistema socialista, o sistema em que o povo participa activamente na discussão, na planificação e na execução. É por isso que nós apoiamos o MPLA. É por isso que nós apoiamos a luta do povo angolano.

Queremos bloquear o avanço do imperialismo, não queremos que o imperialismo faça de Angola a sua base de avanço.

A África do Sul não é senão um destacamento operacional, um instrumento do imperialismo: destacamento de avanço para abrir brechas nos nossos estados, nos nossos países, para instalar, em seguida, agentes do imperialismo, agentes potenciais, os seus representantes fiéis na forma e no pensamento. Por isso nós pensamos: para consolidarmos a nossa independência, só desenvolvendo a consciência que compreende o que é a solidariedade. Mas a solidariedade não é espontânea. Representa o desenvolvimento da nossa consciência e só o podemos compreender se estivermos todos nos enquadramos nas estruturas do Partido, da FRELIMO e de massa.

É por isso que a juventude moçambicana, os trabalhadores, os camponeses, os operários, os funcionários, gente de todas as camadas sentiu a necessidade de dar esta contribuição porque se trata da mesma luta, de destruir o sistema que dá privilégio a um punhado, a uma minoria que impede o desenvolvimento da consciência do nosso povo: os sistemas capitalistas.

É por isso que o MPLA, em Angola, porque defende o sistema popular é alvo do imperialismo. Hoje a luta de Angola é uma luta difícil.

E não podemos lembrar somente a intervenção imperialista. Temos que analisar quem são os que convidam os sul-africanos para invadirem Angola. São os nacionais, os reacconários.

O reacconário não tem sexo, não tem cor, nem pátria. O reacconário não tem povo. É por isso que os agentes do imperialismo em Angola — a FNLA, dirigida por Holden Roberto, agente do imperialismo internacional há muitos anos; a UNITA, criação dos portugueses para representar as suas riquezas (o senhor Jonas Savimbi, uma criação dos por-

tugueses) e, ao fim e ao cabo, os dois juntos formam grandes reacconários nacionais — são eles que hoje submetem o povo a massacres.

Nós também temos aqui os nossos reacconários: agentes que não querem ser como o povo, viver como o povo. Não querem ser como os outros — e, esses, são homens de todas as raças, são pretos, são brancos; são homens, são mulheres. Por isso dizemos quando nós contribuimos para Angola defendemos a nossa revolução em Moçambique.

Como nós também temos aqueles agentes, como é que os vamos destruir? Como é que vamos combatê-los? Só intensificando um trabalho colectivo, um trabalho organizacional, sobretudo um trabalho ideológico, um trabalho político a todos os níveis. Assim compreenderemos que todos nós temos a mesma tarefa, a de reconstruir o nosso País. E só nós não, estamos enquadramos em nenhuma estrutura. Não compreendemos a nossa tarefa actual. Por isso passaremos a criar intrigas entre nós e boatos. Muitos pensam que existe Partido, Governo, o Povo. Eu queria dizer que não há Partido sem Povo, não há Governo sem o Povo. O Partido existe porque existe o Povo; e, a aliança entre o Partido e o Governo, são relações íntimas. O partido e o governo — estruturas diferentes, com tarefas diferentes, mas é a mesma tarefa, de enquadrar o Povo, de velar toda a execução e, sobretudo, elevar o nível de produtividade, de consciência e isso só é possível havendo noção de disciplina no seio do Povo, do Partido, e do Governo.

A quebra de produtividade em Moçambique é porque não vivemos organizados. Não estamos organizados, não estamos estruturados, e não conhecemos portanto as nossas tarefas, as estruturas que existem no nosso País, as relações entre o Partido e o Governo e isso é uma falta que será utilizada pelo inimigo e que constitui grandes brechas. Sabemos que nas empresas privadas há disciplina, há liberalismo. Ao nível do Governo há ignorância do que são estruturas e hierarquia. O Estado Popular é caracterizado pela disciplina, que significa compreensão profunda da nossa política, conhecimento do nosso lugar dentro das estruturas. Só assim é que estaremos em condições de respeitar a hierarquia, o que significa respeitar as estruturas.

Respeitarmos as estruturas em que estamos organizados e exigimos, em seguida, se todos nós nos sentirmos moçambicanos, livres e independentes porque, a partir daí, estaremos em condições de lutar contra o liberalismo, contra a anarquia que são características de um Estado capitalista.

Por sua vez, a disciplina é uma característica de todos os revolucionários. A característica de um revolucionário é a disciplina que significa conhecimento profundo do que são estruturas, do nosso lugar dentro delas, significa que vivemos sempre programados, que vivemos sempre com um plano.

É é isso que nos vai permitir dar uma maior contribuição para a revolução mundial, elevar a produtividade, saber o que é a solidariedade e definir correctamente as prioridades dentro do nosso País, as tarefas que devem ser realizadas.

Queremos aqui exaltar muito o espírito internacionalista demonstrado pelo nosso povo — homens, mulheres, jovens, velhos, gente de todas as camadas — por ter escolhido a luta de Angola como base do Povo moçambicano. Temos nas nossas fronteiras, na contribuição que dá ao MPLA e que começa a construir a nossa consciência nacional, a nossa virá o diabo, para destruir? De onde virá o diabo para reconstruir sobre as ruínas causadas pelo colonialismo e agravadas pela guerra de agressão colonialista? E dizemos que isto é o começo porque sabem que vivemos cercados pelo imperialismo; temos a África do Sul com a sua política discriminatória, a sua política de humilhação. O povo da África do Sul não está livre, vive discriminado. O povo não participa plenamente na sociedade.

Temos problemas no Zimbabwe. Como se sabe Ian Smith, irresponsável que é, continua, constantemente, a agredir o nosso País. É a luta do Zimbabwe, queremos repetir aqui, é uma luta do Povo moçambicano. É no Zimbabwe que nós temos de participar. Não é com a fuga que resolveremos os nossos problemas. Só os resolveremos, correctamente, se participarmos, se tomarmos a luta que está a travar-se no Zimbabwe como a nossa própria luta. Temos de dar uma parte da nossa vida para que o povo do Zimbabwe seja livre.

Por isso dizemos que é o começo. Tercemos de dar maior contribuição em dinheiro, em vidas e em material para que o povo do Zimbabwe seja livre, o mais rapidamente possível.

Vivemos momentos de transformações. O vento da História sopra com muita velocidade e temos de o aproveitar. Quando o vento sopra, devemos içar as velas. Portanto, as condições são bastante favoráveis à Revolução, à luta de libertação nacional.

Libertando o Zimbabwe, alargamos a base, a da zona libertada da Humanidade. Não só a base económica, social e cultural, mas a zona libertada da Humanidade. Pensamos que o nosso povo deve viver a luta que se desenvolve no Zimbabwe.

Para além disso, temos outros programas da reconstrução nacional. Temos que erguer sobre o rio Rovuma uma ponte que tem o nome de «Ponte da Unidade» — unidade com o povo da Tanzânia — que vai destruir, totalmente, as barreiras criadas pelo colonialismo.

E há outros programas. Programas educacionais. A maioria, no campo rural, não tem escolas e teremos de contribuir para a construção das escolas. A maioria, no campo rural, não tem serviço sanitário. Há pessoas que morrem com simples dores de cabeça, com uma simples cárie dentária. Teremos de contribuir. Não temos outra fonte senão as nossas próprias mãos.

Temos bases para o desen-

volvimento económico do nosso País. Temos a terra, temos os rios e temos os homens.

Nós transmitiremos este sentimento ao nosso povo, do Rovuma ao Maputo, para com o povo de Angola. Não diremos obrigado, porque é um dever. Não podemos dizer ao nosso povo «obrigados», o povo agradecer-se-á a si próprio. O

que temos a fazer é aumentar a nossa solidariedade. Vivemos sabendo que há outros povos que continuam oprimidos e que só com a nossa participação, com a nossa contribuição é que eles serão livres. O Povo moçambicano tem compreensão do que é a solidariedade. A solidariedade não é um acto de cordão. É um dever de todo o combatente, de todo o militante, de todo o revolucionário.

Por isso queremos agradecer ao tesoureiro, ao secretário do Departamento de Tesouraria e Finanças da FRELIMO esta contribuição de que acaba de fazer entrega aqui e que canalizaremos para o MPLA, para que o povo de Angola consiga vencer o imperialismo, as sequelas do colonialismo do nosso continente.

(De: "Notícias", Maputo, 1976-01-07)

A ÁFRICA DEVE APOIAR OS QUE LUTAM PELA LIBERDADE

- afirmou o Presidente Samora Machel na cimeira de Addis-Abeba

Publicamos hoje o discurso proferido pelo Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, na sessão de abertura da I Assembleia Extraordinária da Organização da Unidade Africana recentemente realizada em Adis Abeba.

Neste importante discurso, o Presidente Samora Machel, que foi muitas vezes interrompido por longos aplausos, apelou para a unidade de todos os países de África de forma a lutar contra o imperialismo, tendo dito, a propósito: "É tempo que a voz de África se erga para condenar a invasão estrangeira e apoiar, como no passado, aqueles que se batem e tombam pela liberdade da África".

Condenando a ingerência do

imperialismo em África e particularmente em Angola onde o MPLA luta contra a invasão por parte da África do Sul, Samora Machel disse: "A questão fundamental que se põe à nossa Organização é como coordenar os esforços para fazer face à agressão sul-africana imperialista contra a República Popular de Angola".

Definindo a posição do Governo de Moçambique perante o problema angolano, sintetizou a finalizar: "Que a voz da África Unida se erga, bem alto, para condenar a agressão da África do Sul, do imperialismo e dos seus fantoches e para apoiar, conseqüentemente, a Independência de Angola, a República Popular de Angola".

É TEMPO QUE A VOZ DA ÁFRICA SE ERGA PARA CONDENAR A INVASÃO ESTRANGEIRA DE ANGOLA

«Sua Excelência Idi Amin, Presidente em exercício da Organização da Unidade Africana: Suas excelências, Che-

Desejamos agradecer a Sua Excelência Teferi Bente, Presidente do Conselho Militar Administrativo Provisório da

Contra a justiça da nossa causa, contra a vontade e determinação dos nossos povos, erguiam-se as armas poderosas com que os inimigos da África armavam o braço do colonialismo português. A nossa experiência demonstrou que os esforços do colonialismo português só conseguiram subsistir graças à ajuda exterior, a ajuda daqueles a quem interessava a manutenção do colonialismo.

tes de Estado e de Governo dos países membros da Organização da Unidade Africana; Minhas senhoras e meus senhores:

Desejamos, em primeiro lugar, apresentar as nossas saudações a todos os Chefes de Estado e de Governo, assim como a todos os delegados aqui presentes e, através deles, aos seus povos.

Desejamos, ao mesmo tempo, exprimir os nossos votos sinceros para que os resultados desta Sessão Extraordinária contribuam para o reforço cada vez maior da unidade entre os nossos povos, constitua um passo em frente na luta pela independência total da África.

Que nos seja permitido, ainda, exprimir a nossa satisfação por nos encontrarmos na nova Etiópia, na Etiópia socialista que rompe com o feudalismo e avança na via da independência real e da liberdade.

Etiópia, a prontidão com que o seu país, o seu povo e o seu Governo se mobilizaram para criar as condições que permitiram a realização desta reunião. No seu discurso de abertura, deu orientações a todos nós para que possamos encontrar soluções, possamos encontrar o caminho real que possa contribuir para a consolidação dos nossos Estados, para a consolidação das nossas independências, para a consolidação e emancipação da nossa África destruída pelo colonialismo.

1975: ANO DE GRANDES VITÓRIAS PARA A ÁFRICA

Excelências:

O ano que acaba de findar, foi um ano de grandes vitórias para a África. 1975 viu, sucessivamente a proclamação da Independência da República Popular de Moçambique, da República de Cabo Verde, da República Democrá-

tica de São Tomé e Príncipe. Em 11 de Novembro de 1975, com a proclamação da República Popular de Angola, terminava a longa era da dominação colonial portuguesa em África.

Estas vitórias, alcançadas graças aos sacrifícios dos povos dominados pelo colonialismo português, são, também, as vitórias de toda a África, são as vitórias de toda a Humanidade progressista.

Desejamos, aqui, prestar a nossa homenagem vibrante aos esforços, à dedicação e ao espírito de sacrifício de todos aqueles que, pela sua contribuição, alargaram as fronteiras da liberdade, em África.

O combate travado — não é demais lembrá-lo, no momento em que parcelas do nosso continente continuam dominadas — foi um longo e árduo combate.

Contra a justiça da nossa causa, contra a vontade e determinação dos nossos povos, erguiam-se as armas poderosas com que os inimigos da África armavam o braço do colonialismo português. A nossa experiência demonstrou que os esforços do colonialismo português só conseguiram subsistir graças à ajuda exterior, à ajuda daqueles a quem interessava a manutenção do colonialismo. Entre todos, destaca-se a África do Sul racista, verdadeiro bastião da opressão no nosso continente, país cuja política tem como

pedra angular a pretensa inferioridade do homem africano; país em que um Governo composto exclusivamente de brancos — representando os seus interesses, enquanto grupo racial — oprime, humilha e discrimina os homens, em função da cor da pele.

O país do «apartheid», símbolo da intolerância e do dogmatismo racista, constitui um inimigo jurado dos povos de África. Ao mesmo tempo, o seu regime opressivo jamais escondeu a sua política agressiva. Tropas sul-africanas participaram em operações contra o nosso povo, ao longo da dominação colonial portuguesa. O colonialismo português foi vergonhosamente derrotado pelos nossos povos africanos.

O dia 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da República Popular de Angola, é um dia de vitória para todos os povos de África e do Mundo que conosco lutaram pelos mesmos objectivos.

Seria de esperar que o inimigo se resignasse à derrota? Que assistisse, passivamente, à actuação da soberania dos povos? Não, mais do que ingenuidade, seria uma falta grave para com os nossos povos, se acreditássemos nas boas intenções do inimigo.

O inimigo não muda a sua natureza. Só muda a sua tática. Não nos surpreende, por isso a intervenção directa da África do Sul, a agressão des-

carada a que o país do apartheid se entrega contra o povo angolano. É a lógica da opressão e da agressão. A cada vitória dos povos, o inimigo responderá com uma nova vaga de crimes mais sanguinários; responderá com a escalada da violência reaccionária.

É tempo de nos conhecermos realmente, de podermos saber com quem contar na luta contra os inimigos da África. É tempo — e cremos que nós já tardámos um pouco — de que a voz da África se erga para condenar a invasão estrangeira e apoiar, como no passado, aqueles que se batem e tombam pela liberdade e pela dignidade da África. Este é o problema principal que nós temos a discutir nesta sessão extraordinária.

A Organização da Unidade Africana não deve surpreender a agressão directa da África do Sul contra a República Popular de Angola. Desde a sua fundação, em 1963, a nossa Organização denunciou o regime racista sul-africano como um Governo despótico de uma minoria contra os povos africanos, não só da África do Sul, como de toda a África.

Em foruns internacionais — em particular no seio da Organização das Nações Unidas — o grupo africano, em conjunto com os países asiáticos e socialistas, faz votar a condenação do regime da África do Sul, apesar do apoio que lhe prestavam os seus aliados ocidentais.

A luta contra o racismo e a discriminação racial; a luta contra qualquer forma de colonialismo constitui, hoje, um ponto de princípio fundamen-

tal, um dos alicerces dentro da nossa Organização, conforme vem escrito na própria Carta da Organização da Unidade Africana.

A África tem, pois, o dever de condenar, aberta e claramente, esta agressão. A África tem o dever de condenar todos aqueles que abrem ca-

minho à invasão inimiga, — os traidores da África — que não hesitaram em se aliar com os inimigos maiores dos nossos povos, que são o racismo, o colonialismo e o imperialismo.

Os povos africanos exigem, os nossos povos da África exigem desta Assembleia que ela julgue os autores desses actos.

COORDENAR ESFORÇOS CONTRA AGRESSÃO IMPERIALISTA

A questão fundamental que se põe à nossa Organização é como coordenar os esforços para fazer face à agressão sul-africana imperialista contra a República Popular de Angola.

Não temos dúvidas de que o povo angolano sairá, finalmente vitorioso. Temperado por treze anos de luta cons-

tantemente activa e consequente contra as forças armadas coloniais portuguesas, o povo angolano, sob a direcção do M.P.L.A., rechaçará, seguramente, o invasor estrangeiro e os seus aliados.

É a República Popular de Angola que pode lançar um vasto movimento para a independência ou para a indispensável reconciliação nacional, exigência fundamental para a restauração da paz no país e para se iniciar a reconstrução nacional. É ela que pode organizar a ampla frente patriótica que une, para além das facções políticas, todos os angolanos sinceros, na luta contra o invasor, para preservar a independência e unidade nacionais.

Mas, seria um crime para a África assistir passivamente à violação do solo angolano pelas forças racistas. A República Popular de Moçambique, fruto da luta heróica e vitoriosa do povo moçambicano

Seria de esperar que o inimigo se resignasse à derrota? Que assistisse, passivamente, à actuação da soberania dos povos? Não. Mais do que ingenuidade, seria uma falta grave para com os nossos povos, se acreditássemos nas boas intenções do inimigo.

O inimigo não muda a sua natureza. Só muda a sua tática.

contra o colonialismo português, considera seu dever e dever de todos os povos de África — mobilizar as energias do nosso continente, assim como apelar à Humanidade progressista para prestar toda a ajuda ao povo

moçambicano e à República Popular de Angola.

Ao dizer isto, ao lançar este apelo, não somos animados por meros sentimentos de fraternidade em relação aos nossos irmãos angolanos e a nossa própria independência que está em causa. É a própria África que está em jogo. É a própria África que está a ser invadida.

Assistimos, neste momento, à primeira grande tentativa aberta de recolonização de África. O inimigo está a pôr à prova a nossa capacidade de resistência à agressão sul-africana. E, dizemos que a África do Sul é um destacamento avançado do imperialismo internacional para destruir a África. Se não formos capazes de nos opôr, com vigor e unidade, à presente agressão, estaremos a enco-

ajar o inimigo racista a invadir-nos, um por um, e sucessivamente, ocupar partes do nosso território, o que significa do nosso continente

ANGOLA: O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL E A INDEPENDÊNCIA COMPLETA

É a República Popular de Angola, cuja resistência heróica encontrou o apoio crescente da África e do Mundo, quem representa, verdadeiramente, os interesses do povo angolano, a sua vontade inquebrantável de Independência total e completa.

A FRELIMO e a República Popular de Moçambique apoiaram a assinatura dos Acordos de Alvor, porque eles consagravam o princípio fundamental de Independência Nacional, estabelecendo, para isso, a data de 11 de Novembro de 1975.

A FRELIMO e a República Popular de Moçambique, tirando as lições da sua experiência, apoiaram consistentemente a política de unidade nacional em Angola e a busca de um acordo entre os vários movimentos que se apresentavam como movimentos de libertação nacional.

A conjuntura angolana de então, o acordo entre as três Organizações, com vista à formação de um Governo de união nacional, aparecia como a única forma de garantir o princípio fundamental, a Independência, retirando ao colonizador o argumento de que não havia interlocutor válido.

Neste contexto nós consideramos que a assinatura dos Acordos de Alvor constituiu um passo positivo no processo de liquidação do colonialismo em Angola e, por isso, correc-

tamente, a Organização da Unidade Africana exprimiu o seu acordo.

Cedo, porém, a sua implementação encontrou dificuldades. Aqueles que, durante a luta armada, se haviam distinguido pela sua passividade perante o inimigo directo, o colonialismo português, começaram a tornar impossível o funcionamento do Governo de Transição a que haviam subscrito, multiplicando actos de agressão e de violência e tentando impor a sua dominação, em Luanda, através do terror.

Finalmente, tendo fracassado o seu intento de conquistar Luanda pela força, abandonaram os seus lugares no Governo de Transição, renunciando, desta forma, à própria implementação dos Acordos de Alvor.

O objectivo era claro: retirar-se para, a partir do exterior, organizar uma ofensiva destruidora, criar a justificação para uma invasão do território. E, é assim que nós vemos forças numerosas, dotadas de um material moderno, que jamais aparecera durante a luta contra o colonialismo, fazer a sua aparição no território angolano. Ao mesmo tempo, no sul do País, as forças fantoches abriam caminho aos invasores sul-africanos que com um poderoso arsenal bélico, aéreo e terrestre, ocupavam largas faixas do território angolano, que hoje se encontram sob a sua dominação directa, como é o caso de Sá da Bandeira, cujo governador militar é um coronel sul-africano de nome,

A luta contra o racismo e a discriminação racial; a luta contra qualquer forma de colonialismo constitui, hoje, um ponto de princípio fundamental, dum dos alicerces dentro da nossa Organização, conforme vem escrito na própria Carta da Organização da Unidade Africana.

A África tem, pois, o dever de condenar, aberta e claramente, esta agressão. A África tem o dever de condenar todos aqueles que abriam caminho à invasão inimiga, os traidores da África — que não hesitaram em se aliar com os inimigos maiores dos nossos povos, que são o racismo, o colonialismo e o imperialismo.

Muller.

O objectivo desta aliança não se limita, porém, ao território angolano. Neste momento, os combatentes da SWAPO estão a ser perseguidos e atacados pelas tropas sul-africanas, graças à colaboração das forças fantoches que conheciam as suas zonas de apoio. A este respeito, a nossa delegação considera de grande importância que seja ouvido o testemunho de SWAPO, só pela colaboração dos fantoches com a África do Sul na repressão aos Combatentes da Libertação na Namíbia. Hoje, torna-se claro para o mundo, quais são as forças em presença e quem defende a Independência de Angola. Aparece-nos o Movimento Popular para a Libertação de Angola — MPLA — como a única organização que defende o solo pátrio contra a agressão estrangeira; é a República Popular de Angola que traduz — no plano interno e no plano das relações internacionais — a soberania do povo angolano.

Falar, hoje, de Governo de

união nacional, com dirigentes que trouxeram as tropas sul-africanas, é o mesmo que falar de unidade e independência com a África do Sul racista.

Ao aliar-se com o inimigo — o maior inimigo da África — estes dirigentes perderam o direito de se sentar com os africanos.

A Organização da Unidade Africana não pode — sem violar a sua carta e manchar a dignidade da África — convidar agentes da África do Sul a tomar lugar nesta Assembleia, que representa a África independente e os ideais sagrados pelos quais a África luta e morre.

Ao realizar, pela primeira vez na sua história, uma sessão extraordinária, apesar de todas as manobras dilatórias e tentativas de impedir a reunião, a África mostra que está consciente da gravidade do problema e de que enfrenta o desafio maior da sua história.

UNIDADE NA LUTA

CONTRA IMPERIALISMO

Como em 1963, momento da sua fundação, esta primeira sessão extraordinária deve constituir um momento alto de unidade e de luta.

É tempo de nos conhecermos realmente, de podermos saber com quem contar na luta contra os inimigos da África. É tempo — e cremos que nós já tardámos um pouco — de que a voz da África se erga para condenar a invasão estrangeira e apoiar, como no passado, aqueles que se batem e tombam pela liberdade e pela dignidade da África. Este é o problema principal que nós temos a discutir nesta sessão extraordinária.

É certo que devemos esperar tentativas de iludir o problema real semeando a confusão. Tem-se pretendido pôr em paralelo a agressão da África do Sul e a ajuda que o MPLA recebe dos países solidários na luta pela Independência Nacional. Alguns, vão mesmo ao ponto de propor que a África do Sul só se retire — ou só retire as suas forças, as suas tropas de invasão — se os países solidários com a luta de libertação cessarem o seu auxílio. Nós queremos dizer que a luta contra a agressão sul-africana não é negociável e que em nenhuma circunstância a África deve aceitar trocar a Independência de Angola, contra o direito soberano da República Popular de Angola de estabelecer relações internacionais e receber auxílio exterior para defender a sua Pátria invadida.

Seria um crime para a África assistir passivamente à violação do solo angolano pelas forças racistas. A República Popular de Moçambique, fruto da luta heróica e vitoriosa do povo moçambicano contra o colonialismo português, considera seu dever — e dever de todos os povos da África — mobilizar as energias do nosso continente, assim como apelar à Humanidade progressista para prestar toda a ajuda ao povo-irmão e à República Popular de Angola.

A ajuda que é dada, hoje, pelos países progressistas, e nomeadamente pelos países socialistas, inscreve-se na mesma linha da ajuda fraternal que estes países concederam durante a luta armada contra o colonialismo português, e continua a conceder, hoje, àqueles que lutam contra o colonialismo, contra o racismo e contra o imperialismo que estão agredindo a África.

Esta ajuda não constitui novidade para a Organização da Unidade Africana, cujo Comité de Libertação canalizou — e continua a canalizar — as armas enviadas pelos países africanos e socialistas; armas que contribuíram para tornar eficaz e vitorioso o combate dos povos contra o colonialismo português.

A própria Organização da Unidade Africana tem a vocação de enviar delegações aos países socialistas para solicitar o reforço da ajuda, material e moral, na luta contra a dominação estrangeira em África. Mas, a Organização da Unidade Africana nunca en-

viu uma delegação para a África do Sul para pedir ajuda.

Quem invoca uma pretensa ameaça para a Independência de Angola, por causa dessa ajuda dos países socialistas? São justamente os países imperialistas que durante todo o período colonial forneceram uma ajuda material maciça ao colonialismo português. Estranha justificação esta, de última hora, pela liberdade dos povos. Eles não hesitam, quais gendarmes do mundo, em interferir, ameaçar, intimidar, agredir. Pretendem ditar a política africana, e não hesitam em fazer pressões sobre os países africanos para que não reconheçam a República Popular de Angola, e gritam «queremos que o colonialismo português continue em Angola, que o povo angolano continue dominado pelo imperialismo». Enviam os seus emissários através da África, intervindo grosseiramente nos assuntos africanos e pretendendo telecomandar as nossas decisões.

Há só uma República em Angola, a República Popular de Angola, que dirige o combate do povo angolano pela libertação das parcelas do seu território ocupadas pelas tropas sul-africanas. É esta a única República reconhecida por um largo número de países da comunidade internacional, reconhecimento que se alarga cada dia e lhe confere um estatuto diplomático internacional de Estado soberano. É esta República dotada de Constituição, Capital, Insignia e Hino — símbolos da soberania que substituiu, no território de Angola, a presença colonial portuguesa.

APOIO A JUSTA LUTA DO POVO ANGOLANO

Excelências:

Consciente dos seus deveres para com os povos irmãos de África, a República Popular de Moçambique participa nesta conferência para apoiar, em concerto com os governos africanos, como no passado, as formas de desenvolver o combate pela Independência e Liberdade em África.

Falar das tentativas de re-colonização a partir da África do Sul, não constitui, hoje, figura de retórica. A ameaça que pesa sobre nós é extremamente grave e exige acção corajosa e sacrificios.

A República Popular de Moçambique não hesitará em

colocar todos os meios de que dispõe ao serviço da África, pela causa da Liberdade e Independência de Angola e pela própria República Popular de Angola, na justa luta contra a agressão estrangeira. A tarefa assim, é a de ajudar o povo angolano, ajudar a República Popular de Angola, e não a de a substituir a esmo. Nenhuma ajuda ou intervenção da Organização da Unidade Africana na República Popular de Angola, Estado soberano, poderá ter lugar sem que, previamente, o Governo angolano determine os termos dessa participação.

Queremos, antes de terminar, saudar particularmente o Presidente Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, e exprimir-lhe, mais uma vez, o nosso apreço e a nossa solidariedade total. Que o povo angolano saiba que no seu justo combate encontrará, sempre, o apoio dos povos da África que querem a Liberdade e a Independência. Que a voz da África Unida se erga, bem alto, para condenar a agressão da África do Sul, do imperialismo e seus fantoches, e para apoiar, consequentemente, a Independência de Angola, a República Popular de Angola.

Viva a Independência Nacional.

Viva a Organização da Unidade Africana.

A luta continua. . .

(De: "Noticias", Maputo, 1976-01-17)

LUTAMOS PELA UNIDADE MAS NÃO ACEITAMOS ALIANÇA COM O INIMIGO

- Presidente Samora Machel na Assembleia Extraordinária da OUA.

Os factos concretos da actualidade do Continente Africano, foram desassombradamente postos em destaque pelo Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, quando na última sessão de debates da Primeira Conferência Extraordinária da Organização da Unidade Africana interviu de forma a colocar não só a verdade onde ela deve estar, como também para pôr ponto final na considerada reunião de reconhecimento dos inimigos da África.

«Nesta Assembleia, de maneira indirecta, pretendeu-se que ser revolucionário implicava colaborar com o inimigo. Afirmou-se que ser africano era fraternalmente receber e permitir-lhe que nos ocupe e domine. Teorizou-se o direito de o inimigo nos invadir e nos saquear» — assim se pronunciou o Presidente Samora Machel no decurso da referida intervenção final, e, quando antes havia posto algumas interrogações nos seguintes termos:

«O que nos surpreende então nesta Reunião? O que nos surpreende, nós diríamos, o que nos choca e ultraja é vermos o calor, a veemência com que foi defendida aqui em Adis-Ababa, berço da Organização da Unidade Africana, a posição do regime racista da África do Sul. O que nos desgosta é o impudor com que se proclamaram aqui as alianças com os regimes que sempre foram e continuam a ser os maiores inimigos da nossa independência, da nossa dignidade, da nossa personalidade. O que pensarão de nós os nossos Povos? O que pensará neste momento o povo sul-africano, oprimido pelo terror policial, manietado pela força das armas, humilhado pelo «apartheid»?

Na última sessão de debates da I Assembleia Extraordinária da Organização da Unidade Africana o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique Samora Moisés Machel, leu a seguinte comunicação dirigida aos países africanos:

Senhor Presidente.
Excelências:

Eis-nos quase no termo dos trabalhos desta histórica primeira sessão extraordinária da nossa organização.

É para nós a reunião em que a dignidade africana se deveria afirmar, em que sem hesitação a África inteira se ergueria contra a agressão da África do Sul, contra a intenção imperialista em Angola.

Esta era para nós a reunião da personalidade africana, contra as pressões e chantagens do imperialismo.

Foi esta a reunião que esperávamos?

Foi com profunda mágoa que a delegação da República Popular de Moçambique assistiu a algumas das intervenções aqui proferidas.

Ao irmos a esta reunião, ao participar na OUA, não desconhecíamos a realidade do nosso continente: durante os anos da luta armada contra o colonialismo português, tivemos ocasião de constatar que algumas vezes a unanimidade da luta contra o colonialismo português era violada por alguns países. conhecemos aqueles que no nosso continente embora votando resoluções de apoio à nossa luta sempre colaboraram com o colonialismo português e sempre se esforçaram por nos conduzir a posições de capitulação.

Não poucas vezes foi necessário lutar contra a qualificação de intransigentes com que esses mesmos nos apelidavam.

Achamos neste ponto oportuno agradecer uma vez mais a todos aqueles que cumpriram o seu dever de apoiar a nossa luta de libertação de uma maneira consequente até à nossa independência.

Estamos também conscientes de que existem profundas clivagens políticas e ideológicas entre os nossos Governos.

Não ignoramos tão-pouco

as dificuldades particulares que devido à herança do passado, aos condicionamentos de momento e à situação geográfica pesam sobre muitos países africanos.

Não pretendemos pois fazer abstracção do que o nosso Continente, tal como ele é. Mas não é menos verdade que apesar de todas as insuficiências, demissões, hesitações e compromissos sempre conseguimos que a Voz de África se apresentasse unida e coerente perante o inimigo directo. Que a submissão ao imperialismo levava alguns de entre nós a sabotar a luta de libertação do nosso Continente? Sofremo-lo na nossa própria carne. O que nos surpreende então nesta reunião? O que nos surpreende, nós diríamos, o que nos choca e ultraja é vermos o calor, a veemência com que foi defendida aqui em Addis Abeba, berço da Organização da Unidade Africana, a posição do regime racista da África do Sul. O que nos desgosta é o impudor com que se proclamaram aqui as alianças com os regimes que sempre foram e continuam a ser os maiores inimigos da nossa independência, da nossa dignidade, da nossa personalidade. O que pensam de nós os nossos povos? O que pensará neste momento o povo sul-africano, oprimido pelo terror policial, manietado pela força das armas, humilhado pelo «apartheid»?

Nesta Assembleia de maneira indirecta pretendeu-se

que ser revolucionário implicava colaborar com o inimigo. Afirmou-se que ser africano era fraternalmente receber e permitir-lhe que nos ocupe e domine. Teorizou-se o direito de o inimigo nos invadir e nos saquear.

Queremos dizer que entre nós e o inimigo não pode haver compromisso, por importantes que sejam as motivações económicas ou outras.

Temos 1500 quilómetros de fronteira com os inimigos directos da África. acabamos de terminar 10 longos anos de guerra e aqui nos afirmamos que em circunstância nenhuma capitularemos perante o inimigo.

O nosso dever é combater o inimigo, o nosso dever é defender o povo.

Somos africanos, africanos agredidos, africanos que se recusam a deixar-se intimidar na defesa pela dignidade de África. Por isso estamos com a República Popular de Angola.

Terminamos esta reunião, que é também aquela em que se afirmou a coragem e dignidade de todos que resistem ao imperialismo.

Queremos apresentar alguns pontos finais de reflexão.

Conquistámos pelo sacrifício a nossa liberdade. Não a recebemos de ninguém. Os nossos povos conquistaram o Poder e a Democracia não a receberam de ninguém.

Por isso estamos com o povo angolano, que pelo sangue continua a afirmar o seu direito à independência, à integridade territorial, a escolher, sem qualquer ingerência, as suas alianças, o sistema político, económico e social que corresponde aos seus interesses.

Estamos com o povo angolano, que de armas na mão, afirma o seu direito de apoiar a luta da Namíbia, a luta de libertação da África Austral. Em todas as circunstâncias somos nós mesmos, conquistamos com o nosso sangue esse direito.

Recusamos ontem durante a guerra, como hoje independentes, que alguém nos ditasse condições.

Afirmamos assim a nossa independência, o nosso não alinhamento.

Porque somos independentes, porque nos recusamos a alinhar com o imperialismo, resolutamente estamos com o povo angolano, com a República Popular de Angola, que defende o seu direito de não se tornar um novo Bantustão ou um satélite do imperialismo.

Ouvimos falar com surpresa de entrega de soberania.

A experiência de Moçambique, de Angola, da Guiné, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, é que a soberania, a independência resultaram do nosso combate, do sangue oferecido pelo nosso povo, dos imensos sacrifícios consentidos pela solidariedade africana e internacional.

Tudo conquistamos, tudo criamos.

Portugal quanto muito, porque derrotado foi obrigado a reconhecer a realidade.

A realidade dos nossos países, a realidade de Angola, é que o povo quando começou a luta assumiu a sua soberania.

Este foi o princípio, a realidade que a OUA defendeu e fez aceitar pela comunidade internacional.

A FRELIMO sempre defendeu a unidade. Esta Assembleia conhece bem a nossa luta intransigente pela defesa da unidade nacional. Esta Assembleia diversas vezes rendeu homenagem à unidade conquistada pela FRELIMO.

Lutamos pela unidade, mas nunca aceitamos unirmo-nos com agentes declarados do inimigo, nunca aceitamos unirmo-nos ao inimigo, o que significa capitular perante o inimigo.

ao inimigo, o que significa capitular perante o inimigo.

Por isso apoiamos a República Popular de Angola, o esforço do seu Governo, a acção do seu Partido dirigente, o MPLA, em unir todas as forças patrióticas no combate para preservar a independência e integridade territorial, no combate pela defesa do direito do povo a uma independência real do imperialismo.

Faiz-se de cessar-fogo. Um cessar-fogo só deve intervir depois do agressor aceitar certas condições prévias que estão na base do conflito. Propor à República Popular de Angola um cessar-fogo sem que a África do Sul e seus agentes tenham aceite evacuar as tropas invasoras e seu material, e um prémio à agressão. É necessário que o inimigo aceite retirar-se do território angolano, é necessário que ele aceite a existência livre da República Popular de Angola, é necessário que ele cesse de tentar transformar Angola numa nova base para atacar os países independentes para que possamos discutir um cessar-fogo.

O cessar-fogo só é válido quando o imperialismo cessa a sua agressão.

Durante a luta de libertação fomos apoiados pela África, fomos apoiados pelos países socialistas, fomos apoiados por toda a Humanidade progressista.

Os países socialistas forneceram-nos uma ajuda substancial que aumentou em junção do desenvolvimento da luta.

No início dos anos 70 o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO começaram a receber foguetes solo-solo, foguetes solo-ar.

Tínhamos essas armas, tínhamos connosco os instrutores dessas armas.

Quando ganhámos a guerra, para forçar o colonialismo a respeitar os acordos assinados, em seguida para consolidar a nossa soberania face às ameaças exteriores, continuámos a receber armas com instrutores.

Temos esse direito a defendermo-nos, temos o direito de recorrer aos nossos aliados naturais, àqueles que sempre nos apoiaram, para reforçarmos a nossa capacidade de defesa. Por isso mesmo apoiamos a República Popular de Angola quando recorre aos seus aliados para que estes reforcem a sua capacidade para expulsar o invasor.

Por isso agradecemos, hoje como ontem, a todos que cumprem o seu dever internacionalista de apoio à luta de libertação.

A República Popular de Moçambique tem no seu território projectos económicos realizados pelo colonialismo português com investimentos sul-africanos e outros.

A República Popular de Moçambique tem cerca de 3000 quilómetros de costas sobre o Oceano Índico.

A República Popular de Moçambique é um dos países que deve servir de base de apoio à luta da África Austral.

Necessitamos de saber, se o inimigo nos atacar, se o inimigo pretender que o seu direito ao «apartheid» se encontra ameaçado, necessitamos de saber se o inimigo arranjar um punhado de fantoches que o convidem a invadir-nos, necessitamos de saber quem em África estará connosco.

Queremos saber também quem nos negará o direito à defesa, quem nos dirá que o apoio dos nossos aliados é uma intervenção estrangeira. Nesta reunião ficamos a conhecemo-nos.

A República Popular de Moçambique, em conjunto com

21 outros países, consciente dos seus deveres perante a liberdade e a dignidade de África, submeteu um projecto de resolução.

Queremos na essência:

I — que sem condições, sem contrapartida, sem ambiguidade, seja condenada a agressão da África do Sul, inimigo directo da África, e seja exigida a retirada imediata e incondicional das suas forças e material;

II — que sem condições, sem contrapartida, sem ambiguidade, sejam condenados os grandes responsáveis, que sendo angolanos, sendo africanos, abertamente colaboram com a África do Sul;

III — que incondicionalmente, sem contrapartida, sem ambiguidade, se apoie os que defendem a independência e integridade territorial de Angola, contra a invasão sul-africana, contra as agressões, manobras e subversões do imperialismo.

IV — que incondicionalmente, sem contrapartida, sem ambiguidade, se apoie os que lutam pela unidade nacional, pela unidade de todas as forças patrióticas, os que lutam para reconstruir na Paz, na unidade e na integridade a Angola livre. A OUA deve apoiar todos os esforços da República Popular de Angola para unir todos os patriotas no esforço nacional;

V — até que estejamos em condições de chegar a um consenso na base de posições justas, devemos adiar o nosso debate, sine die.

A Luta Continual

(De: "Noticias, Maputo, 1976-01-18)

**A ÁFRICA É CHAMADA A ELEVAR A SUA UNIDADE
PARA EXPULSAR DEFINITIVAMENTE O IMPERIALISMO.**

- Presidente Samora Machel na sessão inaugural do Comité Coordenador para a libertação de África.

"A concepção da unidade africana existente até uma época recente permitiu-nos desenvolver o combate contra as formas clássicas do colonialismo. As vitórias alcançadas pelos povos africanos forçaram o inimigo a modificar a sua estratégia e tática. Um novo desafio aparece assim: a África é chamada a elevar a sua Unidade para a presente batalha, a batalha que decorre para expulsar definitivamente o imperialismo da África, a batalha para libertar a África das bases estrangeiras, da dominação económica, da subserviência cultural, a batalha para impor uma nova ordem internacional. Esta batalha exige uma maior mobilização das massas, mais do que uma unidade inter-governamental ela requer uma larga frente popular anti-imperialista" - declarou o Presidente Samora Machel na cerimónia inaugural da 26ª sessão do Comité Coordenador para a Libertação da África. É o seguinte, na íntegra, o texto do discurso do Presidente Samora Machel:

<p>Sua Excelência Ahmed Laraki Presidente em exercício da XXV Sessão do Comité de Coordenação para a Liberta- ção da África</p>	<p>Tenente-coronel Hashim Mbita Secretário Executivo do Co- mité de Coordenação para a Libertação da África</p>	<p>que o Comité de Libertação através dos seus representa- ntes se encontra no nosso solo, no cumprimento da alta tarefa que lhe incumbe para a liber- tação do nosso Continente.</p>	<p>novo a vossa visita, agora à zona libertada de Cabo Delga- do, teve lugar num momento decisivo do nosso combate: o momento em que desencadeá- vamos uma ofensiva política, ideológica e militar para re- chegar a infiltração e subver- são inimiga no nosso seio, ofen- siva que culminou com a neu- tralização dos agentes físicos e morais da reacção e a inten- sificação da vigilância revolu- cionária.</p>
<p>Camaradas Dirigentes dos Mo- vimentos de Libertação</p>	<p>Excelências Camaradas Amigos Minhas Senhoras Meus Senhores,</p>	<p>O Comité de Libertação em cada uma das suas visitas pô- de vir observar e testemunhar momentos maiores da nossa luta e os avanços do combate libertador, o que lhe permitiu conhecer a situação concreta e conduziu à intensificação da ajuda moral e material.</p>	<p>Em Setembro de 1974 de novo o Comité de Libertação esteve connosco na tomada de posse do Governo de Transi- ção. Em 25 de Junho de 1975 aqui vieram viver connosco os momentos exaltantes da ma- terialização da vitória popular.</p>
<p>Suas Excelências Ministros dos Negócios Es- trangeiros Embaixadores Delegados e Observadores</p>	<p>É com grande satisfação que a FRELIMO, a República Popu- lar de Moçambique e o povo moçambicano na sua Pátria li- bertada recebem o Comité de Coordenação para a Libertação da África, o banco de sangue da solidariedade africana.</p>	<p>Em Maio de 1968 o Comité de Libertação visitou as zonas libertadas de Niassa no mo- mento em que preparávamos o II Congresso da FRELIMO que marcou o início de uma nova e decisiva fase da nossa luta armada de libertação nacional.</p>	<p>Desta vez somos honrados pela presença do Comité de</p>
<p>Sua Excelência William Eteki Mboumoua Secretário-Geral Administra- tivo da Organização da Unidade Africana</p>	<p>Recebemos amigos de sem- pre, amigos que nas horas de combate marcharam connosco.</p>	<p>Em Outubro de 1972, de</p>	
<p>Sua Excelência</p>	<p>Esta não é a primeira vez</p>		

Libertação que aqui vem realizar a sua 26.ª Sessão Ordinária. Sejam pois bem-vindos uma vez mais a Moçambique. Fazemos votos para que esta vossa presença aqui, junto do rio Maputo, nos limites da África libertada, marque o início de uma nova ofensiva libertadora.

A reunião do Comité de Libertação na capital da República Popular de Moçambique testemunha a extensão das fronteiras da liberdade e da dignidade africanas, ela exprime a determinação dos povos africanos de liquidar completamente a dominação estrangeira, ela traduz a nova correlação de forças entre nós e o inimigo.

A vossa presença marca o triunfo dos sacrifícios consentidos pela África e pela Humanidade progressista, sacrifícios que permitiram derrubar o colonialismo português.

Ao recebermos aqui o Comité de Libertação queremos reafirmar que a República Popular de Moçambique fruto da luta heroica e vitoriosa do povo moçambicano contra o colonialismo português e o imperialismo entende continuar a assumir plenamente o dever que lhe cabe no combate unido da África e do Mundo contra a dominação e a exploração estrangeira no nosso Continente.

O colonialismo português derrotado militarmente pelos nossos povos deixou de existir em África.

Neste momento, desejamos prestar uma homenagem comovida e respeitosa à memória de todos aqueles que caíram na luta contra o colonialismo, transportando o facho da liberdade e da independência africana. Convidamos todos os presentes a observar um minuto de silêncio.

A causa dos povos das antigas colónias portuguesas triunfou por ser justa e apoiada pela solidariedade da África e das forças progressistas do Mundo. Os inimigos dos povos, o colonialismo e imperialismo são forçados a constatar com desespero a nossa vitória comum.

A vitória da Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Angola, de Timor-Leste, marca o início duma nova fase da libertação dos povos.

Esta reunião do Comité de Libertação num país que conquistou a vitória pela luta armada de libertação é a afirmação viva da capacidade do nosso Continente de se libertar completamente.

Em África o colonialismo está sendo forçado a abandonar as suas posições. A resistência popular triunfou nas Comores e o Arquipélago proclamou a sua independência. Apesar das manobras imperialistas nas Seychelles e na Costa dita francesa dos Somális (Djibouti) o processo da independência nacional encontra-se na sua fase final. O combate do povo do Sara forçou a potência colo-

nia a reconhecer a impossibilidade de dominação colonial e clássica; este combate garante-nos que um dia o povo fará triunfar as suas aspirações.

Encontramo-nos na fase da liquidação final do capítulo doloroso, humilhante e atroz do colonialismo clássico.

Dizer isto no entanto não significa afirmarmos que a obra de libertação nacional está terminada.

A Libertação Nacional é um processo que se inicia com a resistência nacional à ocupação estrangeira e que só cessa quando todas as formas de dominação imperialista forem definitivamente liquidadas.

Libertação Nacional é o combate pela conquista da plena independência política. Libertação Nacional é o combate cultural para afirmar a nossa personalidade africana. Libertação Nacional é a luta contra a presença militar das bases imperialistas de agressão no nosso Continente. Libertação Nacional é a luta dos nossos países para recuperar o direito de explorar em benefício próprio os seus recursos naturais. Libertação Nacional é a luta contra a ordem económica imperialista nas relações internacionais. Libertação Nacional é o combate de todos os povos do nosso Continente para livremente escolherem a ordem política e económica que melhor os serve. Libertação Nacional é a afirmação do direito de cada novo escolher os seus

amigos.

Só assumindo plenamente e de forma consciente a Libertação Nacional é que seremos capazes de definir correctamente o inimigo, estudar a sua estratégia e tática e assumir a dimensão real da batalha presente.

Tal compreensão é fundamental para determinar a natureza verdadeira das formas de dominação que continuam a subsistir no nosso Continente.

Com a queda do colonialismo português e a previsão do desaparecimento muito próximo das restantes formas de dominações de tipo colonial, os regimes racistas aparecem como as últimas sobrevivências das formas clássicas de dominação. Todavia por detrás deles, ergue-se o imperialismo, inimigo permanente e principal de todos os povos.

Poranto o desenvolvimento da luta do Continente e a queda sucessiva dos regimes coloniais, o imperialismo vê-se obrigado a identificar-se cada vez mais abertamente com os regimes de Salisbúria e Pretório; ao mesmo tempo procura reforçar a sua presença militar no Continente com vista a conseguir, pela ocupação ou pela intimidação, a submissão política e económica dos países já independentes. Deste modo, o imperialismo é forçado a desmascarar-se revelando aos olhos dos povos a sua verdadeira natureza de inimigo directo.

Podemos afirmar que a épo-

ca presente é a época em que as lutas populares conduzem à confrontação com o imperialismo, a época em que enquanto aumenta a sua agressividade, o imperialismo perde uma por uma as suas posições em África.

Tendo perdido os intermediários coloniais, sabendo que se encontram contados os dias dos regimes racistas, o imperialismo procura por todos os meios neutralizar e derrubar os regimes populares, os regimes anti-imperialistas da África, que o ameaçam. Para isso o imperialismo intensifica as acções de subversão, a corrupção, a chantagem, as pressões e ameaças. Através da sabotagem económica o imperialismo procura suscitar graves crises económicas que conduzem à destabilização dos regimes populares. Porém quando sente que vai perder as suas posições de dominação e exploração, o imperialismo não hesita em recorrer à força brutal, à agressão aberta.

O imperialismo ataca os povos, divide os países, instala regimes fantoches, impõe as suas bases militares que servem como plataforma permanente de agressão contra as lutas populares.

Assim em 1947 desencadeia a guerra de agressão contra os povos árabes e impõe na zona o Estado agressivo de Israel. Em 1949 ocupa a província de Taiwan para atacar a República Popular da China. Em 1953 impõe depois duma agressão brutal, o regime fantoche de Seoul contra as con-

quistas populares da parte Norte da Coreia. Em 1954 é imposta a divisão do Vietname, é instalada na parte sul a máquina de agressão imperialista.

Em seguida e sucedendo-se até aos nossos dias testemunhámos a divisão de Chipre, a criminoso invasão do Laos, a violação da soberania do Camboja, as tentativas de partilha do Líbano.

Também em África as agressões abertas são bem conhecidas. Nos anos sessenta o Zaire e nã o Congo-Leopoldville foi agredido pelo imperialismo que quis bloquear o processo de implantação do regime popular e dividir o país. Mais tarde, o imperialismo procurou pelas armas desmembrar a Nigéria, fomentando a secessão da Região Oriental. Em 1972 a República da Guiné foi objecto de uma invasão que visava substituir o regime progressista do Partido Democrático da Guiné por um regime subserviente à dominação estrangeira. Recentemente pela força, a ilha de Mayotte é ocupada pela França. Durante todo o período de guerra colonial imperialista de agressão contra o nosso povo foi sistemática a utilização de tropas sul-africanas e rodesianas, assim como de chamados conselheiros estrangeiros. Durante todo este período foram constantes as agressões contra os países limítrofes que assumiram os riscos da solidariedade, ou seja, a Tanzânia, a Zâmbia, o Congo, o Zaire, a Guiné, o Senegal.

Hoje mesmo, contra as nos-

sas fronteiras, têm lugar repetidas provocações do regime minoritário e agressor de Ian Smith.

Camaradas e Amigos
Excelências
Minhas Senhoras e
Meus Senhores

A tentativa de desmembramento do Arquipélago das Comores, a ocupação de partes do território egípcio pelas forças sionistas, a invasão sul-africana em Angola, são na realidade manifestações duma mesma agressividade imperialista dirigida contra as conquistas dos povos, destinada a intimidar as massas, bloqueá-las no processo da sua libertação, impedí-las como é o caso do Egito e Angola, de cumprir o seu dever de solidariedade com as lutas vizinhas de libertação.

Na África Austral, utilizando as forças fiéis de Pretória, o imperialismo, que continua a dominar a Namíbia deseja através da ocupação de Angola, dispor do bases do partido para estender a sua dominação e exploração na África independente.

Por isso nós consideramos que, hoje mais do que nunca, há uma relação íntima e fundamental, uma interdependência permanente no processo de Libertação Nacional nos países independentes e nos países ainda dominados. Os países independentes e os Movimentos de Libertação Nacional são aliados permanentes e iguais.

Sejamos claros: ou a África

estende as fronteiras da liberdade ou então as forças do imperialismo alargarão a zona de subserviência. Trata-se pois não só de apoiar resolutamente a luta de libertação, como também de intensificar o combate nos nossos próprios Estados pela liquidação das dependências do imperialismo.

Este é o combate crucial da África. Devemos porém reconhecer que neste combate muito embora os nossos povos estejam unidos, frequentemente os nossos Estados exprimem linhas divergentes.

Todos nós constatámos há poucos dias em Adis-Abeba que na fase actual alguns Estados não se encontram em condições de condenar claramente e sem ambiguidades e agressão de Pretória contra Angola, contra a África. Todos verificamos igualmente que esses mesmos Estados não foram capazes de claramente e sem contrapartida ou ambiguidade, condenar os que sendo angolanos colaboram na invasão sul-africana.

A dignidade e o respeito por nós mesmos exigem que assim como ontem condenamos Van Thieu no Vietname, Lon Nol no Camboja, Tohang Kai Chek na China, Tshombé na África, exigem que condenemos os que agora conduzem as tropas da África do Sul, inimigo número um da África, a atacar a sua própria Pátria e massacrar o seu povo.

A afirmação de duas linhas em Adis-Abeba é positiva para um melhor conhecimento entre os nossos Estados, é positiva para o desenvolvimento da luta

popular em África.

A agudização das contradições entre os povos e o imperialismo, a intensificação da batalha entre os interesses populares e os interesses do inimigo, leva necessariamente a diferentes definições do inimigo e a uma consequente reapreciação das alianças.

Podemos afirmar que qualquer regime determina a sua oposição: um regime popular é oposto pelas forças reaccionárias no plano nacional e pelo imperialismo ao nível internacional; paralelamente um regime explorador e opressor encontrará contra si as massas populares nacionais e o conjunto das forças progressistas mundiais.

A procura de compromissos com o inimigo, o esforço de convencer o inimigo da nossa boa vontade, o princípio de não intensificar a luta para que o inimigo possa negociar, constituem na realidade manifestações da aliança entre as classes reaccionárias nacionais e o imperialismo e conduzem à capitulação.

A África combate contra bases estrangeiras. A África resolutamente opõe-se à continuação de bases imperialistas de agressão no Oceano Índico. A África correctamente compreende que as bases militares estrangeiras, a nuclearização das suas costas, constituem uma ameaça contra o seu processo de libertação, contra o seu direito de edificar o regime político, económico e social que melhor corresponder aos interesses dos seus povos.

A liquidação definitiva dos regimes racistas e dos restos do colonialismo depende de uma prática anti-imperialista consequente do nosso Continente.

Excelências,
Camaradas e Amigos,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Para apoiarmos mais eficazmente os movimentos de libertação, para que se reforce a mobilização das massas nos países dominados, para que mais rapidamente se desenvolva o combate libertador, é imprescindível que o Comité de Libertação Intensifique a acção em favor da unidade real das forças combatentes.

Isto conduz a abordar com coragem militante e analisar sem ambiguidade o problema da proliferação de organizações que se reclamam da qualidade de movimentos de libertação.

A experiência mostrou-nos que sempre que o Comité da Libertação soube proceder a escolhas correctas, sempre que o Comité soube separar-se dos pseudo Movimentos, das Organizações marginais e oportunistas, a luta de libertação desenvolveu-se harmoniosamente, as massas reforçaram a sua unidade contra as manobras divisionistas e África e os seus aliados naturais os países socialistas, puderam canalizar a sua ajuda e intensificar a sua contribuição à causa da Libertação Nacional.

Esta é a experiência do Co-

mité de Libertação em relação à Guiné-Bissau, Cabo Verde,

Comores, Namíbia, Seychelles.

Em contrapartida, quando o Comité de Libertação, foi incapaz de proceder a uma escolha clara e correcta, fornecemos aos inimigos da África a possibilidade de utilizar os movimentos pouco representativos e mais débeis ideologicamente, para minar o processo de libertação. Esta é a realidade que originou a trágica situação de Angola. Devemos estar conscientes das nossas responsabilidades.

A proliferação dos Movimentos de Libertação só facilita uma maior acção divisionista do inimigo.

Na proliferação o imperialismo encontrará os que por ambição, fraquezas ou corrupção estão prontos a aliar-se a ele e a opor-se aos Interesses populares.

Mais do que um esforço de conciliação entre movimentos, impõe-se um esforço prévio de análise sobre a natureza, o origem e o significado de diversos Movimentos de Libertação.

Em função disso poderemos então determinar a linha justa a seguir: reconhecermos só uma organização com exclusão de todas as outras, ou se tal, se justificar fazer um esforço de conciliação.

Impõe-se actualmente a intensificação do combate comum para a libertação da África Austral.

A Rodésia é uma colónia britânica onde uma minoria racista usurpou o poder e o exer-

ce pela força das baionetas com o apoio activo do imperialismo.

O regime racista, após a derrota colonial portuguesa, experimenta um isolamento sem precedentes na sua História.

Impetuosamente as massas populares multiplicam os combates políticos em favor da independência nacional.

O regime responde às exigências do povo com um aumento brutal de repressão e a multiplicação de manobras, enquanto intensifica provocações e agressões contra a República Popular de Moçambique e outros Estados limítrofes, no intuito de alargar a zona de conflito, internacionalizá-lo e desviar a atenção dos antagonismos internos.

O povo moçambicano porém, não se deixa intimidar pelas provocações. Em qualquer circunstância nós cumprimos o nosso dever internacionalista para com a luta do povo de Zimbabwe.

A ocupação colonial da Namíbia prossegue com a dominação sul-africana, com a guerra de agressão sul-africana contra o povo de Namíbia dirigido pela SWAPO.

O regime de Pretória num esforço desesperado de impedir a inevitável vitória do povo, estendeu a sua agressão criminosa à República Popular de Angola.

As tropas sul-africanas sofrem hoje reveses humilhantes, os soldados do racismo arrogante estão a ser derrotados vergonhosamente.

O ataque contra Angola engajou no combate contra Pretória as massas populares angolanas, e mobiliza hoje os povos africanos e do mundo indignados perante a agressão brutal do regime sul-africano.

Qual é a estratégia do inimigo?

O regime de Pretória apoia-se pelo imperialismo, empreende uma campanha para dividir a África. Pretória é um cancro que procura difundir as suas raízes na África independente.

A dignidade dos povos africanos rejeita a política de Pretória, rejeita qualquer compromisso. Os compromissos com o inimigo ameaçam gravemente a nossa independência, mancham a nossa dignidade, travam a emancipação do nosso Continente.

A República Popular de Moçambique defende o princípio de que a África do Sul deve ser excluído da comunidade das Nações de África e do mundo em virtude da sua política anti-humana e da sua agressividade.

A República Popular de Moçambique é solidária com o combate do povo sul-africano de todas as raças para instaurar uma ordem social realmente democrática.

A República Popular de Moçambique aprecia altamente o longo e histórico combate do Congresso Nacional Africano para unir, organizar e mobilizar o povo sul-africano de todas as raças no combate pela edificação duma sociedade de dignidade, uma sociedade humana, uma sociedade nova.

Excelências

Camaradas e Amigos,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A concepção da unidade africana existente até uma época recente permitiu-nos desenvolver o combate contra as formas clássicas do colonialismo.

As vitórias alcançadas pelos povos africanos forçaram o inimigo a modificar a sua estratégia e tática.

Um novo desafio aparece assim: a África é chamada a elevar a sua Unidade para a presente batalha, a batalha que decorre para expulsar definitivamente o imperialismo da África, a batalha para libertar a África das bases estrangeiras, da dominação económica, da subserviência cultural, a batalha para impor uma nova ordem internacional.

Esta batalha exige uma maior mobilização das massas, mais do que uma unidade inter-governamental ela requer uma larga frente popular anti-imperialista.

Esta é a época em que se inicia a liquidação final do imperialismo no nosso Continente.

Nesta frente, neste combate, obrigatoriamente se incorporam os nossos aliados naturais, os países socialistas que constituem a Zona Libertada da Humanidade, as forças democráticas mundiais que são destacamentos operacionais do nosso combate.

Sairemos vitoriosos da nova confrontação. Os povos da África querem construir a sua unidade, uma unidade fundada na in-

dependência, na liberdade e numa ordem social que os sirva.

Formulamos votos de sucessos para os vossos trabalhos e de uma boa estada na República Popular de Moçambique.

Viva a Luta de Libertação Nacional!

Viva a OUA!

Viva a África Unida!

A Luta Continua!

(De: "Notícias", Maputo, 1976-01-20)

DISCURSO DO
PRESIDENTE SAMORA MACHEL
NO
DIA DOS HERÓIS MOÇAMBICANOS

"ORGANIZAR A DEMOCRACIA NO SEIO DA CIDADE,
LIQUIDAR O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL"

- Anunciada a Nacionalização dos Prédios de rendimento

O povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, comemorou o Dia dos Heróis da Pátria, aqueles que se sacrificaram contra a opressão colonialista, que durante séculos agrediu o nosso território. O Dia 3 de Fevereiro, por um lado, recorda um momento triste da História da Luta Popular de Libertação Nacional, pela perda irremediável de um dos principais obreiros da Revolução, Eduardo Chivambo Mondlane. Por outro lado assinala o momento exacto em que agudizámos a nossa luta política, o momento em que rompemos definitivamente com o inimigo. No entanto, o Dia dos Heróis da Pátria lembra acima de tudo aqueles que se sacrificaram, resistindo à penetração colonial, opondo-se determinadamente à administração colonial fascista e, finalmente, todos os que se sacrificaram travando uma guerra popular de libertação contra uma guerra colonial de agressão. É a forma mais justa de recordar esses sacrifícios, assenta no desenvolvimento da luta pela concretização dos objectivos pelos quais os nossos Heróis se bateram - a conquista da Independência total e completa. Mas a realização deste objectivo último exige, que na actual fase do processo revolucionário, nos empenhemos em dar conteúdo à independência política já conquistada. É por isso que nas comemorações do Dia 3 de Fevereiro, o responsável máximo pela Revolução Moçambicana, Samora Moisés Machel, entusiasticamente apoiado por uma multidão estimada em cerca de 50 mil pessoas que enchiam por completo a Praça dos Heróis, em Maputo, transmitiu orientações políticas e algumas medidas imediatas que o Governo executará, e que de forma profunda definem os interesses das largas massas operárias e camponesas. Durante este encontro popular, o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique pronunciou um improvisado, que pela sua importância e significado, passamos a transcrever na íntegra.

Viva FRELIMO; Viva FRELIMO que une e organiza o povo; viva o povo moçambicano unido do Rovuma ao Maputo; Viva a Revolução Moçambicana; Vivam os continuadores da Revolução Moçambicana; Vivam as Forças Populares de Libertação de Moçambique; Viva a luta justa dos povos oprimidos; Viva a luta do povo moçambicano do Rovuma ao Maputo.

A luta continua

Independência ou Morte

Abaixo o colonialismo; Abaixo a reacção; Abaixo a contra-revolução; Abaixo a exploração do homem contra o homem; Abaixo a dominação; Abaixo a discriminação.

Viva a luta do povo moçambicano do Rovuma ao Maputo

Obrigado

Viva a FRELIMO

Viva a população da Província do Maputo

Vamos dizer Lourenço Marques? População de Lourenço Marques? Então como é que vamos dizer? Viva a população da Província do Maputo. Viva a população da Província do Maputo. Viva a população do distrito de Lourenço Marques? Então são de Lourenço Marques? Não.

Então qual é o nome que vamos dar à nossa província? Como é que se vai chamar esta província? Capital donde? O nome da capital como é que vamos dizer? Então? Eu vou dizer depois de ter ouvido muitas opiniões aqui. Lourenço Marques já não é Lourenço Marques. A capital chama-se Maputo. A partir de hoje a nossa capital chama-se Maputo. Província do Maputo, Capital Maputo.

Viva a população do distrito do Maputo.

Viva a população de Maputo.

Concordamos?

3 DE FEVEREIRO SUMARIZA SACRIFÍCIO DO POVO INTEIRO

Nós viemos aqui hoje para celebrar as grandes vitórias do povo moçambicano unido do Rovuma ao Maputo. Viemos para comemorar a resistência popular, a resistência secular contra a penetração do colonialismo no nosso País até ao desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Isto representa o resumo das pequenas e grandes vitórias acumuladas pelo povo na sua luta justa contra o opressor. Viemos aqui para honrar a memória dos nossos heróis, aqueles que ofereceram as suas vidas preciosas para que Moçambique nascesse, para que existisse o povo moçambicano do Rovuma ao Maputo sem discriminação de raças, sem discriminação étnica, sem discriminação religiosa e regional.

Viemos aqui para mostrar o ponto mais alto da nossa unidade nacional. O dia de hoje

não simboliza somente aqueles que caíram na luta de libertação nacional quando ela foi desencadeada em 1964, dirigida pela FRELIMO, simboliza também aqueles que foram deportados, aqueles que morreram como escravos nas Américas, em São Tomé, e noutros países, e sobretudo aqueles que morreram quando resistiam à penetração colonial em Moçambique. Embora tenham sido lutas dispersas, lutas desorganizadas elas têm importância para nós como pontos de referência. A luta armada de libertação nacional que começou no dia 25 de Setembro de 1964 não é senão uma continuação da resistência secular contra a dominação estrangeira no nosso país.

O dia 25 de Setembro de 1964 é o grau mais alto da unidade nacional. Então perguntaríamos: o que é que representa o dia 3 de Fevereiro? Diríamos que o 3 de Fevereiro é o dia que sumariza o sacrifício do povo inteiro. Através do sacrifício do Presidente Eduardo Mondlane nós evocamos os sacrifícios dos milhares e milhares que caíram nas prisões, sob as torturas, sob os bombardeamentos, dos militantes que caíram no desempenho das suas várias tarefas para sermos o que hoje somos. Quando dizemos da tortura é nas prisões da PIDE, é nas prisões da Machava, é nas prisões de Mabalane, é nas prisões de Ponta Mahone; é nas prisões da Ilha de Ibo, é nas prisões e nas plantações de ... é nos portos que ... acres através das suas baionetas, através das suas bombas assassinas, através dos adegamentos em que nos encurralavam, onde brutalizavam a nossa população. É na cidade de Lourenço Marques onde criavam Gabinetes de Urbanização para poderem criar as estradas que lhes permitiriam penetrar no seio da população e descobrir os sentimentos mais íntimos da nossa população — sentimentos de resistência, sentimentos de ódio contra o ocupante.

3 DE FEVEREIRO MOMENTO ALTO DA AGUDIZAÇÃO DA LUTA

No entanto, o dia dos heróis não é só um dia de homenagem geral aos heróis, é um resumo dos sacrifícios. Recordar o 3 de Fevereiro é recordar um momento alto da nossa guerra, e ao mesmo tempo um momento alto da agudização da luta política.

Quando nós dizemos a agudização da nossa política é que foi o momento em que nos demarcamos completamente do inimigo. Significa para nós — criámos uma ruptura completa. Diríamos criámos o divórcio com o inimigo, pela vida e pelo comportamento. É quando rompemos com o inimigo. É a altura em que nós começámos a distinguir o que é do inimigo do que é nosso. É aí que nós defi-

nimos que tudo que é do inimigo é mau. Tudo quanto é nosso é de um alto valor. É positivo.

No dia 3 de Fevereiro, o inimigo colonialista aliado ao imperialismo internacional apunhalou-nos pelas costas. É como se nos arrancassem o coração pelas costas. Vivia muito perto de nós, mas, quando sentiu que a luta já ultrapassava aquele nacionalismo estrieto e que a nossa luta já não era uma pura luta, simples luta armada, mas visava a libertação total do homem, visava a libertação da nossa personalidade, visava a libertação total da nossa cultura, do nosso valor, em resumo: valorizava aquilo que é nosso, que foi criado por nós e desenvolvido por nós. O inimigo começou a mostrar-se mais cruel, mais bárbaro, mais assassino, mais pérfido. Por isso a vida do moçambicano passou a ser objecto do inimigo.

O dia 3 de Fevereiro é o dia em que o inimigo fez cair a pedra de grande tamanho que sustentava e simbolizava a nossa determinação. É evidente que o inimigo ao praticar este crime desumano, crime hediondo e bárbaro, estava convencido que assassinando um herói, prolongando o que já vinha praticando há longa data, bombardeando, torturando, saqueando, estava convencido que criava as condições para impedir a liberdade do povo moçambicano. Matava o gado, matava cabritos, matava galinhas, lançava granadas nos lagos e nos rios para matar o peixe, porque isso tudo constituía alimento para um moçambicano, a fim de poder resistir à guerra de agressão imperialista, guerra de agressão colonialista.

Mas incapaz de com estes actos impedir o progresso da nossa luta, porque a nossa luta era justa, recorreu ao crime maior como arma final, assassinando, destruindo, fazendo cair a pedra de grande tamanho que representava a determinação do povo moçambicano do Rovuma ao Maputo.

A REVOLUÇÃO SIGNIFICA TRANSFORMAÇÃO PROFUNDA DAS ESTRUTURAS

Mas, se o inimigo não praticasse esses crimes deixava de ser inimigo e sobretudo perderia a sua natureza de ser. Se o inimigo deixar de violar, se o inimigo deixar de abusar, se o inimigo deixar de humilhar, se o inimigo deixar de oprimir, se o inimigo deixar de explorar, se o inimigo se misturar completamente com o povo, perde a sua natureza de inimigo. Mas nessa altura, a nossa resistência era uma resistência inabalável porque já tínhamos assumido a importância do que é a luta popular para se opor à luta colonial. Nós já tínhamos declarado o que é a ofensiva generalizada em todas as frentes. Na frente de organização, na frente de unir o povo, na

frente de organização, na frente de enraizamento das estruturas, na frente de emancipação da mulher, na frente de fazer assumir plenamente os nossos valores, aqueles continuadores que não tinham sido contaminados pelos germes colonialistas. Tratava-se de proteger o viveiro de onde saem as plantas seleccionadas. Para melhorar o tipo de planta que nós queríamos que fosse generalizada em todo o nosso país, do Rovuma ao Maputo. Tratava-se sim, de fazer triunfar a Revolução. A Revolução significa transformação profunda das estruturas, abalar completamente os esquemas mentais dos colonialistas, aquelas mentalidades inculcadas pelos valores negativos dos estrangeiros no nosso país.

Mas é verdade que este crime abalou-nos profundamente a todos nós. Sentimo-nos naquele momento como órfãos perdidos, porque a árvore de grande copa, a árvore de grande sombra tinha sido abatida e nós continuávamos a viver como que arbustos perdidos na floresta.

Porém, o inimigo enganara-se ao pensar que a nossa luta dependia de um homem. A nossa luta era de milhares, era de milhões, era o povo que estava mobilizado, era o povo que estava unido, era o povo que estava organizado, era o povo guiado por uma linha justa. Portanto, não era a queda de um homem, porque atrás desse homem eram milhares e milhões de homens, eram todos os homens determinados e organizados, todos os homens conscientes da sua força, todos os homens conscientes da sua determinação. Por isso nós dizíamos que o povo soube reagir à dor. Soube transformar a sua dor em nova força que é a força que aqui está presente. É esta força que abalou o colonialismo em Moçambique. É esta força que destruiu do Rovuma ao Maputo o colonialismo português. É esta força que ameaça os reaccionários nacionais. É esta força que ameaça o imperialismo internacional. É aí, dizemos, que o inimigo enganou-se mais uma vez. Levantou uma pedra que de um ponto mais alto lhe veio cair nos próprios pés.

NÃO NA FORÇA CAPAZ DE DESTRUIR A VONTADE DE UM POVO

Os Pides estão aqui ou não? Vamos desencadear uma ofensiva de perseguição, captura e aniquilamento dos Pides. Denuncie-mos sem piedade os Pides que foram aliados incondicionais do colonialismo. Têm as mãos sujas com sangue.

Por que é que dizemos isso? Por que é que dizemos que o povo reagiu, soube reagir a essa dor? Soube transformar a dor em nova força? Porque não se pode matar a liberdade! Porque não se pode assassinar a vontade de um povo! Não há força no Mundo capaz de destruir a vontade

de um povo. Não ha armas, não ha avião nenhum, por mais aperfeiçoado que seja, para matar e assassinar a determinação de um povo, de impedir a liberdade de um povo.

O imperialismo juntou-se atrás do colonialismo português para nos destruir sem armas. Com mãos vazias construímos aquilo que somos hoje. É através dessa determinação que nós mostrámos ao Mundo, provámos que atrás de um homem vinha todo um povo inteiro. Não era um homem, era um povo inteiro jun-

APÓS O 3 DE FEVEREIRO APROFUNDAMENTO NA DEFINIÇÃO DO INIMIGO

O 3 de Fevereiro foi ao mesmo tempo um momento alto. Queremos que compreendam bem isto. Um momento alto do aprofundamento da nossa linha. Vamos dizer: o ponto de clivagem. As duas linhas diametralmente opostas. É depois de 3 de Fevereiro que acabámos com alianças falsas, amizades artificiais, superficiais, amizades através de coisas secundárias e mesquinhas. Aprofundámos a nossa linha e dizemos: só unidos por uma linha correcta, por uma ideologia totalmente ao serviço do povo, ao serviço da Revolução, seremos capazes de derrotar o inimigo por mais forte que seja. Vamos pouco a pouco debilitando, vamos trabalhando como as formigas que pouco a pouco vão juntando e assim a um certo momento fazem um morro de muchem grande.

Começámos a definir o conforto e guerra e chegámos à conclusão que o conforto e guerra não andam paralelos, são diametralmente opostos. Entre a corrupção e a revolução não há coexistência pacífica. Onde há revolução há destruição da corrupção. É por isso que nós dizemos o conforto e guerra não andam paralelos e essa guerra continua até hoje. É por isso que nós dizemos: foi um momento alto de aprofundamento da nossa linha política.

O crime do dia 3 de Fevereiro obrigou-nos a analisar as causas de acção do inimigo, os objectivos políticos que ele visava. A nossa luta já tinha conquistado muitas vitórias. O colonialismo estava abalado do Rovuma ao Maputo. O colonialismo estava abalado em todo o nosso território, em todas as regiões, em todas as províncias, em todos os distritos e localidades. Por isso recorreu como última alternativa a aldeamentos, e a que nós chamamos campos de concentração. E nesses campos de concentração aumentava a droga, o alcoolismo, a prostituição, a falta de respeito pela mulher moçambicana, destruiu a dignidade da mulher moçambicana, a personalidade do moçambicano. É por isso que encontramos em grande escala, muito acelerado nas capitais do nosso país, como Lourenço Marques, a utilização da droga a partir das crianças da

escola do ensino primário que quer do chegar à Universidade têm diploma de especialista de droga, para mostrar que o mais civilizado é aquele que consome a droga e o álcool. A menina mais civilizada é aquela que fuma, e aquela que pratica a libertinagem, a chamada liberdade do mundo livre. A rapariga e o rapaz mais civilizados são aqueles que não têm respeito pelos pais, são aqueles que não têm respeito pelo professor na escola porque é mais civilizado. É aquela que se entrega a todo o tipo de imundícies, é aquela que quando mais cedo voltou para casa, chegou às três horas da madrugada. É o que nós encontramos, o que nós assistimos ao nível da cidade, sobretudo ao nível da juventude, da «juventude civilizada». O ser «civilizado» é andar nu, é consumir mais a droga, o álcool, e abusar, violar as regras mais elementares, regras que existem na escola, o mais elementar disciplina que existe no lar, violada constantemente pela menina e o rapaz mais civilizado. O homem mais civilizado é aquele que dentro de uma semana muda de cinco mulheres. É esta semente colonial que nós encontramos. É este o inimigo contra o qual se dirige a nossa luta actual. Sem a noção do que é a política, sem aprofundamento do que é a Revolução ... Contra quê? Quais são os inimigos da Revolução? Diremos de novo: é fácil ganhar a guerra, mas é difícil governar em cima das baionetas e é muito fácil perder a nossa Revolução, sobretudo o poder que nós já conquistámos, por causa dos corruptos que já aqui existem, aliados do inimigo.

A grande preocupação é imitar o estrangeiro. Imitar a França, imitar a Alemanha federal, imitar até os boers da África do Sul, os mais boçais que existem aqui. Alguns fazem entrar clandestinamente aqui revistas da África do Sul para adquirirmos a civilização dos boers. Há dezasseis milhões de africanos lá oprimidos por quatro milhões de boers. É por isso que o imperialismo ficou alarmado quando viu o colonialismo abalado. O imperialismo internacional sentiu-se ameaçado, veio a correr para socorrer o colonialismo, mas já era tarde. A luta já tinha raízes no seio do povo.

HÁ MORTES PESADAS E HÁ MORTES LEVES

O crime do dia 3 de Fevereiro visava fazer desviar a nossa linha política. Queriam obrigar a FRELIMO a capitular perante o inimigo. Se não aprofundássemos a nossa linha política, o nosso movimento facilmente seria destruído e, assim, a determinação do nosso povo. Mas os militantes da FRELIMO unidos ao povo souberam ver que através do assassinato de um homem, de um dirigente, o inimigo procurava impedir o triunfo de uma linha política popular. Os militantes da FRELIMO souberam fazer fracassar essa manobra do inimi-

go e levar mais longe a luta político-ideológica, isolar o inimigo imperialista e os seus aliados. Souberam tornar o sacrifício do Presidente Mondlane útil para os interesses do povo. O dia 3 de Fevereiro foi assim transformado num momento de derrota política dos reaccionários, num momento de aprofundamento ideológico que permitiu à FRELIMO ser o que é hoje, uma força política unida e ligada ao povo. O que significa isto? Que a morte pode ter vários conteúdos. Há aqueles que morrem ao serviço da opressão. Alguns morreram quando guiavam as tropas portuguesas para atacar a população nas zonas de combate. Esta é uma morte pesada? Ou é uma morte mais leve do que uma pena de galinha? É uma morte sem peso, sem valor, uma morte inútil ao serviço da opressão — a dos que morrem depois de uma vida dedicada à opressão. Mas há os que morrem dedicados à causa do povo, depois de uma vida dedicada ao serviço dos interesses do povo. São duas mortes totalmente diferentes. Aos que morrem na clandestinidade organizando o povo, aos que morrem escondendo a vida da organização, significa a vida do povo, são esses a quem nós prestamos homenagem hoje.

O QUE CONTA É COMO SE VIVE E NÃO COMO SE MORRE

Nós não viemos aqui para render homenagem porque eles morreram. Não confundam. O cemitério de S. Xavier está cheio de mortos. Alguns atropelados quando estavam bêbados, outros abatidos por balas quando roubavam, outros quando exploravam, outros quando oprimiam, outros quando prendiam a população para as companhias nacionais, internacionais ou multinacionais e morreram. Não tem valor esses. O que conta não é a maneira como se morre. O inimigo também morre por balas. O ladrão também morre por balas. Alguns maus elementos entre nós morreram também por balas, mas esses nem queremos recordar como é que eles morreram. Morreram traindo. Morreram vendendo a vida do povo ao inimigo.

O que conta é a maneira como se viveu, o sentido que se dá à vida. Quer dizer: nós viemos aqui para homenagear a vida que levaram, a dedicação que eles deram à vida de libertação nacional, é o que nós viemos hoje aqui homenagear. Não é porque morreram. Não é a morte. Não viemos homenagear a morte. Nós viemos homenagear a vida exemplar, a vida de modelo que eles nos deram. Isso é que conta para nós. Eles morreram dedicando a sua vida inteira ao serviço do povo. Aqueles que em cada momento sabiam definir quem é o nosso aliado, quem é o nosso inimigo. Aqueles que enfrentam a problemática da nossa luta,

aqueles que sabiam enquadrar a nossa luta no resto da luta dos povos oprimidos, das classes exploradas. Muitos diriam: os heróis são aqueles que morrem. Herói não é só aquele que morre. Não é! O heroísmo manifesta-se pela forma de vida e pela dedicação. Isto quer dizer que há heróis vivos entre nós aqui. No seio das Forças Populares de Libertação de Moçambique, no seio da Organização da Mulher Moçambicana; no seio dos continuadores da Revolução, no seio dos militantes que trabalharam na clandestinidade, no seio da população, existem heróis vivos que devemos respeitar. O herói não é só aquele que morreu. Os heróis são aqueles que estão sempre dedicados ao serviço do povo. Heróis durante a luta de libertação, heróis que se revelam hoje nas novas tarefas que exigem coragem, determinação, resistência às ideias derrotistas do inimigo pelas suas manobras. Esses, são heróis.

Qual o significado do sacrifício dos heróis? Porque lutaram e caíram? Alguns tomam o combate no sentido da luta pelos interesses individuais, mas quando nós decidimos que alguns teriam de aceitar o sacrifício máximo, sacrificar a própria vida, estávamos a lutar por interesses individuais? Porque quando nós começámos a luta, foi depois de chegarmos a esta conclusão: que o colonialismo português em Moçambique não sairia de sua vontade livre, que era preciso ser combatido e para ser combatido era necessário que alguns de nós aceitassem o sacrifício, incluindo o da própria vida.

A RAZÃO DE SER DA NOSSA LUTA

Estávamos a lutar pela conquista da independência política, da independência económica, da independência social e da independência cultural. É lá onde está o sentido de ser da nossa luta, a razão de ser da nossa luta, porque é lá onde está a personalidade moçambicana. Politicamente não participávamos na discussão para nossa vida própria; alguém decidia por nós. Politicamente não éramos consultados mas alguém decidia de longe por nós e os seus instrumentos de opressão em Moçambique faziam-nos cumprir a força. Construímos fábricas para satisfazer o objectivo único de um punhado de capitalistas, abriam-nos estradas, alcatroávamos estradas para os carros dos patrões andarem. Éramos obrigados a não dançar o nosso «chingomanes», mas a dançar o «vira» que nunca vimos. Onde está esse «vira»? Quem é que sabe dançar o «vira» aqui? Quem é? E a valsa? Civilizado é aquele que dança a «valsa»? Ainda dizem que não há cultura em Moçambique.

Agora não se dança em Moçambique? Se eles não dançam não é porque não querem

o porque não sabem. Não dançam porque não sabem o valor, o valor cultural que está lá. Eles não vivem não sentem, são animais! Não dançam porque ... quem são estes eles? Estes ... de baixo «estrato». «Gente de baixo estrato». Não tem estatuto. Como é que vai dançar isto? Mas se pusermos o tambor aqui, estes dançam e todos nós vamos assistir. É ou não é? Nós não dançamos porque essa cultura tem medo do Sol. Quando o Sol aparece essa cultura esconde-se. Quando o Sol se esconde essa cultura começa a viver: é por isso que nós não dançamos. Temos outras coisas mais fundamentais. Porque isso era o refúgio. O futebol, o baile, não tinham nenhum conteúdo político. Era o refúgio dos capitalistas para desviar a população de discutir os seus problemas, de como reconstruir o País. Nós estávamos a lutar pela independência que beneficiasse todo o povo, que fosse assumida por todo o povo. É esta a razão da nossa luta. A luta que continua para melhorar as condições de vida de conjunto do nosso povo trabalhador.

POR SERMOS CONSCIENTES SOMOS UMA FORÇA DECISIVA

A nossa luta é portanto uma luta de explorados contra os capitalistas. Por isto dizemos sempre: a luta continua! Contra o inimigo permanente. É uma luta de classes e a luta dos pobres é para liquidar a miséria, a luta dos pobres é para liquidar a pobreza, a luta dos pobres é para liquidar a injustiça social, a luta dos pobres é para transformar a sociedade. Se os pobres deixarem de lutar serão engolidos. Somos pobres, é verdade. Eles dizem também, os grandes, os senhores dizem: coitados deles. Eles não podem, são pobres ...

Temos uma coisa que é nobre: somos pobres, mas conscientes, conscientes dos nossos objectivos, sobretudo conscientes da nossa força. Que nós somos uma força principal, que nós somos uma força decisiva que nós é que resolvemos a vida, que nós é que reconstruímos o Mundo. Pobres, mas conscientes que a nossa força reconstrói o Mundo e os ricos vivem porque nós existimos. Sem nós eles não vivem. Eles vivem como parasitas, não passam de piolhos.

SÓ O POVO FAZ MILAGRES NO TRABALHO QUOTIDIANO

Isto depende de nós, se queremos que a nossa vida seja constantemente inútil, se queremos que seja sempre assim, seja uma vida perpétua, seja uma vida eterna, depende de nós. É ou não é? A força está conosco, constituímos a força decisiva. Nós somos pobres, mas claros nos nossos objectivos. Uma coisa é verdade e é certa: somos pobres mas não pobres mentais. Mentalmente não somos pobres, somos ricos, somos uma potência, pode-

mos construir maravilhas. Nós é que fazemos milagres. Não há milagres que vêm do céu. Milagres são criados pelos homens, fabricamos-nos nós no nosso trabalho quotidiano, em contacto com a terra.

Somos pobres persistentes e determinados. Somos pobres, porque explorados. Lutamos decididamente. Lutamos tenazmente pela realização dos nossos direitos, para dar conteúdo aos direitos de todo o povo.

INDEPENDENCIA IMPLICA BENEFICIOS PARA AS MASSAS EXPLORADAS

Já conquistámos o primeiro desses direitos. Qual é esse direito? A Independência é o primeiro direito. Já conquistámos o primeiro desses direitos que é o direito à Independência política, mas a independência política ficará vazia se a independência não trazer benefícios concretos às massas, às massas exploradas do nosso povo. Repetimos: a independência política ficará vazia se a independência não trazer benefícios concretos às massas exploradas do nosso povo, se não dermos corpo ao direito à terra.

Visitámos a cidade de Lourenço Marques e descobrimos o que a cidade de Lourenço Marques produz afinal. Encontrámos feijão, encontrámos massaroca, encontrámos mandioca em toda a parte de Lourenço Marques. Isso já é um passo porque agora a terra está nas mãos do povo.

Já conquistámos alguns direitos: direito à terra, direito à saúde, direito à educação, direito à alimentação, direito ao alojamento, direito ao trabalho, direito ao transporte, direito à assistência social na velhice. Esse trabalho exige um esforço, um esforço conjugado, um esforço organizado do nosso povo do Rovuma ao Maputa. Conquistámos a Independência que é um passo decisivo para conquistarmos o poder económico. É a realização progressiva destes direitos, combinada com a participação cada vez maior da população na resolução dos seus problemas que nos levará do estado da miséria ao estado da prosperidade.

Foi por isso que o Governo tomou as primeiras medidas para realizar o direito à terra a fim de libertar a produção; em particular, a produção agrícola. Para pôr termo à especulação e prepotência, realizámos o direito à saúde e educação porque aí está a base do Homem Novo, porque é lá onde está o segredo da criação do Homem Novo. Só criando o homem são, são de corpo e de espírito, aí então criaremos uma Mentalidade Nova.

ALGUMAS DEFICIÊNCIAS

Estamos no entanto conscientes de que muitos problemas difíceis ainda subsistem, ainda não conseguimos resolver. O problema dos transportes no campo como na cidade. Sabemos que muitos chegam tarde ao serviço porque não há transportes suficientes. Sabemos que quando termina o trabalho alguns regressam para casa, e só chegam à meia noite, ou à uma hora, para de novo acordar às cinco horas porque não há transporte para os levar a casa, para almoçar ou para jantar ou chegar a horas. Mas esse problema só será resolvido conjugando o nosso esforço. A resolução dos problemas de transportes não virá de fora. Não haverá milagres para resolver a questão de transportes. Só quando o povo estiver estruturado, estiver mobilizado, estiver organizado, estará em condições de localizar em cada momento, em cada etapa, as deficiências que existem no nosso País, estará em condições de indicar as soluções, as resoluções correctas para esses problemas. Ainda não conseguimos produzir o suficiente, mesmo para o consumo, da cidade de Lourenço Marques. Há a questão da falta de batata. Há a questão da falta de cebola e sobretudo as bichas que começam às três horas até às 11 horas e não conseguem comprar o pão. Conhecemos esses problemas.

E por que é que falta o pão agora? E porque vocês estão independentes, vocês todos já vão à baixa para comprar o pão. O número de habitantes que come pão hoje aumentou, por isso há falta de pão. Só podemos resolver o problema produzindo. Mas também há sabotagem. Alguns sacos apodrecem nos armazéns e dizem à população: «O vosso Governo ... como vai resolver? Não há pão. Não há dinheiro. É um pobre Governo».

SERÁ O PRÓPRIO POVO CONSCIENTE E ORGANIZADO QUE ELIMINARÁ A MISÉRIA

É pobre porque é governo de pobres, exactamente. O colonialismo quando saiu deixou-nos dinheiro aqui? Agora de onde virá o dinheiro para resolvermos os problemas? O Governo fabrica dinheiro? Quem é que fabrica dinheiro? São vocês. Tenham consciência disso. A resolução dos problemas da falta de transportes, da falta do pão, da falta da batata, da falta de cebola, depende do povo. É uma questão do povo decidir. No dia em que o nosso povo estiver decidido, engajado, assumir plenamente esta política de que a produção agrícola é a base da nossa economia, resolveremos totalmente a questão da fome aqui em Moçambique.

A nossa terra é bastante rica. Moçambique, do Rovuma ao Maputo, está irrigado pe-

los rios. Os rios constituem em todo o mundo a maior riqueza de um país.

Alguns aqui acabaram o ensino secundário, acabaram a Universidade, mas não sabem quais são os rios de Moçambique. Mas conhecem o Mondego, conhecem o Tejo, e pensam: «como é que há-de vir o trigo se já os portugueses saíram daqui? O colonialismo é que trazia o pão para aqui». «Até falta arroz aqui em Moçambique».

Não acham que isso é uma vergonha para o povo moçambicano? Do Maputo até ao Rovuma a nossa terra produz arroz, produz cana-de-açúcar. Várias companhias estão paralizadas, já não produzem o açúcar suficiente porque parece que o povo, como dizia o colonialista, o «africano preto, é indolente, é preguiçoso, preguiçoso por natureza». São preguiçosos vocês?

Ainda não conseguimos resolver o problema de habitação tanto no campo como na cidade. Andámos ontem, aí em algumas ruas e nem conseguíamos descer. A população de Lourenço Marques, refiro-me aos «civilizados», ao sair de casa e ao pôr os sapatos vem a mulher atrás com a toalha para limpar os pés, quando já está na estrada é que põe os sapatos, porque algumas casas estão cheias de água. E quando chega ao serviço diz «quando saía de casa evidentemente havia umas pequenas águas ali em frente».

ALDEIAS COMUNAIS

No campo, para onde dirigimos o essencial dos nossos esforços, a aldeia comunal. Os reaccionários chamam campos de concentração. O inimigo alguma vez teve razão? O inimigo diz: «hoje este vosso Governo ... tem mulatos, tem brancos, que Governo é aquele»? Agora é o inimigo que deve formar o nosso Governo? É o inimigo que define o nosso Povo? É o inimigo que define quem é que deve, quem não deve ser moçambicano? Ou somos nós? Parece que alguns de vocês tem saudades do colonialismo. Alguns têm saudades porque ganhavam à custa de liquidar os outros. Quando pegámos em armas foi o inimigo que disse que vocês devem lutar? Quando vocês ofereceram resistência aqui na cidade de Lourenço Marques, foi o inimigo que vos organizou? Porque é que vêm hoje indicar quem é que deve pertencer ao Governo ou não deve pertencer? Porque é que é o inimigo?

Quando o inimigo diz que em Moçambique se trabalha bem devemos examinar o nosso trabalho. Ser elogiado pelo inimigo é uma coisa má. O ser atacado pelo inimigo é uma coisa boa.

A aldeia comunal é para nós cidade do campo, cidade do campo. A cidade nasce do campo. Não é da cidade que nasce o campo. Isto era campo. Isto era mato. Em toda a parte onde vocês encontram cidade, era campo, mais organizada com a vida colectiva sobretudo, com a vida colectiva, onde a destruição total da vida individual, onde destruímos o individualismo, a ambição, é na aldeia comunal. É ali onde podemos assumir plenamente a nossa tarefa porque viveremos organizados, programados, e com tarefas distribuídas. É na aldeia comunal.

Vocês, vivem aqui aparentemente vizinhos. Mas são como chifres de cabritos que são pretos mas nunca se encontram. Os vizinhos aqui estão divididos. É assimilados, evoluídos e não evoluídos, é indígenas,... É ou não é? Existem assimilados ou não existem? É uma realidade.

É preciso uma luta intensa, permanente, uma luta consciente, para os convencer que são iguais aos outros. Não são mais que os outros, e os outros ainda não se libertaram dessa mentalidade colonialista. Dessa mentalidade estrangeira. É ou não é? Agora não

gritam porque gostam de ser assimilados.

Deixa de ir buscar o fogo perto do vizinho porque o vizinho é indígena e vai a um ponto mais longínquo porque aí encontra a identidade. É lá onde está o assimilado. É lá onde vai buscar o fogo. E ou não é? Abaixo a discriminação. Abaixo a discriminação social. Abaixo a divisão. E não é só em Lourenço Marques, é em toda a parte onde vivem os assimilados, é assim. Que mentalidade escrava e de estrangeiro, de desprezar o trabalhador, chamar de pé descalço!

Porque, a aldeia comunal é o instrumento que permitirá resolver de maneira global, no conjunto das necessidades sociais e materiais das largas massas rurais, que são mais de 90 por cento, ou 95 por cento da nossa população.

É na aldeia comunal, é onde as nossas crianças aprenderão a viver colectivamente. O que é formar o pensamento comum, o que é fazer uma análise crítica da vida? O que é ver objectivamente a Natureza.

É lá, nas aldeias comunais que teremos o Hospital e a Maternidade para toda a população que estará na aldeia comunal, sem discriminação social. É lá onde organizaremos a loja, a cooperativa, o mercado, o supermercado para a população. Os supermercados não é só para as grandes cidades, não.

CIDADES SÃO REDUTOS DOS VICIOS

As cidades são os redutos dos vícios, o reduto dos males, é a fábrica dos reaccionários, das ideias erradas que existem nas cabeças de muitos. É o centro do boato. É o centro de calúnias. Onde há boatos, onde há calúnias, onde há rumores falsos, essa sociedade é muito permeável. Essa sociedade é muito vulnerável para o inimigo, porque domina os vícios, sobretudo os vícios e os defeitos que foram herdados ao longo da vida e deixados pelos colonialistas.

Essa sociedade, onde certas pessoas passam o tempo a fazer intrigas de como vive a família fulana, como se veste a família fulana, como come a família fulana. Mas não é esta a nossa questão para a reconstrução de Moçambique.

Mas então, como é que devemos desenvolver a nossa sociedade, e como é que devemos desenvolver a nossa economia, como é que devemos sair da pobreza? Esses é que são os problemas de todo o conjunto do povo moçambicano, desde o Rovuma até ao Maputo. Esses é que são os problemas centrais. E não as intrigas e os boatos.

ALDEIA COMUNAL RESOLVERÁ NOSSOS PROBLEMAS

Através das aldeias comunais, o nosso esforço colectivo associado com o apoio do Governo permitirá resolver o problema da produção da técnica agrícola, escoamento da produção, regularização dos preços das colheitas que têm muita especulação em todo o nosso país, os problemas de habitação, abastecimento de água e electricidade. Os problemas de instrução, os problemas da saúde, organização social e da vida cultural vão-se desenvolver de uma maneira harmoniosa e rítmica.

A nossa preocupação essencial não é a cidade. A nossa preocupação essencial é o campo, como aqui dissemos. Temos 95 por cento da população que é do campo. Temos de levar a cidade para o campo, e o campo a invadir a cidade, para ir buscar a vida sã, a vida pura. Do campo temos de trazer os seus valores positivos para a cidade.

Porque a vida colectiva, destrói completamente o individualismo, o liberalismo, a anarquia, a confusão. Portanto, esses valores positivos da sociedade, devem atingir a cidade para destruir o individualismo, a vocação para o capitalismo.

Fazer do campo a cidade, para que o conjunto do nosso povo, beneficie de melhores condições. A tarefa da Revolução é liquidar o desequilíbrio que existe nas cidades. A contradição gritante, a contradição aguda que existe entre o campo e a cidade.

Mas para essa tarefa triunfar é preciso realizarmos estudos profundos. É necessário que o Ensino, até mesmo o Ensino secundário, seja generalizado ao nível do campo, e não somente para um punhado de pessoas que vivem nas cidades. É necessário que a população que vive no campo tenha saúde, tenha assistência.

Para que a nossa Revolução constitua a base segura da rectguarda para o prosseguimento vitorioso do nosso combate libertador e não só libertar a terra e os homens, mas libertar também a mentalidade dos «cavas» e estrangeiros.

Todos nós sabemos o que é a vida colectiva, o interesse da maioria e não só o interesse individual.

● PROBLEMA HABITACIONAL

Mas também na cidade, o problema do alojamento é bastante grave.

As inundações que tiveram lugar na semana passada no Sul do Save, mostrou que o problema é muito agudo. O povo vive em condições sub-humanas. O direito ao alojamento é o direito essencial da comunidade e de todo o cidadão. Ter casa significa um direito fundamental de cada um de nós. E o nosso Governo tem a preocupação e o maior desejo de ver todos bem alojados e a viver em condições dignas e decentes.

O nosso Estado tem o dever de criar essas condições, mas só o conseguirá com o apoio das massas. E para que o povo apoie é necessário que o povo esteja estruturado, esteja orientado.

A nível do campo, lançamos como ideia fundamental, que é esta que vai permitir o desenvolvimento do nosso país, a ideia das aldeias comunais. E a nível das cidades, gostaríamos que todos aqui vivessem enquadrados em bairros para que haja lojas.

ELIMINAR A ESPECULAÇÃO ATRAVÉS DE BAIROS COMUNAIS

Eu sei que há muitas lojas espalhadas aqui, mas são lojas de especuladores que roubam. Existem muitas lojas espalhadas no seio da população, para roubar. Nós queremos que vocês construíssem. Cabe à Câmara Municipal, ao Governo, ajudar, apoiar essas iniciativas. O nosso esforço deve ser esse ao nível das cidades. Em Lourenço Marques, no Xai-Xai, na Beira, aMnica, Quelimane, Tete, Lichinga, Pemba e Nampula, os capitais das províncias de Moçambique terão bairros comunais. E dentro desses bairros comunais, os habitantes terão as suas lojas, que chamaremos cooperativas dos bairros comunais once vocês terão que controlar o que falta e porque é que falta.

Aqueles que trabalharão nessas cooperativas, serão vossos funcionários para aniquilar o especuladores. O Ministério da Indústria e Comércio dará orientações. O Ministério das Finanças dirá como é que vocês irão contribuir para construir as vossas próprias lojas para satisfação das vossas necessidades.

CIDADES REFLECTEM ESTRUTURAS DO COLONIALISMO

Mas temos outros pontos difíceis a nível das cidades. As nossas cidades, no presente momento, reflectem as estruturas do colonialismo. Como é que vamos resolver esse problema? Primeiro, temos de apagar completamente a imagem colonialista.

A medida que caminhámos, reparámos, observámos, do ocidente para o oriente, por exemplo em Lourenço Marques, que a cor da pele vai branqueando quando começamos de Ch i n h a m b a n i n e, quando começamos da Mafalala, do Bairro Indígena, quando começamos da Malhangalene, os que vêm da Missão de São José, as cores vão mudando quando chegamos ao Alto Maé, a cor vai ficando mais branca, e quando subimos a Manuel de Arriaga, esta embora misturada um pouco, mais branca. E quando vamos à Polana, encontramos a pele mais branca. E quando descemos do Alto Maé, encontramos uma série de pigmentação da pele. Que cidade é esta? O que é isto?

Outra cidade começa do Chinhambanine, da Missão de São José, da Malhangalene, da Mafalala, do Bairro Indígena, do Chamanulo. À medida que vamos subindo, do Ocidente para o Oriente, em certas zonas, não nos sentimos bem. Não estamos à vontade. Sentimo-nos intrusos. Há uma intromissão. Até se admira! Ah! Tu também vives aqui?

Há zonas de mulatos. Os meus sobrinhos, vivem sozinhos agora. Os filhos da minha prima e da minha tia vivem sozinhos também. São intermediários os meus sobrinhos para comunicarem entre o mãe e o pai, vivem ali na zona onde vivem os mulatos: Alto-Maé. Estão na fronteira, vivem na fronteira, são intermediários. Eu também já andei lá para ver se havia mudança. Encontrei muitos mulatos lá, e «brancos de terceira classe» também estão lá. Depois há zonas de brancos: pedreiros, carpinteiros, fogueiros dos Caminhos de Ferro. Estes constituem também uma classe. Mas, por causa do vencimento, os maquinistas já não se juntam aos fogueiros, já não se juntam com os pedreiros e operários. Desprezam a classe que cria o Mundo.

Tudo isto constitui a sociedade Ocidental. A Civilização Cristã!

Depois, descendo da Casa Fabiao, para baixo, encontramos a zona dos indianos. Num bloco, todos juntos. Depois encontramos os

paquistaneses também. Há uma zona de chineses também. Onde vive o Fu Yng. Na «loja do chinês». Na 5 de Outubro. Depois encontramos zonas de pretos: Chamanulo, S. José, Chinhambanine.

Isto mostra que em Lourenço Marques (e não só em Lourenço Marques, no Xai-Xai, Beira, Chimoio, Quelimane, Tete, Nampula, Lichinga, Pemba) mostra que há uma discriminação real na habitação. É uma forma de «apartheid», como existe na África do Sul. Existe, é bom dizê-lo. Se não o dissessemos não estávamos a ser honestos. Temos que encarar a realidade do nosso país. Foi o colonialismo que criou tudo isto. É por isso que dissemos ao princípio que as nossas vidas reflectem no momento presente as estruturas do colonialismo.

Nós gritamos todos os dias «abaixo o racismo»!, mas na realidade o racismo vive bem alimentado em Moçambique. Encorajamos o racismo. Alguns gostam de viver onde os outros não podem. Isto mostra que não existe, isso mostra que não há uma unidade verdadeira, a verdadeira unidade, a unidade real, a unidade que gritamos todos os dias: «viva o povo unido do Rovuma ao Maputo»! Não existe ainda na prática, enquanto existir este tipo de discriminação racial no nosso país, enquanto nós próprios permitirmos que se viva dentro da estrutura estabelecida pelo colonialismo em Moçambique. As classes determinadas pelo dinheiro, pela cor da pele, vivem separadas em grupos.

Aqui em Lourenço Marques, como em todo o nosso país, ainda existem clubes como a Casa do Minho, Casa do Algarve, Associação Africana (que é dos Mulatos, a Associação Africana é dos mulatos de «primeira classe», porque se for um mulato escuro já não entra, discriminam-se até entre eles, os mulatos, não têm vergonha!) há clubes conforme a cor da pele. O Indo-Português já não tem razão de ser sequer, porque aqui já não existe Goa. Indo-Português já não tem razão de ser; é inconcebível para nós. Indo-Português, Indo-Português! Portugal já não existe aqui, tal como Goa. De onde vem essa associação? Ouvi dizer que mudaram de nome, mas são os mesmos que compõem o clube. Mudaram de nome, mas o conteúdo continua. Chamam-lhe agora «Clube Popular» agora há muita mudança! Deram-lhe o nome de «Popular» nós chamamos a isto OPORTUNISMO! Oportunismo descarado! Em nome do povo querem explorar o povo! Em nome do povo querem discriminar o povo! Isto não é senão oportunismo de direita declarado; é uma camuflagem, porque na realidade o povo não vai lá. Chamamos a isto oportunismo, dogmatismo e demagogia. São como os camaleões que mudam de cor. E não queremos esses camaleões em Moçambique! Não queremos camaleões.

Nós queremos uma unidade real, não queremos o racismo, **REALMENTE** não queremos o racismo! Nós não combatemos para substituir o racismo português pelo racismo moçambicano. Não queremos clubes discriminatórios, não queremos associações discriminatórias, não queremos. E quando estamos a falar da cidade, encontramos uma separação nítida entre a cidade de cimento e caniço em todo o nosso país, sobretudo nas capitais. Cidade de caniço cidade de cimento! A cidade de cimento reflecte o espírito de elite o espírito de grupismo. Em resumo diríamos que a sociedade moçambicana tem quistos no seu seio que é preciso extrair. O ponto de encontro entre mulátos, entre indianos, entre brancos entre paquistaneses, entre chineses e os pretos é o local de trabalho. Algumas horas de trabalho. E esse encontro é também superficial. Não aprofundado. O ponto de encontro é o local de trabalho, mas mesmo aí o convívio é superficial. A discriminação continua a existir, mesmo ao nível do emprego.

As causas do problema são: estatuto de diferenciação entre as pessoas em função da cor e do tom da pele, criado pelo colonialismo a fim de perpetuar a divisão do povo moçambicano. Há zonas para cada cor da pele e mesmo quando um preto tem dinheiro para pagar a renda não se sente bem numa zona onde há brancos. «Sente-se estranho». Não tem coragem de ir para lá. Temos visto muitos pretos aqui que ganham oito contos mas não vão para lá.

Foi para isto que nós oferecemos as nossas preciosas vidas? Foi para isto que nós mergulhámos a nossa terra na guerra? Tantas vidas que se sacrificaram para assistirmos de novo à divisão do povo moçambicano, para assistirmos de novo à discriminação?

EXPLORAÇÃO NA HABITAÇÃO

Sistema de exploração das casas. Muitos capitalistas construíram prédios para explorar as necessidades das pessoas em matéria de alojamento e quem construiu foram vocês aqui o povo. Quando concluída, quando mobilada, quando já alcatifada, quando pintada a casa, passas a entrar pela cozinha, és atendido atrás, na cozinha, já não podes entrar pela frente porque a casa já está construída.

Há casas vazias na zona do cimento quando na zona do caniço dezenas de famílias vivem com um metro de água dentro de casa. Para que o homem possa usar sapatos a mulher tem de vir atrás com a toalha e meias. Sai de calção. Só usa calças no meio da estrada para poder chegar ao trabalho. Depois a mulher volta com o calção e vai esperá-lo de novo à hora do regresso ou então

manda o miúdo esperar. Em todo o nosso país é assim. Não é só em Lourenço Marques. Mas não dizemos que vamos resolver este problema hoje. Isto é para terem consciência de que é preciso trabalhar. Não passivamente também, encontrar soluções rápidas para isto.

Dizemos: há milhares de casas vazias na zona do cimento quando milhares de trabalhadores vêem-se obrigados a ir morar para o Benfica, Liquejeva, Ulene e noutros locais a muitos quilómetros dos seus empregos sem transportes, sem hospitais, sem água corrente. Gostaríamos de formular algumas perguntas. Quem são os donos da cidade de cimento, na realidade? Quem são? Onde estão eles? Levantem os braços. Onde estão os donos da cidade de cimento? Com que dinheiro foram construídos todos esses prédios? Trouxeram esse dinheiro? Arranjaram onde? Muitos ganharam o dinheiro aqui explorando o operário, explorando o nosso povo. Depois foram esconder esse dinheiro nos bancos da África do Sul, nos bancos de Portugal e nos bancos da Suíça e deixaram a miséria e os prédios no nosso país. Quem fez os prédios? Continuam a constituir artérias e veias que transportam o dinheiro para fora onde estão os danos. E nos locais onde estão financiam reaccionários para atacar o nosso País, para destruir a nossa República, para destruir o nosso povo. Como o dinheiro que sai de Moçambique querem destruir Moçambique. Dinheiro feito por moçambicanos para destruir moçambicanos. Por outro lado, para construir esses prédios, que também são formas de exploração, pediram empréstimos ao Montepio, ao Instituto de Crédito e aos bancos moçambicanos. Portanto os prédios foram construídos com dinheiro do Estado, com o dinheiro dos nossos impostos, e a maior parte desses empréstimos ainda não foram pagos. Mas onde estão esses senhores? Onde estão então os donos da cidade?

Para construir esses prédios foram pedir ao governo o dinheiro e devem, até aqui, quatro milhões de contos. Não confundam não são quatro mil contos. São quatro MILHÕES de contos!

Portanto os prédios, as montanhas e colinas que nós vemos daqui, estão assentes sobre os nossos ossos, e o cimento, areia e água que lá estão, não são senão o sangue dos trabalhadores, o suor do trabalhador, o sangue do povo moçambicano! São as formas mais altas de exploração do nosso povo.

A maior parte deles, donos desses prédios, são nossos inimigos declarados. Os que nos consideravam incapazes, os que nos chamavam «os incapazes», «os terroristas», «os turras». Agora o «turra» ganhou. Viva o turra! São os mesmos que cobravam impostos às populações, através dos régulos. São os

mesmos que financiavam o exército colonial. São os mesmos que davam dinheiro aos assassinos da PIDE. Os gansters. São os mesmos que faziam das famílias células da PIDE. Transformavam a família, transformavam o lar numa célula da PIDE. São os mesmos que proliferavam os agentes informadores da PIDE. Com esse dinheiro. São os mesmos que eram membros da ANP, a Acção Nacional Popular. Eram os que apoiavam o senhor Marcela Caetano. «O brilhante homem que foi Marcelo Caetano», até que caiu de costas. Convencido que estava a ganhar a guerra em Moçambique o Marcelo Caetano instalou-se confortavelmente em Portugal e surpreendeu-se quando tudo estava desmoronado. «O povo de Moçambique apoia o Presidente do Conselho, apoia a ANP, apoia a política colonial». «Branços e pretos todos apoiam». São os mesmos! Eles é que apoiavam a política colonial. Apoiaram a nossa opressão. Alimentavam a nossa escravatura. São os mesmos que fomentavam a criação de grupos paramilitares GE, GEP'S, Flechas, OPV. São os mesmos. Depois, quando derrotámos o exército colonial, tentaram impedir que Moçambique ficasse independente. São os mesmos! São os mesmos que fomentam a criação de partidos fantoches em Moçambique em Lourenço Marques. Partidos fantoches a soldo do imperialismo. À custa dos nossos prédios. À custa do nosso sangue. À custa do suor. Pagar a partidos fantoches para matar o nosso povo. São os mesmos que financiaram as acções criminosas de reaccionários nacionais, como Uria Simango, Padre Gwengere, como senhora Dona Joana Simião, como o senhor Lázaro Kavandame e outros vagabundos.

E quando viram que nada conseguiam contra a nossa determinação fizeram o seu 7 de Setembro. O 7 de Setembro para nós é uma data grande. É uma data histórica para todo o povo moçambicano. Não por causa da acção criminosa dos reaccionários, mas porque foi a data em que assinámos o fim da guerra em Moçambique. Em que o inimigo capitulou e entregou-nos a nossa Pátria, respeitou a nossa dignidade. O fim da dominação colonial de muitos anos. São os mesmos que dispararam contra as nossas populações indefesas. São os mesmos que depois fugiram para Portugal dizendo que não podiam viver num País em que os pretos mandam. São os mesmos. Outros fugiram para a África do Sul e de lá continuam a organizar a subversão contra o nosso país. São os mesmos que continuam a espalhar canetas de bombas aqui em Lourenço Marques para criarem terror, para semear

desconfiança, para instaurar um estado de intranquilidade dentro da cidade. São os mesmos. Os donos dos prédios. No entanto, o dinheiro das rendas continua a ir atrás deles. Atrás deles, através dos seus procuradores que são os seus representantes aqui em Moçambique. Mas examinemos a questão: É correcto andar a esvaziar o nosso país para alimentar reaccionários? O reaccionário está aqui para mandar dinheiro ao reaccionário. Eles estão contra nós. Eles continuam a viver com o nosso dinheiro, a utilizar o nosso dinheiro para nos destruir. Perguntaríamos: vamos continuar a ter uma cidade que não é nossa? Vamos continuar a pagar rendas a proprietários que estão na África do Sul ou em Portugal? Que andarem a disparar tiros contra nós em 7 de Setembro? Vamos aceitar os procuradores dos reaccionários que transferem dinheiro para a África do Sul a fim de organizarem a subversão e enviar gente para nos atacar? Vamos continuar a ter desunião, racismo, grupismo, dentro da nossa cidade?

Dentro da nossa sociedade? Nós diremos não! Nós queremos unidade. A unidade que nós queremos é real. Uma unidade verdadeiramente sólida no pensamento e na vida quotidiana. Nós queremos o fim da discriminação em todos os domínios. Queremos acabar com a mentalidade colonial. Queremos sentir que as cidades do Maputo (não de Lourenço Marques), Beira, Nampula, Quelimane, Pemba, todas as cidades da República Popular de Moçambique, porque elas nasceram de sacrifício consentido pelo povo, são cidades dos moçambicanos e não fortalezas dos colonos onde nós ficamos no quintal. Mas sejam claros também. Há o direito de terem a casa onde moram. E aceitamos que eles tenham uma casa de repouso fora da cidade. Aceitamos isso. Mas sabemos também que as casas que existem não bastam para todos os moçambicanos. O problema de habitação continua. É um problema pernicioso, um problema crónico que só com o tempo será resolvido. Não é de um dia para o outro que o resolveremos. Só com o nosso esforço organizado.

DIA DOS HERÓIS MOÇAMBICANOS

Durante a luta de libertação nacional o exército colonial matou o nosso povo. Os combatentes e a população foram sempre alvos do inimigo. Por isso declaramos o dia 3 de Fevereiro como o Dia dos Heróis Moçambicanos e não o dia de Eduardo Mondlane. Não é o Dia do camarada Mondlane. É o Dia dos Heróis Moçambicanos. Aqueles que tomaram na luta contra a penetração do colonialismo em Moçambique, são os heróis mo-

çambicanos. Em primeiro lugar respeitamos uma comovida homenagem àqueles que tombaram heroicamente sem armas, na luta contra a penetração do colonialismo português em Moçambique. Sem armas, através das suas armas primitivas contra uma potência. Em segundo lugar àqueles que ao longo da dominação colonial, da administração estrangeira, foram deportados para muitos países e não voltaram mais. E outros através de greves nas estivas de Lourenço Marques, na Beira e outros noutros pontos do nosso País ofereceram a sua vida, reclamando a liberdade. Nas estivas, sobretudo nas estivas e nas plantações da cana-de-açúcar. Lembramo-nos do massacre de Lourenço Marques, do massacre dos trabalhadores de Xinavane, da Beira e de outros sítios.

Resistir ao colonialismo. Diziam: «não ao colonialismo. Queremos a nossa personalidade, queremos a nossa terra».

É depois o desencadeamento da guerra, desencadeamento da luta de libertação nacional.

Aqueles da terceira fase. Teremos que dividir o período em três fases: a penetração do colonialismo português, a sua administração e depois a guerra colonial de agressão contra o nosso povo. É por isso que vocês vêem as bandeiras a meia haste. Não é em homenagem ao camarada Mondlane. É em homenagem aos heróis moçambicanos; são homens que tornaram possível a independência de Moçambique; são homens que cimentaram com o seu sangue a nossa unidade. Isso o devemos a eles. Por isso o Comité Central da FRELIMO decidiu proclamar o dia 3 de Fevereiro como o Dia dos Heróis Moçambicanos, e não do camarada Mondlane. Decidiu aproveitar a data em que foi assassinado o camarada Mondlane, porque o camarada Mondlane sumariava os sacrifícios de todo o povo.

Ele, que organizou a FRELIMO para poder enfrentar o colonialismo, com armas na mão de uma maneira organizada e unida contra um inimigo definido.

Os combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique que caíram durante a guerra de libertação nacional, queremos hoje anunciá-lo, nunca o dissémos a ninguém — são 2067 soldados da FRELIMO; os diminuídos físicos: 889;

Os que foram feridos no campo da batalha e capturados pelo inimigo e que o inimigo não nos entregou quando assinámos o Acordo de Lusaca e fizemos troca de soldados — os entregamos ao Governo Português mas os prisioneiros de guerra; o Governo

português não nos entregou nem sequer um soldado — capturados feridos dos nossos camaradas 282; os desaparecidos, que não sabemos se foram mortos, são 184.

Entre esses capturados e desaparecidos, alguns estavam na prisão da Machava e foram assassinados e outros foram assassinados nas prisões do Ibo. — Esses foram os soldados da FRELIMO que plantaram a árvore da liberdade que hoje brota uma sombra estrondosa;

Populações nas zonas de combate, sobretudo nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Sofala, particularmente nas três províncias Cabo Delgado, Tete e Niassa, onde a guerra durou dez anos através de massacres do inimigo, outros queimados nas poihotas, outros bombardeados com napalm, queimados pelo napalm; outros mortos na PIDE, outros na machamba, no transporte de materiais de guerra — 10 717;

Elementos da população que ficaram sem braços, sem pernas, sem vista — chamamos feridos, alguns já inválidos, são 3154 elementos; elementos da população que foram capturados pelo inimigo nas emboscadas, nas machambas, são 8657;

Elementos de população desaparecidos — 3745. Órfãos, crianças que ficaram sem pais e sem mães ou tem mãe e não tem pai, ou tem pai e não tem mãe, são 3227.

É por isso que nós proclamamos o 3 de Fevereiro o dia de grande momento para o Povo moçambicano. Por isso não podemos tolerar certas manifestações colonialistas na nossa sociedade. Não podemos aceitar discriminações na nossa sociedade. Venha quem vier, não a aceitamos. Sabemos quanto nos custou esta independência e sabemos como construíram a cidade de Lourenço Marques, como construíram as cidades das outras províncias. A custa do nosso povo. Mesmo que tenhamos de andar descalços, mesmo que tenhamos de andar dois, três anos sem vencimentos, mas reconstruindo a nossa Pátria, como fizemos nos 10 anos de guerra que não tínhamos nem 20 escudos, nem cem escudos, não tínhamos absolutamente nada e aqui estamos. Vivemos dez anos sem vencimentos. Não é o vencimento que nos faz viver. Aqui estamos todos. Vivemos dez anos sem vencimento com este fardo. Vocês nasceram desta tarde e deste casquete.

Foi possível, foi possível, primeiro por causa da nossa determinação e clareza dos nossos objectivos. Depois houve a solidariedade internacional, os países socialistas que nos ajudaram em medicamentos, em armas e em roupa — estas roupas que ainda temos hoje foram os nossos amigos, os países socialistas, que nos ofereceram. Estas armas que nós temos, não as comprámos. O povo desses países, trabalha, contribui mensalmente os povos oprimidos, para ajudar os povos subdesenvolvidos, para ajudar os povos pobres. Há países nossos amigos que anualmente — o ano tem 365 dias — descontam 50 dias para ajudar a luta do Vietnam, a luta do Camboja, para a luta do Laos, para a luta da América Latina — do Chile, o povo chileno, para a luta de Moçambique, para a luta da Guiné, para a luta de S. Tomé, para a luta de Cabo Verde, para a luta do Zimbabwé, para a luta de Angola, de todos os povos oprimidos.

Não são ricos esses países porque confiam na sua própria força, e sabem que só unindo-nos, os pobres, seremos mais fortes que ninguém. A nossa voz será capaz de abalar o inimigo mais forte. Por isso nós perguntamos para quê tanto sacrifício dos combatentes da FRELIMO, filhos queridos do Povo moçambicano. Para quê? Para continuarmos integrados nas estruturas colonialistas? Para continuarmos a viver nos estatutos estabelecidos pelos portugueses? Para quê? Para continuarmos a ser fantoches do imperialismo internacional? Nós dizemos NÃO!

O Povo da Tanzânia, povo pobre, pobre mais do que vocês, — vocês estão muito mais desenvolvidos em relação à Tanzânia — ele é um povo pobre, pobre, pobre, mas tem a sua convicção, tem a sua certeza e sabe dizer «enquanto os outros povos não forem livres, a independência da Tanzânia não tem significado». Isto é uma grande lição para o povo de Moçambique.

BANCO DE SOLIDARIEDADE PARA OS POVOS OPRIMIDOS

Sejamos como eles. E a honra que podemos dar aos nossos mártires, aos combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique, ao povo que transportou material, quando transportava a morte, finalmente.

Transportava o material de guerra para semeiar a liberdade e encontrava a morte, em compensação.

E nós, que estamos livres, o que faremos por eles? Qual é a nossa contribuição? Qual é o nosso respeito em relação a eles? Queríamos que nós aqui, unanimemente, do Rovuma ao Maputo, mensalmente, cada um de nós desse um dia de trabalho para o Banco de Solidariedade para com os povos oprimidos. E veremos, porque sabemos que alguns ganham muito mal, um dia para eles significa muito, mas vai o Ministério das Finanças estabelecer a percentagem daqueles que ganham muito mal. Mas, para nós que estamos aqui e que ganhamos muito bem, é um dia inteiro para os povos em luta, e alguns que estão aí e ganham oito, nove, dez contos, vinte contos, muitos aí, vão descontar um dia. A população deve contribuir, encontrar a forma de contribuir para a luta do Zimbabwé, para a luta da África do Sul e para a reconstrução nacional. A esse banco, chamaremos o Banco da Solidariedade. E, quando houver calamidades no nosso País será a esse banco que iremos buscar o dinheiro para reconstruir as aldeias comunais e reparar os danos.

Por isso diremos o dia 3 de cada mês não é para nós. Alguns estão aquilados com ideias colonialistas para as gerações futuras, sobretudo. Para saber porque é que estou contribuindo no dia 3 de cada mês? E dirão, mesmo, de uma maneira reaccionária: «Dizem que morreram alguns. Por isso damos dinheiro». Já é muito isso. Todos, a partir de hoje, todos os que ganham de oito contos para cima vão dar um dia, no dia 3 de cada mês. Para baixo, veremos a percentagem.

O dia 3 de cada mês é o dia que nos faz lembrar aquilo que não se esquece. Dizem que não existe, mas para nós existe. O 3 de cada mês faz-nos lembrar aquilo que não se esquece; faz viver o que não viveu. É o Dia dos Heróis, o 3 de cada mês completa alguma coisa. Sempre o 3 de cada mês completa alguma coisa. Por isso temos de contribuir. Três de cada mês — contribuição. Há inundações no nosso País, repararemos com esse dinheiro. Há ajuda para um país, e com esse dinheiro da Solidariedade que nós sempre: dinheiro da Solidariedade que nós daremos sempre: no nosso Banco da Solidariedade te-

ios fento. Outros vão contribuir com uma lata de milho; outros com uma lata de castanha, outros com uma lata de amêndois, outros com uma lata de batata, outros cultivando a macarrão. Outros têm que dar dançando.

Nós tivemos muita solidariedade durante a luta de libertação nacional, sobretudo nos países escandinavos, em que os estudantes secundários, os estudantes universitários iam trabalhar nos restaurantes, iam trabalhar nos hotéis, iam engraxar sapatos, iam vender jornais para dar ao povo de Moçambique. Nós temos as melhores imprensas, talvez, do Mundo foi-nos dado pelos estudantes dos países escandinavos. Temos transportes, carros, camiões, ambulâncias, à custa dos estudantes secundários e universitários e da sua solidariedade para com o povo moçambicano, mas os portugueses sem vergonha, roubaram alguns dos nossos camiões.

É por tudo isto que caíram aqueles heróis. Damos aqui as estatísticas dos soldados mortos e da população assassinada.

Portanto queremos anunciar que os prédios, a partir de agora, ficarão sob o controlo do Estado. O Estado a partir de agora passará a tomar conta dos prédios de aluguer, das casas abandonadas, das casas cujos donos fugiram de Moçambique. O Estado negociará, estabelecerá as regras de ocupação. Não há invasão. Agora não há invasão aos prédios. O Estado vai montar, a partir de hoje, soldados para segurança. Ai daquele que tentar sabotar o prédio. Sei que o povo é muito disciplinado, muito organizado e por isso não vai fazê-lo, alguns reaccionários que estão lá. Vão tentar pôr explosivos. Ai deles! As Forças Populares de Libertação de Moçambique, o Corpo de Polícia de Moçambique e os Grupos Dinamizadores passarão a controlar a partir de agora, em todo o território da República Popular de Moçambique, os prédios. Ai daquele que tentar sabotar o prédio! Ai dele! Servirá de exemplo para a República Popular de Moçambique e para o Mundo.

Os nossos camaradas caíram precisamente para isto. Nós respeitamos a casa onde cada um vive. Aluguer não. Será o Estado. Construir para viver é um direito. Para explorar, não. Se querem construir aqui, ali, na praia, correcta, construam. A população será

orientada como construir as suas casas, pois nem todos podem ir para os prédios. Se ganha mil e duzentos ou três contos não pode pagar o prédio, eles devem muito dinheiro ao Estado, por isso chamaremos aqueles que ganharam muito dinheiro e que não estão lá. Para isso o Estado fixará o preço dos prédios.

Quero dizer aos que forem para os prédios, não só em Lourenço Marques, mas em todo o território onde há prédios; Pemba, Quelimane, Nampula, Lichinga, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, que os prédios pertencem ao Estado. O Estado de Moçambique é um Estado de operários e camponeses; somos nós aqui. Portanto, aquilo é nosso. Logo é nosso dever cuidar daquilo. Por exemplo, manter a cidade limpa. Todos nós, em conjunto, não somos capazes de num domingo limpar a cidade? É preciso o Estado gastar dinheiro pagando aos varredores das estradas? Vocês têm vergonha de varrer a vossa cidade? É preciso fixarmos os dias de varrer a cidade. Não queremos sujidade na nossa cidade. É preciso liquidarmos as moscas aqui na cidade. A característica da cidade deve ser a higiene e a limpeza, que representam as vossas caras. Se tiverem remelas nos olhos isso significa também a situação da vossa cidade. Depois é preciso também evitar algumas outras coisas, como isso de pendurar as capulanas todas cá fora; se não a cidade fica como se fosse só de monhés. Em segundo lugar é também preciso evitar que levem cabritos para os prédios. Cabritos e galinhas não vão para os prédios. Terão que combinar com os que ficam no rés-do-chão onde ficam as galinhas. Correcto? Em terceiro lugar o pilão também não pode ir para o prédio. Todos os dias a baterem com o pilão o prédio vai cair, tem de ficar lá em baixo também.

TRES OBJECTIVOS A ALCANÇAR

E agora, em resumo desta reunião, porque é que tomámos estas medidas? Liquidar o racismo; liquidar a discriminação racial; liquidar a discriminação social que ainda existe na nossa sociedade e na nossa cidade. Liquidar o racismo, acabar com a divisão para criar as bases da verdadeira unidade, unidade de todo o povo sem discriminações baseadas na raça ou cor da pele. Por isso digamos: abaixo o racismo.

Segundo objectivo: Permitir ao povo tomar a cidade vivendo nela. A cidade deve pertencer ao povo moçambicano. A cidade não deve pertencer aos exploradores. Não deve continuar a ser propriedade dos capitalistas. A cidade deve ter uma face moçambicana. O povo vai poder viver na sua própria cidade e não no quintal da cidade. Por isso digamos: abaixo a exploração; viva o poder dos explorados.

Terceiro objectivo: Organizar no seio da cidade, nos bairros, nos quarteirões e nos prédios uma verdadeira vida colectiva. Organizar a Democracia no seio da cidade de modo a que todos participem na discussão e resolução dos problemas da vida colectiva, da vida de todos e de cada um. Deste modo estamos a criar as bases para o exercício do Poder Popular Democrático que é o alicerce político da nossa sociedade. Por isso digamos: Viva o Poder Democrático; Viva o Povo Unido do Rovuma ao Maputo; Viva a FRELIMO que Une e Organiza o Povo. Viva o Dia 3 de Fevereiro de cada ano; a Luta Continua. Independência ou Morte».

RECORDANDO OS HERÓIS QUE MORRERAM

Manhã cedo começou-se a registar grande afluência de público nas artérias que conduzem à Praça dos Heróis, em Maputo, onde estava marcada uma reunião popular, assinalando o Dia 3 de Fevereiro.

Cerca das 9.15 horas chegou àquele local o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Machel, que se fazia acompanhar do Vice-Presidente da FRELIMO e Ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica, Marcelino dos Santos; de Alberto Chipande, membro dos Comités Central e Executivo da FRELIMO e Ministro da Defesa Nacional; de Armândo Guebuza, membro dos Comités Central e Executivo da FRELIMO, Comissário Político Nacional e Ministro do Interior; e pelo Ministro da Educação e Cultura, Graça Simbine.

Aguardavam aqueles membros do Partido e do Governo, elementos do Corpo Ministerial, formado por Jorge Rebelo (Ministro da Informação), Mariano Matsinha (Ministro do Trabalho), Sebastião Mabote (Vice-Ministro da Defesa Nacional), Óscar Monteiro (Ministro do Estado na Presidência), Joaquim de Carvalho (Ministro da Agricultura), Daniel Mbanze (Vice-Ministro do Interior), Hélder Martins (Ministro da Saúde), Mário Machungo (Ministro da Indústria e Comércio), José Luís Cabaço (Ministro dos Transportes e Comunicações), Rui Baltasar (Ministro da Justiça), Júlio Carrilho (Ministro das Obras Públicas e Habitação) e Salomão Munguambe (Ministro das Finanças).

Antes de dar início à reunião popular, foram colocadas quatro coroas de flores na base do monumento aos Heróis da Pátria, tendo-se, em seguida cumprido um minuto de silêncio em memória dos moçambicanos que deram a sua vida na luta popular de libertação nacional.

(De: "Notícias", Maputo, 1976-02-05)

**DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL
NO ACTO DE ABERTURA DA 8.ª SESSÃO
DO COMITÉ CENTRAL DA FRELIMO**

Camaradas membros do Comité Central da FRELIMO,
Camaradas membros do Comité Executivo da FRELIMO,
Camaradas membros do Conselho de Ministros da República
Popular de Moçambique,
Camaradas membros do Estado-Maior General das Forças
Armadas,
Camaradas membros das Forças Populares de Libertação de
Moçambique,
Camaradas militantes em diversos sectores de actividades:

Primeiro saudamos os camaradas membros do Comité Central e do Comité Executivo, os membros das Forças Populares de Libertação de Moçambique e o Estado-Maior General, os militantes em tarefas governativas. Boas-vindas aos camaradas que vêm de várias frentes, de várias províncias, de várias tarefas e sectores, que se encontram engajados nas tarefas gigantescas da reconstrução nacional, após o engajamento na luta vitoriosa.

O sangue novo inspira o Comité Central da FRELIMO; o sangue novo dos que construíram a nossa vitória.

Saudamos a Imprensa e Rádio, camaradas de uma frente importante, combatentes que levam as nossas balas ideológicas a toda a parte e fazem-nas penetrar mesmo no seio do inimigo. Através dos camaradas vindos das zonas libertadas, saudamos o povo das zonas libertadas, o povo que assumiu os sacrifícios.

É esta uma sessão histórica. Histórica porque é pela primeira vez que se reúne o Comité Central após a proclamação da Independência do nosso País; porque é pela primeira vez que se reúne o Comité Central na Capital do nosso País, libertado pelo sacrifício do povo e pelo sangue dos seus melhores filhos; porque é a primeira vez que se reúne o Comité Central na Sede da FRELIMO.

Em 1962 pareciam visionários, pareciam profetas aqueles que, ao elaborar os Estatutos da FRELIMO, inscreveram no lugar da sede da FRELIMO — Lourenço Marques. Esta reunião concretiza essa confiança histórica dos fundadores da FRELIMO; confiança de que o processo de libertação era um processo irreversível. Reunimo-nos, hoje, na sede do Maputo, ou na cidade de Maputo. Para além da mudança do nome, as medidas tomadas quanto ao problema habitacional, racial e social, no Dia dos Heróis Moçambicanos garantem-nos que, assim como o nome Lourenço Marques designara uma cidade colonial, o nome Maputo passará a designar uma cidade verdadeiramente moçambicana, dentro de uma sociedade livre do racismo, do regionalismo e dos preconceitos.

É esta uma sessão histórica pelo momento em que tem lugar, pelo seu conteúdo concreto, pelas suas tarefas. Sessão histórica, porque se realiza num período de grandes conquistas revolucionárias do nosso povo. Sessão histórica pela importância dos problemas que vai abordar e da resolução dos quais dependerá o futuro político, económico e social do nosso País.

Acabámos de celebrar o Dia dos Heróis Moçambicanos. Esta reunião, que se realiza na capital libertada da nossa Pátria independente, é o resultado dos sacrifícios e do sangue, sangue dos seus melhores filhos. Muitos poderiam estar aqui presentes connosco. Não estão aqui porque fizeram, ao longo do caminho glorioso e heróico, construindo com os seus corpos, combate após combate, sacrifício

após sacrifício, vida após vida, camarada após camarada, a ponte através da qual o povo transportou a liberdade e a revolução até às margens do Maputo.

Mas, a sua recordação, o seu exemplo, estão aqui entre nós. Continuam na fileira da frente a inspirar-nos, a orientar-nos na nova fase do nosso combate. Dizemos que os heróis não são só aqueles que morreram. Os heróis são aqueles que vivem a transformação. São aqueles que participam. São aqueles que não hesitam em realizar, sobretudo quando estão a realizar as tarefas populares. Por todos aqueles que caíram e por isso não estão aqui presentes, pelo seu exemplo de servir o povo, observemos um minuto de silêncio.

CONTEXTO DA 8.ª SESSÃO

Em que contexto se insere esta reunião? Sabemos que cada desenvolvimento traz transformações e mudanças profundas, essas transformações, essas mudanças profundas devem ser acompanhadas por todos os militantes, da direcção, do escalão médio até à base. Os Estatutos prevêem uma reunião do Comité Central todos os seis meses. Durante a guerra popular de libertação, o engajamento de cada um de nós nas tarefas concretas, as longas distâncias, as dificuldades e a lentidão das comunicações impediam materialmente que respeitássemos, na prática, esta disposição.

E muitos, muitos, durante a luta de libertação nacional, mesmo que as condições não permitissem, exigiam que o Comité Central se reunisse constantemente. Mesmo quando a nossa linha não estava ameaçada, exigiam que a reunião do Comité se realizasse. Mesmo que não existissem problemas a discutir, por uma questão de rotina, por uma questão de tradição e por falta de visão global e por falta de flexibilidade e, muitas das vezes, por falta de conhecimento profundo da evolução da luta de libertação nacional, levava muitos membros a exigir que o Comité se reunisse periodicamente.

Hoje, a nossa vitória permitiu criar novas condições e impõe-se fazer o balanço da nossa vida, das nossas actividades e, em particular, o estudo da situação actual no nosso País e no seio da nossa Organização.

O que representam as reuniões na nossa vida? Para nós, as reuniões representam, primeiro, uma ocasião para sintetizar, para resumir as nossas experiências. Segundo, uma ocasião para reflectir sobre o conjunto do processo revolucionário, para ter uma visão global, e não somente departamental, não somente provincial ou sectorial. Terceiro, um momento decisivo da nossa unidade, através do processo Unidade-Crítica-Unidade. Quarto, a definição clara das tarefas exigidas pela situação vivida e dos mecanismos para a sua implementação. Quinto, foi esta a tarefa das sessões anteriores do Comité Central, após o II Congresso.

Vejam as aquelas que estão mais ligadas à situação actual do nosso País. Primeiro, a Quinta Sessão em Dezembro de 1972 foi uma longa reunião de 26 dias de análise da situação no nosso País, da nossa Organização e da conjuntura africana e internacional. Segundo, constituiu um verdadeiro seminário para os seus participantes. Terceiro, por essa razão, a palavra de ordem «Ofensiva generalizada em todas as frentes» pôde, efectivamente, ser assumida e levada a cabo no plano político e organizacional, no plano militar, no plano diplomático, no domínio da reconstrução nacional. O resultado destas decisões importantes foi termos assistido ao desmoronamento final do colonialismo português, assistimos à derrota sem precedentes do exército colonial português, assistimos a ataques e assaltos às bases e fortalezas do inimigo, assistimos à captura de grandes quantidades

de material. Finalmente, assistimos à rendição incondicional do inimigo às Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Segundo, a Sexta Sessão, que foi em Agosto de 1974, tinha como objectivo traçar as linhas a seguir no processo das negociações e no período de transição. Esta reunião afirmou os princípios básicos que permitiriam o restabelecimento da paz que resultou da parte do Governo Português o reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência, reconhecimento, da parte do Governo Português, da FRELIMO como o representante legítimo do povo moçambicano do Rovuma ao Maputo, a aceitação da transferência dos poderes que ainda detinha, para a FRELIMO. Definiu as tarefas essenciais do período de transição. Primeiro, o desmantelamento das estruturas político-militares do colonialismo. Segundo, a implantação das bases do Poder Popular Democrático em todo o País. Terceiro, a consolidação e extensão das Forças da FRELIMO.

Essa a tarefa que coube ao Governo de Transição depois da Sexta Reunião, que teve lugar para analisar o processo das negociações com o Governo português. E os resultados obtidos são os que todos nós vimos, os que nós todos assistimos, os que todos vivemos.

Terceiro, a Sétima Sessão, em Junho de 1975, já na província de Inhambane, zona do Tofo. Esta reunião tinha por objectivo a definição das orientações básicas do Estado e assim define a natureza e fins do poder do Estado, do poder da aliança operário-camponesa, para edificar a nova sociedade. Define a fase revolucionária, fase da edificação da democracia popular. Define a força dirigente do Estado e da sociedade que é a FRELIMO. Define as estruturas do poder de Estado, estruturas democráticas do poder de classe. Define o cidadão da República, os seus direitos e deveres. Define os aliados e os inimigos de classe no plano nacional e internacional.

Em resumo, a Sétima Sessão aprova a Constituição da República Popular de Moçambique, a Lei da Nacionalidade, e traça as orientações básicas do Estado.

Neste momento, encontramos-nos numa situação nova e com tarefas novas. Quais os reflexos desta nova situação sobre a nossa Organização, tanto no que respeita às nossas estruturas, como no que respeita à nossa vida?

AO NÍVEL DAS ESTRUTURAS

Ao nível das estruturas: tiveram que se estender a todo País e exercer tarefas muito vastas e, em certos casos, tarefas para as quais não estávamos preparados. As estruturas existentes da FRELIMO correspondiam a uma fase em que as tarefas administrativas eram exercidas pela FRELIMO e não têm em conta a situação actual em que as tarefas executivas de tipo administrativo são exercidas pelo Governo. As estruturas actuais não correspondem à fase actual da construção da nova sociedade com as tarefas políticas prioritárias e isso implica que necessitamos de estruturas e canais de comunicação que reflectam e transmitam a cada momento as aspirações reais das massas organizadas em todo o País. Necessitamos de estruturas que nos permitam ter a cada momento a visão de conjunto dos problemas de todo o País e não apenas da região afectada.

Ao nível da nossa vida, constatamos o abalo introduzido pela nova situação na forma de viver revolucionária, forjada durante a guerra popular de libertação. Há elementos, há dirigentes, há quadros e combatentes que ficaram rapidamente ultrapassados pelo processo de reconstrução nacional. Que ficaram ultrapassados e tornaram-se incapazes de compreender a prioridade a dar a estas

tarefas actuais. O contacto com a cidade reavivou as concepções burguesas dos elementos que não tinham interiorizado a nossa linha.

Só viviam a nossa vida, porque no campo e na luta não tinham condições para realizar as suas aspirações de tipo capitalista e a vida moralmente corrupta que desejavam. Trata-se de elementos que sistematicamente recusaram o combate interno, procuraram a todo o custo conservar a superestrutura, não abalaram o esquema mental, apesar de todos nós estarmos empenhados na luta de libertação nacional. Isso significa que recusaram o combate interno, quando preservaram, quando guardaram bem escondido a superestrutura, as leis e os deveres dos colonialistas. Ao recusar o combate interno, significa para nós que existe na mentalidade de alguns de nós o subjectivismo, o espírito de importância, existe o liberalismo, existe a ambição, existe o individualismo.

E esses são os elementos que impedem o avanço. São estes elementos que impedem a interiorização da nossa linha. São estes que preservam a superestrutura nas mentalidades de alguns de nós. Outros, porque têm um passado de traição. Forneceram à PIDE informações sobre o nosso plano de guerra e a nossa estratégia. Alguns dirigentes foram perdendo as qualidades de militantes e, muito mais, as de membros do Comité Central.

Por isso alguns se surpreendem quando nós fazemos purificações periódicas, quando nós fazemos depurações nas nossas fileiras, quando rejeitamos categoricamente elementos, diremos, com deformações profundas. E não só deformações como formação. É necessário, a partir daí, tirar as consequências e tomar as decisões apropriadas. Significa o estudo constante, definição constante do amigo e do inimigo, do aliado e daquele que está aliado com o inimigo. Tem havido tendência entre alguns camaradas, para considerar a forma de vida que era a nossa, a vida colectiva, uma necessidade de circunstância imposta pelas condições de luta, que hoje já não se justifica. Mas o que é para nós a vida colectiva? A vida colectiva para nós é uma das maiores conquistas da nossa luta, uma das maiores conquistas da nossa Revolução, uma das maiores conquistas do nosso povo, unido do Rovuma ao Maputo.

Porque através da vida colectiva compreendemos e aprendemos a conhecer-nos profundamente, a identificar os revolucionários, a detectar os reaccionários encobertos no nosso seio. Aprendemos a ter relações profundas de camaradagem, baseadas no amor e na amizade real, porque estamos engajados no mesmo combate, porque combatemos o mesmo inimigo e queremos atingir o mesmo objectivo. Aprendemos a dar o verdadeiro sentido à crítica e à auto-crítica, instrumentos revolucionários para o melhoramento de cada um e da nossa sociedade no seu conjunto.

Gostaríamos de sublinhar a importância do que é a vida colectiva. É principalmente através da vida colectiva que nós consolidamos a nossa unidade e forjamos o pensamento comum dirigente. Todos estes aspectos são partes integrantes da nossa unidade, que nós devemos preservar. É uma conquista da nossa luta, é uma conquista da nossa Revolução, é uma conquista da nossa sociedade, é uma conquista do nosso povo.

É, desde já, a partir do momento em que nós conquistamos o património revolucionário, um património que deve ser transmitido de geração em geração, para que o nosso País preserve as tradições revolucionárias.

No passado, era a luta armada revolucionária o agente acelerador das transformações sociais, e da nossa própria transformação, da conquista da mentalidade nova. Qual é esse agente acelerador hoje?

O AGENTE ACELERADOR DE HOJE

A luta que terminou foi o aquecedor que foi o agente que abalou as mentalidades de muitos, que foi o agente que formou rapidamente quadros, que foi o agente que nos obrigou a descobrir que nós formamos um povo, que nós tínhamos a mesma identidade, identidade moçambicana, que nós tínhamos a nossa cultura, que nós tínhamos a nossa personalidade, que nós tínhamos o nosso lugar nas nações, que nós tínhamos o nosso lugar no continente africano e no Mundo.

E hoje, se perguntarmos, já que o agente acelerador terminou — que foi a luta armada — qual será o agente transformador da sociedade moçambicana hoje? Qual será o agente que vai permitir preservar as nossas conquistas revolucionárias, qual será o agente que vai permitir educarmos de uma maneira correcta, darmos orientações correctas, darmos a personalidade real, moçambicana, às gerações futuras?

Nós pensamos que hoje, o que se agudiza no nosso País é a luta de classes. Para participarmos nesta luta de classes, só através da participação concreta nas tarefas e na vida do povo. E essa participação deve ser uma participação consciente, uma participação com noção profunda de responsabilidade. É isso que vai permitir identificarmo-nos com o povo, com os interesses do povo, é isso que vai permitir-nos constantemente detectar o inimigo infiltrado ou camuflado no nosso seio. É combatendo permanentemente as ideias feitas e os hábitos sociais, assim como os métodos de trabalho herdados da sociedade colonial e do aparelho de Estado burguês. É combatendo o espírito de rotina e de imitação inconsciente do que fazia o colonialismo.

Isto, certamente, vai suscitar as contradições. Haverá contradições a certa altura antagónicas, haverá contradições agudas, e importa sempre estarmos conscientes, e devemos definir o tipo de contradições. Quando se trata de contradições entre nós e o inimigo, essas são contradições antagónicas, são contradições insolúveis, são contradições irreductíveis que só com um combate permanente, que só com um engajamento profundo de todos nós seremos capazes de ultrapassar qualquer tipo de contradição.

Recorrendo sempre ao nosso instrumento, à crítica e autocrítica para atingirmos a unidade, unidade real e não unidade aparente. E essa prática que ganhámos ao longo da luta de libertação nacional deve ser transmitida, deve ser assumida e não vista como uma humilhação. Nós, quando fazemos a crítica, é para reganhar-mos um camarada, para melhorarmos as suas qualidades e eliminar aquelas que são prejudiciais à sociedade.

Por isso não nos surpreenderá o aparecimento das contradições, porque elas existiam. Existiam contradições antagónicas entre nós e o inimigo e nós perguntamos: Com a derrocada do colonialismo português, com a vitória do povo moçambicano, desapareceram essas contradições? Responderemos que não. Algumas estavam no estado latente, estavam adormecidas essas contradições. E que hoje já encontram o seu ambiente apropriado, portanto, de repente surgem. E nós temos consciência de que de novo engajar-nos-emos no combate real para superar essas contradições.

O INIMIGO PERMANENTE

Agora perguntamos: de que modo se manifestam essas contradições entre nós? Será talvez matéria para o Comité Central, nos seus debates profundos, porque é preciso abalar as mentalidades, é preciso abalar o inimigo permanente, o individualismo, a ambição, a indisciplina, o liberalismo. Por isso dizemos que o Comité Central, durante os seus trabalhos, debruçar-se-á sobre este problema.

Em resumo, poderíamos dizer que devemos, antes de mais, saber valorizar as nossas experiências. Conhecer conscientemente o sentido e o alcance das nossas conquistas para as podermos defender e ampliar. Dar prioridade às zonas libertadas que constituem a materialização das nossas conquistas políticas, económicas e sociais. Nós consideramos as zonas libertadas o reservatório, a fonte de inspiração para todos nós, a reserva da nossa revolução, a fonte permanente da nossa inspiração na defesa dos interesses do povo explorado.

Do que dissémos anteriormente, partir da nossa experiência, valorizá-la, defendê-la e ampliá-la decorre que devemos dar prioridade às zonas libertadas na nossa acção.

Qual a situação actual das zonas libertadas?

O deslocamento das estruturas, de muitos camaradas que tiveram que ser afectados em outras zonas, enfraquece as nossas estruturas nas zonas libertadas. Assistimos à penetração das ideias erradas, à penetração de ideias e maneiras de viver do inimigo, até então restrita aos aldeamentos e centros urbanos.

Assistimos ao afluxo de refugiados que haviam permanecido no exterior, longe da guerra e longe do processo de transformação determinado pela guerra popular e criando, no entanto, maus hábitos. A chegada dos elementos que viveram muito longe do processo da guerra popular, que não sofreram as transformações, trazem para as zonas libertadas o regionalismo, trazem o tribalismo, trazem o racismo, trazem o alcoolismo, trazem a vida degradante do colonialismo e do capitalismo, o alcoolismo e a prostituição, o gosto pelo dinheiro.

Trazem para as nossas zonas a preguiça, o desprezo pelo trabalho manual e, sobretudo, pelo trabalho organizado que significa o trabalho colectivo. Portanto, desprezam o trabalho da Reconstrução Nacional, desconhecem que é o homem que cria a riqueza. É o trabalho que permite a transformação da sociedade. Gostariamos que o Comité Central se debruçasse, consciente e profundamente, sobre as questões das zonas libertadas.

Como fazer da palavra de ordem «prioridade às zonas libertadas» uma realidade e não só «slogan» no papel? Dedicando nesta reunião a nossa atenção à análise desta situação. Pensamos que só resolveremos a situação das zonas libertadas enviando para essas regiões quadros qualificados política e tecnicamente sobretudo ao nível dos Serviços de Saúde, dos Serviços de Educação e Cultura, sobretudo ao nível do trabalho da Produção e Comércio.

Porque existem especuladores que deturpam as nossas orientações nas zonas libertadas. E esses quadros afectados aos Serviços de Saúde, afectados aos Serviços de Educação, afectados aos Serviços de Comércio, devem transformar-se em verdadeiros comissários políticos com a visão do processo histórico passado, presente e futuro.

Há algumas formas agudas de infiltração, além daquelas que já conhecemos, daqueles métodos que nós neutralizámos, daqueles métodos em que o povo já está preparado, existem novos métodos de infiltração. Primeiro, ao nível dos grupos dinamizadores encontramos antigos agentes da PIDE, encontramos antigos membros do exército colonial e encontramos antigos membros das organizações OPV, Fle-

chas, GE, GEP e outros que foram membros da ANP, partido do Marcelo Caetano e que, portanto, foram difusores activos da política colonial.

E hoje encontramos esses elementos às vezes como secretários dos grupos dinamizadores, para dinamizar para o lado do inimigo. Queremos apelar que só eliminaremos, que só impermeabilizaremos as nossas fileiras, se os grupos dinamizadores assumirem, conscientemente, o que são os nossos interesses e o que são os interesses do inimigo, a quem defendemos e a quem eles serviram.

Esses devem passar por um processo de transformação, de educação política para poderem conhecer o que é o povo e para poderem fazer um exame profundo do seu passado, porque uma grande parte, sinceramente estamos convencidos, tem as mãos sujas de sangue. São eles que degolavam os nossos militantes; são eles que impedem a difusão da política da FRELIMO. Por isso, esses não são, automaticamente, membros dos grupos dinamizadores, mas devem passar por um processo. Mas, para isso, muitos deles utilizam certas afinidades, utilizam certas amizades antigas, utilizam a familiaridade que foi sempre um instrumento do inimigo, para neutralizar alguns militantes da FRELIMO de forma a não denunciarem os agentes do novo povo e amigos fiéis do nosso inimigo.

E assistimos, também, é bom confessarmos, porque é uma realidade de que todos nós temos consciência, que essa penetração não é somente ao nível dos grupos dinamizadores. É até ao nível do aparelho de Estado. Alguns foram ideólogos da política de Marcelo Caetano e hoje assumem altas responsabilidades ao nível do Estado, do aparelho do Governo.

É só com a vigilância e com a participação activa da população, de todos nós, que sentiremos essa responsabilidade e saberemos que isso representa um perigo imediato e a longo termo: a presença de elementos que serviram fielmente a política fascista, a política colonialista, aqueles que impediram um processo revolucionário no nosso País.

E assistimos, agora, à chegada maciça de elementos que tinham vivido no exterior durante toda a luta de libertação nacional. Neste caso não é segredo, porque o II Congresso da FRELIMO revelou esta realidade.

Trata-se, em primeiro lugar, dos antigos estudantes da FRELIMO enviados para o exterior. Em muitos países, países amigos que nos davam bolsas para que esses elementos regressassem para acelerar o colapso do colonialismo. E transformaram-se em nossos inimigos. Por isso dizemos que se trata de estudantes que durante a luta, primeiro se recusaram a participar na luta, que a luta de libertação nacional, a luta armada, era para os não evoluídos, que a luta armada de libertação nacional, a luta armada era para os não instruídos. E que os instruídos tratavam-se, sim, de futura semente que iria germinar, depois da queda. E que cairia, por si só, o colonialismo. Não era preciso combater, era uma questão de tempo. O tempo resolveria.

Recusaram a disciplina do Partido, lutaram contra a FRELIMO, denegaram os combatentes da FRELIMO como maltrapilhos, como terroristas, publicaram panfletos atacando a FRELIMO, atacando a direcção da FRELIMO, o Comité Central da FRELIMO, que é o seu órgão máximo. Distribuíram declarações em todo o mundo dizendo que em Moçambique não existia a luta, tudo o que nós publicávamos eram invenções, e regressam em massa hoje.

Trata-se de infiltração refinada do imperialismo. Esperavam estes senhores a nova fase, fase da independência, para poderem agir: política do imperialismo.

no nosso país. Nós recusamo-nos e recusaremos violentamente. Responderemos a ataque com ataque. Ataque reaccionário com ataque popular. Nós responderemos à agressão feita por um punhado. À agressão colonialista, à agressão racista, responderemos com um ataque popular e o ataque popular é um vento ciclónico. Significa que não pararemos em Salisbéria, pararemos onde termina a fronteira do Zimbabwe.

Ian Smith durante o tempo colonial, participou em várias incursões no nosso País. Smith organizou conjuntamente com os colonialistas portugueses os massacres de Mucumbura e outros massacres nas fronteiras. Estamos a dizê-lo publicamente. Avançaremos desta maneira: dente por dente, olho por olho.

Temos ocasião de afirmar que nós não somos um punhado, somos um povo inteiro, somos dez milhões, contra duzentos e setenta e três mil racistas do Zimbabwe. Se é consciente Smith devia, o mais depressa possível, entrar em negociações com os líderes do Zimbabwe, porque os duzentos e setenta e tal mil racistas que estão lá, não são todos do lado de Smith. Os que estão ao lado de Smith são um pequenito punhado que explora os duzentos e setenta e tal mil brancos que estão lá. Se quer ouvir o nosso conselho, para sair de uma maneira airosa, de uma maneira elegante, negociaria, porque será derrotado pelo vento da História. O povo do Zimbabwe vencerá.

Por isso assistimos a ofensivas ideológicas e morais contra a juventude e em especial através da droga, através de pornografia e outras formas.

ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAR A VITÓRIA

Fensamos que só através de revalorizar e sintetizar a nossa rica experiência de, primeiro, unir, mobilizar e organizar as massas no combate pela conquista e defesa dos seus interesses. Segundo, rechazar as infiltrações, provocações e agressões inimigas. Terceiro, saber aceitar sacrifícios para superar as dificuldades. Quarto, libertar a energia eridora das massas organizadas para, contando com as próprias forças, progredir na via revolucionária e, progressivamente, resolver os nossos problemas económicos e sociais. Quinto, reforço da nossa aliança de classe e política: Primeiro, para consolidar a nossa vitória e, em segundo lugar, para reforçar a nossa aliança de classe e política. Reforçarmos as nossas relações com os países socialistas, aliados naturais dos movimentos de libertação, aliados naturais no combate contra o imperialismo, aliados naturais na luta contra a exploração do Homem pelo Homem, aliados naturais na consolidação do poder operário-camponês, aliados naturais no restabelecimento da paz mundial, aliados naturais no progresso e desenvolvimento. Este é o primeiro ponto. O segundo, com todos os países anti-imperialistas, especialmente de África e particularmente com os países vizinhos — países vizinhos, bem entendido — a Tanzânia e Zâmbia. Não estamos a falar da África do Sul, não estamos a falar do Zimbabwe.

O reforço da aliança e cooperação com os movimentos de libertação nacional. O nosso objectivo é liquidar o inimigo. Só poderemos liquidar o inimigo, desencadeando ofensivas que consolidem

e ampliem as nossas conquistas e impeçam o pequeno inimigo de tornar-se grande e forcem o grande inimigo a tornar-se pequeno.

Neste processo de luta de classes, de participação activa na resolução das contradições, de interiorização das tarefas, formar-nos-emos como quadros revolucionários. Aprendemos na grande escola da guerra popular, temperámo-nos na escola da luta de classes. São estes factores que determinam o conteúdo da Oitava Sessão do Comité Central, depois do II Congresso da FRELIMO. É uma sessão alargada ao Comité Executivo e a quadros superiores do Partido e do seu braço armado, as Forças Populares de Libertação de Moçambique.

EXTIRPAR AS RAIZES DO CAPITALISMO

Perguntariam qual a razão de convocar tantos quadros. Nós o fizemos em 1969, quando a nossa linha estava ameaçada, quando um punhado de reaccionários tentou tomar o poder pela violência. Nessa altura nós alargámos a reunião do Comité Central, fizemos participar na reunião do Comité Central de 1969, a partir do topo até à base e, assim, encontrámos as fórmulas correctas de resolver as contradições e preservar a unidade nacional, como arma fundamental para qualquer tipo de contradições, para qualquer tipo de inimigo.

Também em 1972, quando desencadeámos a ofensiva generalizada contra as manobras do inimigo, quando ele tentava transformar a cor dos cadáveres, quando tentava organizar moçambicanos contra moçambicanos, quando corrompia os nossos quadros, quando brutalizava a população nos aldeamentos, quando aumentava o seu exército, quando aumentava os assassinatos, quando os massacres já eram sistemáticos, nós convocámos a reunião alargada do Comité Central, para estudarmos e detectarmos a intenção verdadeira do inimigo e os seus objectivos, para que os pudéssemos neutralizar a tempo.

Agora temos de o fazer de novo porque, nessa altura, nós controlávamos algumas províncias, consolidávamos de uma maneira efectiva, as zonas libertadas. As nossas estruturas estavam ao nível de algumas províncias. Mas hoje convocamos esta reunião alargada do Comité Central porque controlamos o País inteiro. A luta também se agudiza do Rovuma ao Maputo e, para isso, precisamos de encontrar soluções concretas e adequadas que correspondam a esta fase actual do desenvolvimento da nossa luta e, sobretudo, porque já controlamos o aparelho de Estado.

Por isso esta sessão deverá, ainda, estudar a oportunidade da convocação do III Congresso Ordinário da FRELIMO. Pensamos que é uma necessidade imperativa, agora, a sua realização. Pensamos que esta reunião vai estudar a oportunidade da convocação do III Congresso, para que o povo inteiro participe, discuta, assuma e conheça o que é a FRELIMO, quais são os objectivos da nossa República e quais são os objectivos da nossa linha política. E, também, para eliminar certas tendências, para abalarmos e destruímos as mentalidades deixadas pelo colonialismo, os vestígios coloniais que ainda tentam resistir.

Não queremos que os vestígios coloniais ganhem a nossa juventude. A juventude é a seiva da Nação; a juventude é a esperança do progresso da nossa revolução, é a continuação da nossa luta; é a consolidação da aliança operário-camponesa, a de todos os trabalhadores.

Conhecemos juntos a luta de libertação nacional, marchámos juntos, estudámos cada problema que surgiu no seio da FRELIMO juntos, organizámos redes clandestinas, juntos encontramos soluções para os problemas; juntos criámos amigos no plano nacional e no plano internacional. Juntos da nova Revolução nos exige, de novo o nosso Povo exige que juntos marchemos, que nos organizemos para juntos iremos mais longe.

Organizados e conscientes das nossas responsabilidades sabemos o que é mais importante; saberemos rejeitar as cargas impostas que a revolução transporta.

Pensamos que sairemos desta reunião revigorados. Receberemos, nesta reunião do Comité Central, o oxigénio que vai estimular o nosso sangue para vencermos a batalha de classes. Saberemos definir as contradições secundárias das principais e saberemos sair desta reunião unidos, mais do que nunca, porque os nossos objectivos são bem claros.

Mas só se formos sinceros nas nossas discussões; se formos profundos no nosso estudo; se formos capazes de assumir, de uma maneira larga e de uma maneira profunda, a complexidade e a globalidade dos nossos problemas, a problemática do nosso País, as realidades do nosso País, as potencialidades do nosso povo, as potencialidades do nosso País. Se soubermos fazer incidir a nossa batalha contra o individualismo, porque o individualismo é a forma do capitalismo, reflecte o capitalismo. Se nós soubermos combater a ambição. Se tivermos a preocupação de, em cada momento, procurarmos saber se realizámos correctamente os interesses das largas massas, venceremos o inimigo. Venceremos o imperialismo. Faremos do nosso país uma muralha indestrutível. Faremos de cada moçambicano inimigo do nosso inimigo; faremos do nosso Povo uma força invencível e poderemos provar que o processo da revolução é um processo irreversível.

Teremos de provar que a revolução se realiza em todos os países. Não há continentes especialmente escolhidos para a Revolução. Isso significaria existirem continentes escolhidos, especialmente, para combater o capitalismo, para combater a exploração. Mas, só liquidando o individualismo e assumindo os interesses das largas massas, só liquidando no nosso seio as intrigas poderemos engajar, de uma maneira profunda, em grande envergadura, as largas massas. Aí estaremos em condições de unir a direcção com a base; estaremos em condições de resolver as contradições que existem no seio do povo; estaremos em condições de resolver mesmo os problemas específicos, porque encontraremos soluções específicas em cada problema, em cada etapa, em cada fase da nossa luta, em cada fase da nossa reconstrução.

Por isso exigimos — é uma exigência do povo — que, em Moçambique, o individualismo não tenha lugar. Devemos extirpar as raízes do capitalismo, a vocação capitalista, o desejo de explorar. E, assim, daremos a nossa contribuição às lutas dos outros povos; daremos a nossa contribuição à luta de classes dos povos oprimidos. É o que nós pensamos. E, por isso, dizemos: saibamos ser servidores do povo. É pela nossa atitude em relação às massas e aos seus interesses, que nos definimos. Este é o critério do revolucionário, a sua razão de ser.

**A LUTA CONTINUA!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE, VENCEREMOS!**

Maputo, 11 de Fevereiro de 1976.

(De: Documento da 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO, Maputo, DIP, 1976, pag. 7-23)

OFENSIVA POLITICA E ORGANIZACIONAL GENERALI- ZADA NA FRENTE DA PRODUÇÃO

(Discurso do Presidente Samora Machel no acto de encerra-
mento da 8.ª Sessão do Comité Central).

O Camarada Vice-Presidente da FRELIMO incumbe-me de, em nome de todos os membros do Comité Central, transmitir aos nossos camaradas os momentos que nós vivemos nesta sala. Momentos difíceis, momentos que nos fizeram recordar o passado, momentos que nos indicaram o presente, momentos que nos permitiram traçarmos o futuro, o destino — destino luminoso e brilhante do nosso povo.

Portanto, não sei se serei capaz de interpretar e fazer recordar a todos aqueles que participaram e, sobretudo, a contribuição de cada um para fazer avançar a nossa luta.

Camaradas Membros do Comité Central,
Camaradas Membros do Comité Executivo,
Camaradas Membros do Conselho de Ministros,
Camaradas Membros do Estado-Maior,
Camaradas das Forças Populares de Libertação de Moçambique,
Quadros e Combatentes,
Camaradas militantes em diversas tarefas;

Encarregam-me de transmitir o que foi a nossa reunião do Comité Central: os momentos que nós vivemos durante esses dezasseis dias, como é que nós discutimos os problemas do nosso povo, como é que nós discutimos os problemas que vive a Nação moçambicana; as dificuldades que nós encontramos, e como é que nos engajámos para vencermos essas dificuldades. Não sei se serei capaz de transmitir o que me pedem os meus colegas. Mas vou tentar.

Termina a 8.ª Sessão do Comité Central que esteve reunida desde 11 de Fevereiro, tendo realizado 26 sessões de trabalho em plenário, e inúmeras outras em comissões. A sua agenda comportou nove pontos essenciais:

Primeiro: a análise sobre o desenvolvimento da luta entre a quinta e a oitava sessão. Segundo: a análise da situação política em Moçambique, no momento actual, as relações de força na fase presente da luta de classes. Terceiro: aprofundamento da base ideológica e política orientadora da nova Sociedade. Quarto: estruturação do Poder Popular Democrático do nosso Estado na fase actual. Quinto: materialização do papel da FRELIMO como força dirigente do Estado e da Sociedade. Sexto: análise da situação de conjunto na África Austral, na África e no Mundo. Sétimo: elevação da unidade a uma nova fase. Oitavo: convocação do terceiro Congresso da FRELIMO. Nono: diversos.

A análise aprofundada, a rica troca de experiências que ela permitiu, conduziu-nos a uma visão mais clara do desenvolvimento do nosso processo revolucionário, da sua estratégia.

A 8.ª Sessão constitui um grande sucesso revolucionário, constitui uma grande plataforma sobre a qual lançaremos e enraizaremos as bases do processo revolucionário no nosso País.

Por isso, causas desses grandes sucessos que obtivemos, e da grande envergadura das discussões tidas nesta reunião, quero, em nome do Comité Central, saudar os participantes. E por que é que saudamos os participantes? Porque souberam trazer a realidade da luta, porque souberam trazer a nossa tradição revolucionária, a nossa maneira de discutir, a nossa franqueza, o nosso espírito de crítica

e autocrítica, a nossa preocupação comum de servir a Revolução. Porque souberam manter alto o espírito crítico, souberam manter bem alto a chama da Revolução, o valor da unidade nacional, o valor e a importância da unidade ideológica, porque souberam manter bem presente o nosso interesse de classe. Porque foram capazes, de maneira viva, de maneira clara e eficaz, de analisar a nossa experiência presente, sintetizá-la e formular, finalmente, as linhas necessárias de orientação, as palavras de ordem mobilizadoras.

Saudamos o secretariado, que nos forneceu os instrumentos necessários para a eficácia do nosso trabalho, para o sucesso, para o triunfo e para a vitória da nossa reunião. Porque foi capaz de, no início de cada sessão, fornecer-nos a síntese da sessão anterior. Assim, o nosso trabalho pôde ser precioso e produtivo.

Saudamos ainda o pessoal de apoio, que infatigavelmente, a qualquer hora do dia e da noite, nos permitia restaurar as forças, ter o necessário refresco, o café que serviu de tónico para os nossos nervos, o chá que estimulou o nosso cérebro, estimulou os nossos nervos, e que assim estiveram sempre revigorados. E esse apoio foi necessário, porque sem a retaguarda, sem a base de apoio, não somos capazes de consolidar as nossas conquistas. Só são conquistas quando somos capazes de consolidá-las.

Por isso, a maneira como todos trabalharam demonstrou um facto fundamental. Primeiro, a compreensão política da tarefa; assumir a tarefa como uma tarefa política, assumir a tarefa individual e fazer dessa tarefa individual uma tarefa colectiva. O saber-se assumir a missão conduz-nos a um grau superior de eficácia e rapidez de trabalho.

Terminamos a 8.ª Sessão, e dizemos que foi um sucesso. Um sucesso porquê? O que constatou a reunião? O que resolveu esta reunião? Que orientação nos dá? O que constatou a 8.ª Sessão?

Analisámos a causa da nossa vitória contra a guerra colonial-imperialista de agressão. Vimos os seus factores, o primeiro factor: a unidade. A unidade patriótica das largas massas contra a dominação colonial. A unidade política dos quadros e militantes para edificar uma sociedade livre da exploração. A unidade ideológica das forças revolucionárias no combate para implantar e consolidar o poder da aliança operário-camponesa, o Poder Popular Democrático. A determinação dos quadros, combatentes e massas, a nossa determinação, e essa determinação que se manifestou em aceitarmos e superarmos dificuldades e sacrifícios para servir o Povo e a Revolução. A vida colectiva. A determinação só se torna instrumento quando existe a vida colectiva. O trabalharmos colectivamente, o estudarmos e sintetizarmos colectivamente as nossas experiências. Colectivamente determinamos a orientação, e colectivamente estabelecemos a estratégia comum e a táctica dispersa de implementação. Significa estratégia global, estratégia conjunta, estratégia comum e aplicação dispersa na táctica.

Assim fomos capazes de adquirir a visão comum, o pensamento comum, a linguagem comum. E estas consideramos grandes conquistas do nosso povo, consideramos património do povo moçambicano, consideramos património de todos os combatentes, de todos os povos oprimidos.

O outro aspecto que achamos importante é a justeza dos métodos no seio da FRELIMO, o método de popularização da linha que torna cada militante responsável pela sua difusão, aplicação e defesa. E não só isso. Torna cada militante sensível à mais pequena agressão, ao pequeno desvio da nossa linha. O método de democratização dos métodos de trabalho, que leva o conjunto dos membros

das estruturas a participarem activamente na laboração da decisão, na discussão da estratégia e tática de aplicação, o método de colectivação da direcção que permite à direcção agir como um corpo único, com um pensamento e linguagem comuns, estes factores foram considerados como factores permanentes, conquistas da nossa luta que importa ampliar e generalizar a todos os aspectos da nossa vida.

CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS CONQUISTAS POPULARES

A 8.ª Sessão observou cuidadosamente o processo de consolidação e ampliação das conquistas populares revolucionárias com a independência nacional. Estas conquistas situam-se a diversos níveis: ao nível político, ao nível estatal, ao nível económico-social, ao nível militar, e ao nível internacional.

Ao nível político as conquistas essenciais são: primeiro, a independência nacional; segundo, a participação de milhões de homens e mulheres trabalhadores, na vida política do seu País, na discussão e resolução dos seus problemas; terceiro, a realização organizada e a uma larga escala, sem precedentes, dos interesses da grande maioria.

Ao nível estatal, o estabelecimento do Estado da aliança operário-camponesa, tornou realmente as largas massas mestres do seu destino, desencadeou o processo de edificação da Democracia Popular, primeiro passo na construção da Sociedade Nova.

Ao nível económico-social. Primeiro, o desencadeamento da batalha pela aldeia comunal. A aldeia comunal é e será sempre considerada condição para o triunfo do poder operário-camponês no campo. Condição do desenvolvimento sócio-económico das zonas rurais, condição de libertação das forças produtivas no campo, condição para iniciar em grande escala a produção agro-pecuária. Segundo, a tomada de controle de empresas pela via das comissões administrativas para deter o processo de sabotagem económica, para relançar a produção das empresas abandonadas pelos proprietários, para salvaguardar os interesses económicos do país. Terceiro, a recuperação das terras. A terra é o meio e objecto universal de produção, base de todas as riquezas. A terra libertada pelos sacrifícios e pelo sangue deixou de ser objecto de especulação. O sangue e sacrifício serviram para beneficiar o povo, não servem para criar riquezas para um punhado de especuladores. Quarto, a nacionalização da Educação, Saúde, Justiça e empresas funerárias. A Educação, a Saúde, e a Justiça deixam de ser um privilégio para os que têm dinheiro; deixam de ser objecto de especulação, fonte de riqueza. A Educação, a Saúde e a Justiça são direitos fundamentais do cidadão, deveres elementares do Estado.

Lutámos para os nossos filhos irem à escola; lutámos para podermos ter saúde, lutámos para que a justiça deixasse de ser um privilégio.

A nacionalização das empresas funerárias libertou-nos da especulação indigna e imoral sobre a piedade natural para com os nossos mortos.

A subida de salários das categorias mais desfavorecidas: letra Z até T pôs termo a uma grave situação económica e social de uma grande fracção dos trabalhadores do Estado.

A nacionalização do imobiliário: a habitação é um direito essencial da pessoa humana e não pode ser objecto de especulação. As nossas próprias economias, canalizadas para os bancos e organizações de crédito, serviam a um punhado para se enriquecer, especulando sobre as nossas necessidades de habitação. A maioria esmagadora do povo vive em condições sub-humanas, sem as mínimas condições higiénicas: casas alagadas periodicamente; falta de água corrente; falta de latrinas.

A nacionalização permite ao povo ocupar as cidades construídas pelo seu trabalho e suor e de que estava excluído. A nacionalização põe termo à discriminação social e racial de facto existente nas zonas urbanas.

Quinto: a consolidação política e técnica das Forças Populares de Libertação de Moçambique realizada através da Quarta Conferência do Departamento de Defesa que define a tarefa central das Forças Populares de Libertação de Moçambique: vencer a batalha de classe. Da Reunião dos Quadros e Combatentes das FPLM, em Dezembro, que desmascara a infiltração e subversão inimiga nas Forças Populares de Libertação de Moçambique, purifica as fileiras das FPLM, estabelece a demarcação com o comportamento do inimigo, dinamiza a unidade entre o povo e o seu braço armado.

No plano internacional, o reconhecimento da República Popular de Moçambique por todos os membros da comunidade internacional; a consolidação e o prestígio crescente da República Popular de Moçambique; a admissão da República Popular de Moçambique nas organizações internacionais, especialmente na Organização das Nações Unidas e na Organização da Unidade Africana; o estabelecimento de relações diplomáticas com numerosos Estados do Mundo; a consolidação das relações sólidas com a Tanzânia e Zâmbia e a África; o reforço da nossa amizade com os outros aliados naturais, os países socialistas; o estabelecimento de relações de amizade com numerosos Estados da Ásia, como Índia, Paquistão; da Europa, tais como os países escandinavos, Finlândia e Holanda e com a Itália, Grã-Bretanha, etc.; das Américas, como os Estados Unidos da América, o Brasil e outros.

As vitórias conquistadas não são vitórias de indivíduos, não são vitórias de pessoas, não são vitórias de um grupo. As vitórias conquistadas através da luta armada, a transformação da luta armada em revolução são fundamentalmente conquistas do nosso povo. São vitórias do nosso povo contra os inimigos do nosso povo, do nosso País, do nosso desenvolvimento, da nossa emancipação, do nosso crescimento e contra o nosso progresso.

As nossas vitórias, porque materializam os interesses do povo, porque consolidam o poder popular, o poder da aliança operário-camponesa, porque consolidam a República Popular de Moçambique, enquanto base anti-imperialista, anticapitalista, suscitam a oposição e o ódio.

Há quem se surpreenda quando somos atacados pelo inimigo. Ser atacado pelo inimigo não é uma coisa má, é uma coisa boa porque significa que nós estamos na via correcta.

As grandes e pequenas ofensivas, as grandes e pequenas surtidas que são desencadeadas pelos reaccionários nacionais representam um termómetro de que nós estamos a crescer, de que nós colocamos a revolução nos seus verdadeiros carris, isso significa ainda que nós não estabelecemos compromissos nem comprometimentos com o inimigo e, muito menos, promessas. E assim nós avançaremos estimulados porque estamos certos que o inimigo está contra nós. (Aplausos).

OS INIMIGOS QUE NOS ATACAM

Quem são os inimigos que nos atacam?

Encontramos o imperialismo internacional, encontramos os aliados internos do imperialismo. Há certos exploradores nacionais com vocação capitalista, que foram influenciados ao longo da dominação colonial e adquiriram o gosto do colonialista, adquiriram o gosto do inimigo, por isso não toleram viver connosco que temos o gosto popular.

Como se manifesta esta oposição, este combate desencadeado pelos reaccionários, pelo imperialismo? .

No plano internacional. Primeiro: acções armadas contra a República Popular de Moçambique. É o caso das provocações constantes, das agressões constantes da Rodésia dirigidas por esse senhor irresponsável e vagabundo (*Aplausos*). De toda a maneira, as suas provocações estimulam-nos, sensibilizam-nos constantemente. Nós estranharíamos se deixassem de cumprir o seu dever em nos atacar. Por isso sabemos nós, o povo moçambicano saberá como responder (*aplausos*). Vencemos o colonialismo português que tinha raízes bem sólidas em Moçambique e muito melhor venceremos as forças externas, sobretudo quando aparecem abertamente. Aí somos implacáveis, somos combatentes consequentes e não toleraremos as suas acções (*aplausos*).

Segundo. Subversão organizada contra a República Popular de Moçambique através de: infiltração de agentes; emissões de rádio antimoçambicanas; introdução clandestina de panfletos antipopulares e contra-revolucionários; introdução de armas e explosivos para acções criminosas, introdução clandestina e difusão de droga e pornografia; propaganda de corrupção e de obscurantismo; sabotagem económica através de: tráfico ilegal de divisas; sobrefacturação de produtos importados, subfacturação de produtos exportados: exportação ilegal e clandestina de bens de equipamento, valores, contrabando; provocações para desencadear a fuga de técnicos, campanhas de imprensa, falsificação deliberada das realidades moçambicanas, deturpação das conquistas populares, difusão em grande escala de boatos infames e alarmistas para criar o pânico e o descrédito sobre a República Popular de Moçambique e isolar-nos; sabotagem da produção económica; diminuição da produção de bens materiais, baixíssima produtividade do trabalho: numa hora produz-se uma fracção pequeníssima do que se produzia anteriormente, e frequentemente de qualidade inferior; destruição da maquinaria, roubo de máquinas e outros bens; especulação sobre bens de consumo corrente: o milho, a farinha, o feijão, o pão, a carne, o açúcar, etc. Tentativas de destruição do capital científico e tecnológico do país, provocando a fuga de técnicos através de boatos alarmistas e infames, promessas demagógicas, sabotagem e subversão política através de: infiltração de agentes do inimigo no aparelho de Estado e Grupos Dinamizadores, campanhas de difamação contra os Grupos Dinamizadores, as instituições do Partido e do Estado, difusão de intrigas, calúnias e boatos para semear a inquietação e o pânico.

QUEM FOGE DO NOSSO PAIS

Uma manifestação especial do choque no combate existente na nossa sociedade é a chamada fuga de gente.

Na realidade quem foge do nosso país? Quem são os que fogem?

Analisemos friamente, recapitulemos a história, observemos a evolução das sociedades e encontraremos a raiz fundamental que leva muita gente a fugir de Moçambique. Não é um fenómeno novo, é um fenómeno natural. Onde há revolução há reacção. É o que revela a história da revolução. Onde há opressão há revolução.

Recapitulando um pouco e, observando sem muito cuidado a evolução das sociedades, encontraremos: fugiram quando pela primeira vez triunfou a Nova Sociedade, quando o czarismo foi derrubado e o poder operário-camponês foi instalado na União Soviética; fugiram da República Democrática Alemã quando o nazismo foi esmagado e o povo tomou o poder; fugiram da China Popular quando o imperialismo, os latifundiários, os feudais, exploradores nas pegadas de Chiang Kai-Shek fugiram para Taiwan; fugiram de Cuba

quando Cuba deixou de ser casino e o «cabaret» dos Estados Unidos da América; fugiram da Argélia quando os dominados se tornaram donos do seu país; fugiram do Vietname ontem, ainda hoje fogem; fugiram do Laos, ainda hoje fogem laosianos. Fugiram do Camboja os cambojanos atrás dos seus patrões, através dos seus patrões, quer dizer, ajudados pelos seus patrões com muitas promessas de vida rica, quando o imperialismo naquela parte da Ásia, no Sueste Asiático, foi destruído; fugiram de Portugal quando caiu o fascismo, embora comecem a regressar.

Em Moçambique quem foge, quem são os que fogem? Sejamos claros, sejamos honestos. Analisemos e, sem muito cuidado, saberemos quem são os que fogem.

Fogem os latifundiários e especuladores de terras, porque não podem especular sobre a terra libertada pelo sacrifício; fogem os que construíram prédios com as economias dos pequenos, e já não têm campo para o fazer; fogem os que exploravam o direito de cada um a viver numa casa; fogem médicos indignos que não concebem a saúde como uma tarefa para salvar o povo, e fazem da nossa doença uma mina de ouro; fogem advogados que não assumiram a justiça como uma missão, e fizeram dela um negócio para servir os ricos; fogem professores que não viviam a batalha contra o obscurantismo e a ignorância e que sentiam o ensino, a escola, como uma loja, um centro de exploração; fogem aqueles que vivem dominados pela maior doença do colonialismo, o racismo, e que são incapazes de aceitar um Homem como Homem; fogem moçambicanos que se identificaram inteiramente com o colonialismo, à sua exploração, à sua corrupção, à sua decadência — são esses moçambicanos que fogem e renunciam à sua nacionalidade, querem ser portugueses, porque há promessas agora. Quando caiu o Caetano, queriam ser moçambicanos. Assim, há muitos assimilados, mulatos, brancos, moçambicanos que fogem agora, nós sabemos porquê, porque é que fogem. Fogem porquê? De quê?

Fogem porque recusam assumir, viver e participar na batalha exaltante de criar um sociedade nova. Fogem, porque para eles viver é ter privilégios. Fogem, porque o nosso país conquista a sua face real, a sua face moçambicana. Somos nós mesmos e desencadeamos o combate contra os valores decadentes do colonialismo e do capitalismo. Fogem, finalmente, os que não têm convicções, os que se deixam tomar de pânico, pelo boato mais ridículo, mais absurdo, mais estúpido. Fogem, porque o único privilégio que nós queremos, o único privilégio que nós aceitamos e enalteçemos, é o privilégio de servir o povo.

Fugiram. E, quando fogem, alguma coisa fica. Quem fica dentro deste distúrbio, dentro desta considerada confusão? Diremos que fica o povo. É este que fica. E, porque é que o povo fica? Ficam os dez milhões que vivem do seu trabalho e tudo criam pelo seu trabalho. Fica o povo que não tem raça, nem cor, o povo que tem Pátria. Os outros não têm Pátria. O povo que tem a sua inteligência e os seus braços, que constrói a sua determinação e a sua imensa capacidade criadora. É esta capacidade criadora das massas organizadas e dirigidas por uma linha correcta, que é a nossa força principal. Libertar e utilizar essa força, foi o nosso estudo principal.

LIBERTAR E UTILIZAR A CAPACIDADE DAS MASSAS

O que resolveu o Comité Central? Libertar e utilizar a capacidade imensa das massas. Exige a organização correcta das massas, direcção correcta, poder das massas. Definir objectivos claros; defi-

nir tarefas claras para o povo. O que significa direcção correcta: Significa definir o nosso inimigo e os métodos de o combater. Significa definir prioridades, e prioridades significa cimentar a nossa unidade, fazer da nossa unidade uma força imensa.

Para que o povo tenha consciência e, através da sua consciência de explorado, possa exercer o Poder. Para organizar correctamente as massas, estudamos a nossa experiência das zonas libertadas, a experiência dos Grupos Dinamizadores, e verificámos que se impunha dinamizar as estruturas da FRELIMO existentes, clarificar a ligação e a integração das estruturas no seio da FRELIMO, desencadear o processo para impulsionar ou criar as organizações democráticas de massas, que são a Organização da Mulher Moçambicana, a Organização dos Trabalhadores, a Organização da Juventude, a Organização dos Continuadores. E, aqui, perguntariam: Qual é a diferença entre os continuadores e a juventude? Nós responderíamos que continuador não é todo aquele que está na escola; o que significa que continuador é aquele que vive já organizado e orientado, desde criança; o que significa que ele é o continuador dá nossa luta, das nossas tradições, das nossas experiências. São esses que elevarão a nossa prática ao nível teórico. A Organização dos Escritores e Artistas, a Organização dos Jornalistas — é uma tarefa que nós temos que realizar também. Materializar ao nível das estruturas da FRELIMO, sobretudo ao nível provincial, distrital, localidade e célula; implementar os princípios essenciais do poder da aliança operário-campesina, popularização da linha, democratização dos métodos de trabalho e alargamento da frente, colectivação da direcção. Para a levar a cabo, esta tarefa exigiu que a nossa unidade fosse elevada a um nível superior, e, por outras palavras, para assegurar a direcção correcta é necessário que a direcção eleve o seu nível científico de análise, domine mais completamente a ciência da nossa classe, tenha o comportamento mobilizador de vanguarda da nossa classe, aprofunde o conhecimento íntimo de cada um dos seus membros.

ELEVAR UNIDADE IDEOLÓGICA

Assim, exige-se: elevarmos a nossa unidade política; consolidarmos e alargarmos a nossa unidade ideológica; desenvolvermos o nosso pensamento comum; tornarmos mais firme a nossa linguagem comum.

Estamos agora prontos a desencadear a batalha do nosso Poder ao nível do Estado. Entre o Poder da aliança operário-campesina, entre a nossa linha e o aparelho de Estado existe uma contradição antagónica; o aparelho de Estado existente, o seu funcionamento, as normas que o regem, a maneira de recrutar o pessoal, a orientação que o dirige, o seu objectivo, tudo isso corresponde, exclusivamente, aos interesses da burguesia colonial e capitalista em dominar, oprimir e explorar as massas trabalhadoras, pilhar as nossas riquezas e reprimir a nossa justa luta.

O aparelho de Estado existente é um instrumento da ditadura da burguesia colonial e capitalista contra o povo em geral, e a classe trabalhadora, em especial.

Por isso, todos os postos superiores do aparelho eram ocupados por estrangeiros, e, até os brancos moçambicanos eram impedi-

Por exemplo, ficámos como governador, secretários provinciais e intendantos. Só recentemente é que aceitaram que alguns dos chamados «deputados», da denominada «assembleia nacional», e do chamado «conselho legislativo» fossem moçambicanos, mesmo se brancos; só recentemente, e nas câmaras municipais, aceitaram que houvesse alguns moçambicanos, mesmo se brancos, nas chamadas «edilidades» e na direcção das categorias de secretaria dos falsos municípios. Por isso, todos os postos superiores eram ocupados por gente vinda de famílias ricas, de exploradores fiéis às grandes companhias. Por isso, quando terminavam as chamadas comissões de serviço, os fiéis das grandes companhias encontravam lugares nos conselhos de administração. Por isso, finalmente, o profundo racismo do aparelho de Estado: racismo no recrutamento de pessoal — aos pretos e mulatos era vedado o acesso aos postos superiores; racismo na própria lei, que criava uma lei para brancos, assegurando-lhes os privilégios, e criava uma lei para os outros, para os manter dominados.

Tínhamos conquistado o Poder Popular ao nível superior, mas o Poder da aliança operário-camponesa não se manifestava. As massas continuavam excluídas da prática do Poder. Passivamente, deviam submeter-se à administração porque não possuíam nenhum instrumento para o exercer. A democracia real continuava uma abstracção, o Poder da aliança operário-camponesa manifestava-se na província, no distrito, na localidade, na base. Decidimos resolver essa contradição antagónica, destruindo o sistema de administração estatal existente, no dizer dos camaradas da FRELIMO, escangalhar a estrutura colonial no nosso país. (*Aplausos*).

EDIFICAR UM SISTEMA POPULAR

Em seu lugar edificámos um novo sistema. A característica essencial do novo aparelho de Estado é materializar o Poder Popular Democrático; materializar a Democracia Popular; materializar a aliança operário-camponesa. Isto verifica-se. Primeiro: o órgão superior do Estado, em cada escalão, da Província à base, é uma assembleia representativa das massas trabalhadoras, militantes e combatentes. Segundo: numa fase provisória, até que as eleições democráticas possam ser organizadas em todos os escalões, os membros da Assembleia serão designados por diversas instâncias do Partido. Todavia, embora designados, a composição social reflectirá o Poder da maioria, o Poder dos trabalhadores, da sua vanguarda e do seu braço armado. Terceiro: a subordinação dos órgãos executivos, em cada escalão, às assembleias do seu escalão. A nova orientação do aparelho de Estado, além de democratizá-lo, na sua essência permite colectivizar a direcção.

Assim, primeiro: em todos os escalões, a direcção é colectivamente exercida por um órgão; segundo: o órgão executivo, em todos os escalões, no seu funcionamento integra os órgãos subordinados e integra-se no órgão superior.

O aparelho de Estado centraliza democraticamente o Poder. Assim, primeiro: em todos os escalões, o Poder é centralizado nos órgãos desse escalão e, isso, conduz ao fim da dispersão do Poder, à visão conjunta dos problemas, à elaboração conjunta das soluções e da estratégia da sua aplicação; segundo: o órgão de cada escalão exerce um controle e supervisão efectivo da totalidade dos órgãos ao seu escalão e a ele subordinados. Os órgãos de cada escalão elaboram as suas decisões em todos os órgãos a ele subordinados. Cada escalão elabora as suas decisões na base das orientações dos escalões superiores e submete propostas a esses mesmos escalões, sempre que, pela sua natureza, a decisão tomada ultrapasse a sua competência. O prin-

cípio do centralismo democrático deve ser seguido escrupulosamente e aplicado de forma criadora.

O Comité Central sentiu, em função da análise feita, que a nossa Revolução desencadeava uma nova batalha, uma nova fase do seu processo. Isto exigiu um exame profundo da fase em que nos encontramos e das suas tarefas. Por outro lado, iniciamos o processo de desenvolvimento económico. Iremos começar a guerra contra a fome, contra a nudez, contra a miséria, contra o desemprego, contra a ignorância, contra o subdesenvolvimento.

TAREFAS DO 3.º CONGRESSO

Temos que desenvolver o nosso plano de desenvolvimento, o plano de edificação da nossa agricultura, o plano de edificação da nossa base industrial. Finalmente importa revermos os Estatutos da FRELIMO em função do programa da nova fase. Para analisarmos estes problemas essenciais, estes problemas que afectam a vida inteira do nosso povo, o Comité Central da FRELIMO decidiu convocar o Terceiro Congresso Ordinário da FRELIMO.

A tese do Terceiro Congresso será: tarefas da FRELIMO na fase da edificação da sociedade nova e na etapa da Democracia Popular. O Congresso terá ainda como teses particulares: primeiro — tese sobre a Democracia Popular, tarefas da fase actual; segundo — tese sobre a edificação no campo das Aldeias Comuns; terceiro — tese sobre a materialização do Poder Popular Democrático, organização do Estado e do Poder Económico; quarto — Programa da FRELIMO; quinto — o primeiro plano do desenvolvimento económico-social; sexto — estatutos da FRELIMO. O Congresso será preparado por uma comissão preparatória que compreenderá os membros do Comité Central, os membros do Comité Executivo, os Quadros da FRELIMO. Cinco subcomissões funcionarão no seio da Comissão Preparatória.

Em princípio, o Congresso terá lugar em Dezembro de 1976 (*Aplausos*). Isso exigirá a participação activa de todos nós, e exigirá a participação consciente de cada um de nós e exigirá consciência de responsabilidade de cada um de nós, para podermos materializar e efectivar o Congresso em Dezembro, sem descuidarmos as outras tarefas, que são também essenciais.

A NOSSA TAREFA ATÉ AO TERCEIRO CONGRESSO

Começamos uma batalha, em que cada moçambicano, homem, mulher, criança, velho, operário, camponês, combatente, empregado, funcionário, estudante, artesão, intelectual, cada trabalhador, cada patriota tem uma missão. Queremos consolidar a nossa independência. Isso significa, contarmos com as nossas próprias forças para vivermos, produzirmos o que precisamos. Queremos liquidar a fome, a nudez, a miséria, a doença, a ignorância. Isso obriga-nos a estudar para elevarmos os nossos conhecimentos.

Dominarmos a natureza, a ciência, a técnica. Produzirmos mais, e melhor, bens materiais, a única maneira de se criar a riqueza, o progresso, o bem-estar. Queremos valorizar o que conquistámos com muitos sacrifícios, com muito suor, com muito sangue. Queremos valorizar as nacionalizações. Isto significa valorizar a terra. Menos de um décimo da terra que pode ser cultivável em Moçambique está a ser cultivada. Temos de cultivar dez vezes mais. Valorizar a indústria que nos fornece todos os instrumentos que necessitamos, que nos fornece as divisas para comprarmos as máquinas que precisamos.

Temos de produzir nas fábricas, nos portos, nos caminhos de ferro, nas serrações, nas minas, nos transportes. Damos toda a nossa inteligência, todo o esforço para produzir e melhor liquidarmos a miséria, valorizar a educação, que é a nós que serve, estudando, ensinando. Os alunos, estudantes, devem estudar e ensinar. Os professores devem estudar e ensinar. Os operários, os camponeses, os empregados, os funcionários, todos os trabalhadores devem estudar e ensinar. Os velhos e as crianças devem estudar e ensinar. Cada um deve aprender do outro e ensinar o outro.

Valorizar a Saúde desencadeando e intensificando a batalha de massas pela higiene e pela medicina preventiva, desencadeando e intensificando a batalha nos hospitais para aniquilar os sabotadores e reaccionários nos Serviços de Saúde, os que querem transformar o Poder Popular nos hospitais em derrota popular, em vitória do capitalismo, vitória do racismo, vitória da preguiça, vitória da indisciplina. Nos hospitais devemos servir o povo, nos hospitais devemos organizar o trabalho, nos hospitais devemos impor a disciplina.

Devemos valorizar a nacionalização dos prédios, tratando bem os nossos prédios, as nossas casas, as nossas ruas, pagando as nossas rendas para conservarmos o que temos e construirmos mais. Alojarmo-nos todos no campo e na cidade de uma maneira decente.

Por isso, para apoiarmos as nossas conquistas, para apoiarmos o Terceiro Congresso, a 8.ª Sessão do Comité Central dá-nos a todos, a cada um de nós, a tarefa de produzir. Produzir na Aldeia Comunal, produzir na oficina, produzir nos transportes, produzir nas lojas, produzir nos escritórios, produzir nas escolas, produzir nos hospitais, produzir nos portos, produzir nos caminhos de ferro, produzir em toda a parte.

É preciso plantar a árvore da liberdade. É preciso plantar a árvore da independência. É preciso plantar a árvore que possa cobrir a todos nós. E para realizarmos esta tarefa só com o conhecimento completo do nosso País. Só estudando a complexidade da vida do nosso povo. Só fazendo em primeiro lugar o combate interno. Só valorizando o trabalho colectivo. Só liquidando o individualismo, liquidando o egoísmo, liquidando o desprezo pelos outros. Valorizando-nos a todos nós, seremos capazes de fazer triunfar a revolução, seremos capazes de realizar o que queremos, estaremos em condições de saber como queremos concretizar as nossas tarefas, estaremos em condições de canalizar melhor as nossas inteligências, estaremos em melhores condições de canalizar o nosso esforço, de conjugar a nossa força, para transformar a face colonialista, que se apresenta, ainda hoje, numa face real, que significa uma face moçambicana.

E para isso é necessário desencadearmos como palavra de ordem: **DESENCADEEMOS UMA OFENSIVA POLÍTICA E ORGANIZACIONAL GENERALIZADA NA FRENTE DA PRODUÇÃO.**

Viva a FRELIMO!

Viva a 8.ª Sessão do Comité Central!

Viva o Terceiro Congresso!

Viva a aliança operário-camponesa!

Viva a República Popular de Moçambique!

Viva a Ofensiva Política e Organizacional Generalizada na Frente da Produção!

A LUTA CONTINUA!

Está encerrada a 8.ª Sessão do Comité Central que pela primeira vez se realizou na capital moçambicana, Maputo. Esperamos que todos nós saíamos galvanizados, saíamos sensibilizados, saíamos revigorizados para aplicarmos de uma maneira criadora e eficaz o que o CC nos encarrega.

Obrigado a todos.

(De: Documentos da 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO,
Maputo, DIP, 1976, pag. 131-145)